

**EXPERIMENTAÇÕES,  
POLÍTICAS CULTURAIS  
E PATRIMÔNIOS**

**Conselho Editorial EST Edições:**

Marilene Dorneles (Diretora), Antônio Dalpico, Emílio Franzina,  
Frei Moacir Pedro Molon, João Carlos Tedesco, Luis Alberto De Boni,  
Maria Estela Zonta, Monsenhor Urbano Zilles, Véra Lucia Maciel Barroso

# EXPERIMENTAÇÕES, POLÍTICAS CULTURAIS E PATRIMÔNIOS

Hilda Jaqueline de Fraga  
Claudira do Socorro Cirino Cardoso  
Éverton Reis Quevedo  
Véra Lucia Maciel Barroso  
Renata Cássia Andreoni de Souza  
Organizadores



Porto Alegre  
2018

© Copyright dos autores, 2018

Capa:  
?????

Revisão:  
Felícia Volkweis

Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica:  
Nilmara Trindade da Silveira  
nilsilveira@cpovo.net – Fone: (51) 99919.4758

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E96	Experimentações, políticas culturais e patrimônios. / Organização: Hilda Jaqueline de Fraga... [et al.]. – Porto Alegre: EST Edições, 2018. 152 p. ; 16 x 23 cm.  ISBN: 978-85-68569-58-0  1. Patrimônio cultural. 2. Política cultural – Brasil. 3. Conservação histórica. I. Título. II. Fraga, Hilda Jaqueline de. III. Cardoso, Claudira do Socorro Cirino. IV. Quevedo, Éverton Reis. V. Barroso, Véra Lucia Maciel. VI. Souza, Renata Cássia Andreoni de.  CDU 008
-----	---

Bibliotecária responsável: Kátia Rosi Possobon CRB10/1782

Contato:

??



Editora & Livraria Frei Rovílio Ltda.  
Rua Veríssimo Rosa, 311 – 90610-280  
Porto Alegre, RS – Fone: (51) 3336.1166  
www.esteditora.com.br – vendas@esteditora.com.br

# SUMÁRIO

<b>Prefácio</b> .....	7
<i>Márcia Regina Romeiro Chuva</i>	

<b>Apresentação</b> .....	11
<i>Hilda Jaqueline de Fraga</i>	
<i>Claudira do Socorro Cirino Cardoso</i>	
<i>Éverton Reis Quevedo</i>	
<i>Véra Lucia Maciel Barroso</i>	
<i>Renata Cássia Andreoni de Souza</i>	

## PARTE I

### (DES)CAMINHOS DAS POLÍTICAS CULTURAIS PARA O PATRIMÔNIO

<b>1 Retrospectiva das políticas públicas para a preservação do patrimônio cultural no sul do Brasil</b> .....	15
<i>Ana Lúcia Goelzer Meira</i>	
<b>2 Políticas culturais e o campo da memória: contribuições possíveis para um processo de transformação social</b> .....	31
<i>Lia Calabre</i>	
<b>3 Patrimônio cultural: panorama do financiamento e fomento na região sul do Brasil nos anos 2014 e 2015</b> .....	43
<i>José Roberto Severino</i>	
<b>4 Nuevas iniciativas de acceso público y revalorización social del patrimonio audiovisual latinoamericano</b> .....	52
<i>Rosario Radakovich</i>	
<i>Maria Julia Carvalho</i>	
<b>5 O tombamento da vila de Santo Amaro e suas consequências</b> .....	67
<i>Luiz Fernando Rhoden</i>	
<b>6 O historiador e as políticas culturais para o patrimônio</b> .....	79
<i>Claudira Cirino Cardoso</i>	
<i>Hilda Jaqueline de Fraga</i>	

**PARTE II**  
**DIÁLOGOS PATRIMONIAIS NA DIVERSIDADE**

- 7 **A arte da inteligência e a inteligência do olhar: três décadas de plantio e colheita no campo da educação patrimonial** ..... 95  
*Maria de Lourdes Parreiras Horta*
- 8 **Territórios negros e Porto Alegre: múltiplos escurecimentos em educação e patrimônio** ..... 109  
*Adriana Conceição Santos dos Santos*  
*Carla Beatriz Meinerz*  
*Carmem Zeli de Vargas Gil*  
*Fátima Rosane da Silva André*  
*Manoel José Ávila da Silva*  
*Maurício da Silva Dorneles*
- 9 **Museu, indígenas e futebol: representações sobre a cultura indígena no Museu do Grêmio** ..... 129  
*Zita Rosane Possamai*  
*Anelise Spinato Torresini*  
*Susete Zaar Andersen Cavalcanti*
- 10 **Museu da Maré: museologia a partir da favela** ..... 141  
*Cláudia Rose Ribeiro da Silva*

## PREFÁCIO

A interdisciplinaridade constituinte do campo do patrimônio é a pedra de toque de *Experimentações, políticas culturais e patrimônios*. Mas aqui esse conceito deve ser percebido de modo amplo. Para ser mais clara, trata-se de uma interdisciplinaridade que não se esgota na perspectiva acadêmico-científica de reunião de diversas disciplinas em torno de um tema. A diversidade de abordagens resulta da riqueza de investigações que analisam criticamente práticas de patrimonialização em curso, realidades atingidas por políticas de proteção ao patrimônio, colocadas em perspectiva diacrônica. Inclui-se nesse conjunto também a análise da execução de projetos que, nascidos da crítica a situações de dominação, visam à emancipação associada a processos participativos de patrimonialização e construção de memórias em seus resultados.

A primeira parte desta obra está dedicada à reflexão crítica sobre políticas culturais para o patrimônio no Brasil, e a segunda aos diálogos patrimoniais na diversidade, ambas focando diferentes realidades do sul do país e países vizinhos, contando com a colaboração de autores com atuação profissional ou vínculos locais.

Metodologicamente, nessa tarefa, a produção de periodizações sobre temporalidades amplas foi um recurso adotado para compreender interesses que movem a preservação na região, bem como a análise sistemática de dados recentes sobre o fomento à cultura. Estes, somados ao importante diálogo entre patrimônio e educação, demarcam o âmbito das questões sobre as quais os autores dessa obra operaram.

Conceitualmente, a memória, tão cara ao campo da história, foi aqui introduzida de formas variadas. Refletir sobre as relações entre memória, história e patrimônio levou, por um lado, à evidência de abismos que revelam o privilégio do esquecimento sobre a memória ou desnudam a naturalização da amnésia como um fenômeno comum. Nessa vertente, ela foi compreendida como elemento de dominação. Mas refletir sobre essas relações permitiu também a construção de pontes entre mundos, que (re)ligam histórias partidas, memórias silenciadas ou renegadas. Dessas experiências, novos patrimônios surgiram, produzindo narrativas descolonizadoras de escurecimento da população, da história, das memórias e dos patrimônios do Rio Grande do Sul. Seriam essas viradas ativadas pela inteligência do olhar?

Essa obra lança também uma luz sobre a prática do futebol entre os indígenas e sua expressão nos museus, partindo de uma série de enfrentamentos por meio

dos quais uma importante revisão historiográfica gaúcha tem primado pela atualização da presença do índio na região, desmistificando a ilusão do índio como referente do passado das reduções jesuíticas pertencentes a tempo remoto e desconectado com o presente.

O sul do país se apresenta de modo singular neste livro, graças aos casos, dados e situações analisadas, mas ele é também metonímia de uma realidade brasileira na qual imperam concepções de patrimônio, memória e história dominantes, ainda que não exclusivas, tampouco consensuais, como bem demonstram os estudos aqui apresentados sobre um tombamento realizado pelo órgão federal de patrimônio. Uma visita ao sítio eletrônico do Iphan coloca em evidência as incongruências em relação às representações do bom estado de preservação do bem para uns e a sua enorme deterioração para outros.

A expressiva ampliação das atribuições das instituições de memória e preservação cultural resultou da diversificação de bens culturais passíveis de gerar herança, tornando crucial a interação com diferentes setores das políticas públicas quando o assunto é *patrimônio*. A complexidade do campo do patrimônio revela-se por meio da série de problemas que atravessa suas ações, que vão desde a limitação ao direito de propriedade em favor de um valor coletivo maior, até questões relacionadas à propriedade intelectual, ao meio ambiente, aos direitos culturais e difusos, ao impacto cultural causado por grandes empreendimentos, além dos temas relacionados à gentrificação de áreas históricas e a questão habitacional.<sup>1</sup>

O debate que essa coletânea deseja provocar levanta, implicitamente, um aspecto crucial ao profissional que atua e reflete sobre o interdisciplinar campo de patrimônio em sua práxis cotidiana: as complexas relações entre prática e reflexão, que por minha conta e risco associo aqui à história pública.<sup>2</sup>

De fato, história pública é uma expressão com diferentes designações. Alguns autores entendem história pública como um modo de fazer história e, associadamente, como meio para incluir os grupos sociais na construção de si, recorrendo à história oral e a outros métodos, tratando-se, nessa perspectiva, de uma demanda social. No entanto, há quem compreenda a história pública como canal de divulgação do conhecimento histórico produzido na academia, o que pode ter um caráter mais ou menos comercial. Essas diferentes abordagens nos colocam questões como a necessidade ou não de metodologias próprias para a história pública ou se há efetivamente uma real bifurcação entre história pública (para o público em geral) e história acadêmica. Ao mesmo tempo, entendemos que ela positiva as questões de natureza ética e política que envolvem a produção de conhecimento histórico.

Este livro, intencionalmente ou não, dá um passo nessa direção, tendo em vista que abre debates importantes como o do acesso cultural, que o projeto Retina Latina pauta. De fato, vale dizer: questões dessa ordem devem ser enfrentadas por to-

---

<sup>1</sup> Cf. ARANTES, Antonio Augusto (Org.). *O espaço da diferença*. São Paulo: Papyrus, 2000.

<sup>2</sup> Cf. CHAMPION, Justin. What are Historians For? *Historical Research*, v. 81, n. 211, p. 167-188, Feb. 2008.



dor aqueles os pesquisadores, especialmente os do campo do patrimônio, e não somente pes que militam no campo da história pública, na perspectiva da descolonização do saber.<sup>3</sup>

Como avançar nesse debate? Um caminho a se traçar é a criação sistemática de disposições práticas<sup>4</sup> para o entendimento dos sujeitos envolvidos com o patrimônio cultural, a memória, a história, tendo por base o diálogo intercultural.<sup>5</sup> A nossa convicção em relação a esse caminho está na certeza de que não se pode projetar e executar uma política de Estado homogênea e generalizante para o patrimônio cultural em toda sua complexidade.<sup>6</sup> O falso divórcio entre os mundos do fazer e do pensar – entre prática e reflexão – é nefasto para o desenvolvimento de alternativas inclusivas no campo das políticas de patrimônio. Algumas mudanças podem se processar se começarmos por construir uma ponte entre esses mundos que ficaram separados, entre museus e órgãos de patrimônio e universidades, entre os pensadores e os “detentores” do patrimônio ou os habitantes da cidade.

A atitude do pesquisador – aquele que deve saber produzir estranhamentos – deve ser dialógica, seja na sala de aula, no interior das agências da administração pública, seja junto a movimentos sociais ou a grupos de detentores do patrimônio.

As políticas de patrimônio não são homogêneas, tampouco seus agentes pensam em consonância plena. O estudo dessas políticas deve ser capaz de distinguir as políticas de caráter colonial daquelas cujas proposições podem favorecer a emancipação, que não visam propriamente evitar a destruição do passado, na medida em que é o presente que lhes diz respeito. Falar em diálogos patrimoniais na diversidade é falar da natureza relacional, intersetorial e interdisciplinar de suas conexões com campos variados e os diversos agentes sociais envolvidos.

A perspectiva estética e civilizadora embasada no paradigma moderno que fundou as práticas de preservação do patrimônio no Brasil e no mundo ocidental tem sido estremecida, como demonstram vivamente autores que escrevem neste livro e experimentam a arena de conflitos que configura o campo do patrimônio hoje.

Por isso mesmo, falar em interdisciplinaridade é colocar em xeque a ilusão da onipotência ou da posse exclusiva de qualquer assunto por quaisquer disciplinas. É falar dos limites do trabalho de cada um dos profissionais nesse meio, envolvido em redes de relações que não podem hierarquizar os diversos saberes colocados em relação, como é possível vislumbrar aqui.

Rio de Janeiro, 11 de junho de 2018.

*Márcia Regina Romeiro Chuva*

---

<sup>3</sup> Cf. QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. *Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005.

<sup>4</sup> Cf. BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papirus, 2005.

<sup>5</sup> Cf. CANCLINI, Nestor. *Diferentes, desiguais e desconectados*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

<sup>6</sup> Cf. SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; CASTRO, João Paulo Macedo. Política(s) pública(s). In: PINHO, Osmundo A.; SANSONE, Lívio (Orgs.). *Raça: novas perspectivas antropológicas*. Salvador: EDUFBA, 2008.



## APRESENTAÇÃO

Passados três anos do lançamento da primeira obra – *Experimentações em lugares de memória: ações educativas e patrimônios* –, neste segundo livro, intitulado *Experimentações, políticas culturais e patrimônios*, apresentamos pautas que problematizam e reiteram a importância da proposta temática, considerando a sua intrínseca relação com as políticas públicas para a cidadania cultural. Tal perspectiva parte de análises com o enfoque nos (des)caminhos das políticas culturais efetivadas nas últimas décadas, avaliando os seus impactos com o objetivo de explicitar as inquietudes e os dilemas associados ao campo do patrimônio e, na mesma medida, levantar alguns indicadores culturais que possibilitem reorientações de curso.

O mote para a reflexividade proposta tem como escopo as pesquisas e as trajetórias de pesquisadores e gestores culturais do Brasil e de países do Cone Sul, com destaque para o Uruguai, convidados a socializar seus estudos e práticas. Por meio dos referenciais trazidos, a obra tece, inicialmente, as ideias e os posicionamentos teóricos elaborados pelos autores, convergindo para os complexos labirintos políticos que envolvem o patrimônio e a memória social em sua inventividade, problemática e impasses.

Ao assumirem o desafio desse itinerário, os artigos investem num esforço coletivo e interdisciplinar propondo discutir as políticas pregressas e recentes, formuladas pelo Estado, na esfera patrimonial, em aproximação com as demandas sociais, para em seu conjunto nos provocar a constituir novos itinerários no campo das políticas culturais para o patrimônio, que se mostra hodiernamente cada vez mais dinâmico e plural.

O resultado é um mosaico de interfaces, ampliados num segundo momento do livro, no qual os argumentos dos autores se entrelaçam, posteriormente, aos territórios patrimoniais sensíveis e historicamente contestados, sejam eles a cidade ou os aparelhos culturais. Todos identificados com a luta pela democratização da cultura concebida na e com a diversidade, e somente perceptível àqueles que empreendem a “arte da inteligência e a inteligência do olhar”.<sup>1</sup>

Buscando visibilizar as diferentes nuances trazidas, o livro está organizado em duas seções. Na primeira seção, intitulada “(Des)caminhos das políticas culturais para o patrimônio”, os textos tratam de temas situados no campo das políticas culturais, versando sobre as iniciativas levadas a cabo pelo poder público e os seus

---

<sup>1</sup> Destacamos o título sugestivo e sensível do artigo exposto pela Profa. Dra. Maria de Lourdes Parreiras Horta.

imbricamentos com o campo da memória. Abordam também o panorama dos recursos e financiamentos para a área, as dinâmicas dos processos de patrimonialização de cidades históricas, a realidade das políticas para o patrimônio audiovisual latino-americano e os ofícios do historiador enquanto profissional imerso neste cenário.

A segunda seção tem por título “Diálogos patrimoniais na diversidade”. Os textos apresentados articulam experiências com o patrimônio cultural, desenvolvidas pelos diferentes agentes e territórios culturais em que os bens culturais se instituem sob o viés da arte da inteligência, das questões étnico-raciais e de comunidades faveladas enquanto memória da cidade. Para além desses aspectos, a característica diversa dos artigos também exercita a troca de saberes, tanto os gerados nos contornos da institucionalidade, quanto os ligados a entidades associativas criadas pelos movimentos sociais para demarcarem seus espaços de existência e protagonismo cultural.

Acreditamos que as trilhas dos mapas culturais apresentados acerca desta existência e protagonismo, mesmo que amalgamadas às disputas e aos conflitos inerentes ao campo do patrimônio, contribuem para fortalecer o debate das políticas culturais, haja vista os tempos difíceis que vivenciamos em face da precarização da cultura e das tentativas de retrocesso de conquistas duramente alcançadas. As escritas aqui reunidas se colocam, portanto, como um movimento de diálogo profundo e consistente permeado pela crítica propositiva. Afinal, conhecer é reconhecer, é também lembrar, preservar e questionar percursos que se abram aos inéditos viáveis.

Boa leitura!

*Hilda Jaqueline de Fraga, Claudira do Socorro Cirino Cardoso,  
Éverton Reis Quevedo, Véra Lucia Maciel Barroso  
e Renata Cássia Andreoni de Souza*  
Organizadores

**PARTE I**  
**(DES)CAMINHOS**  
**DAS POLÍTICAS CULTURAIS**  
**PARA O PATRIMÔNIO**



# RETROSPECTIVA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO SUL DO BRASIL

Ana Lúcia Goelzer Meira\*

## APRESENTAÇÃO

Que bens patrimoniais devem ser preservados e em nome de quem? Por que, para que servem e quem escolhe? São perguntas que fazemos há décadas. O universo das escolhas, no presente, sobre o que permanecerá como referência no futuro, seja na forma de bens materiais ou imateriais, encontra-se permeado por interesses identitários, democráticos ou excludentes, econômicos, afetivos, ideológicos, simbólicos, dominantes, de resistência ou, ainda, muitas combinações entre esses fatores e outros mais que poderiam ser aqui mencionados. Possíveis respostas a essas indagações envolvem uma complexidade de olhares e de caminhos que se cruzam ou se distanciam na trajetória histórica de uma sociedade. Importante ressaltar é que não se escolhe a partir da nostalgia – a saudade idealizada de um passado que nunca existiu, com a ideia de voltar no tempo ou de mantê-lo imobilizado. Pelo contrário, a construção e a recriação (no sentido de atualização) do patrimônio cultural material e imaterial devem permitir que o passado faça parte do futuro com novas formas e significados adequados às novas gerações, que sejam inseridos no contexto da busca por uma melhor qualidade de vida nas cidades e façam parte indissociável, como recursos não renováveis, do conceito de sustentabilidade do planeta.

Desde a reconhecida ampliação do recorte temporal, das tipologias e do público no campo atual da preservação do patrimônio apontada por Choay (2001), bem como a ampliação dos conceitos, especialmente a partir dos anos 1970, esse movimento de expansão não deixou de se alargar em todos os aspectos e direções. A intensificação das mudanças de ordem política, social, econômica e ambiental que afetam o mundo globalizado tem reflexos nesse processo, provocando uma tensão entre o global e o local que acaba valorizando as especificidades dos lugares e das suas identidades. Grupos diferentes desejam ter um artefato ou uma representação

---

\* Arquiteta. Doutora em Planejamento Urbano e Regional. Professora do curso de Graduação e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Contato: [algmeira@gmail.com](mailto:algmeira@gmail.com).

de si reconhecidos e legitimados perante a sociedade. Outros interesses buscam um mercado que movimentava milhões de turistas ávidos por consumir monumentalidades ou particularidades.

Trata-se de um campo de disputas (BOURDIEU, 1989) em cuja base se encontram valores emanados de diferentes visões de mundo, que passam a orientar as escolhas sobre o que será preservado para o futuro. Assim, um bem patrimonial não surge da noite para o dia, pois o seu valor não é inerente, mas é fruto de uma construção social. A sociedade atribui valores simbólicos a determinados objetos ou manifestações, destacando-os do cotidiano e tornando-os mais relevantes que outros. Esses valores, além do mais, alteram-se com o tempo e o lugar. Um bem patrimonial que hoje é importante poderia não ser relevante algumas décadas atrás e vice-versa. Uma manifestação que é valorizada em uma região pode não ser valorizada em outra no mesmo estado ou país.

O processo de patrimonialização dos bens culturais pode ser estudado em relação a qualquer lugar ou a qualquer categoria de patrimônio. Aqui será tratado no território do Rio Grande do Sul, o mais meridional dos estados brasileiros, entre o século XX e o atual.<sup>1</sup> O desafio foi propor uma periodização que refletisse os protagonistas mais relevantes na luta pela preservação no estado, o que, certamente, está sujeito a críticas e contribuições.

## DIFERENTES OLHARES SOBRE A PRESERVAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL

No Rio Grande do Sul, território de transição brasileira em relação à Argentina e ao Uruguai, e também a poucos quilômetros do Paraguai, o primeiro bem patrimonial oficialmente reconhecido foi, justamente, aquele que representa o período histórico em que partes desses países estavam amalgamadas em uma experiência conhecida e reconhecida em nível internacional: as Missões Jesuítico-Guarani (Figura 1).



Figura 1 – Ruínas da igreja de São Miguel Arcanjo nas Missões  
Fonte: Arquivo Central do Iphan/RJ

<sup>1</sup> Sobre a trajetória da preservação em nível nacional no Rio Grande do Sul no século XX, ver Meira (2008).



Em 1922, no Regulamento de Terras, o governo do Estado reconheceu as ruínas de São Miguel<sup>2</sup> como Lugar Histórico (RIO GRANDE DO SUL, 1923). Trata-se de uma iniciativa pioneira no Brasil que viabilizou obras de estabilização nos anos seguintes e a conservação da igreja, cujo frontispício é o símbolo do estado. Após essa atuação pontual no âmbito do estado, mais de uma década passaria para que fossem implantadas, no Brasil, políticas públicas de caráter mais abrangente que teriam reflexo no Sul. A partir daí, ao longo do tempo, uma multiplicidade de ações e de protagonistas atuou no estado em relação à preservação do seu legado cultural, nos diferentes âmbitos administrativos e com períodos de maior ou de menor participação da sociedade.

### **A fase do poder central**

As leis de tombamento puderam ser efetivadas no Brasil após a Constituição de 1934, que estabeleceu a proteção nas três instâncias: “cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país” (BRASIL, 1934, art. 148). E determinou que o direito de propriedade “não poderá ser exercido contra o interesse social ou coletivo” (BRASIL, 1934, art. 113). É difícil encontrar nas constituições de outros países, mesmo nas mais recentes, uma alusão direta ao patrimônio histórico e artístico e, também, o reconhecimento do interesse coletivo acima do privado.

Em 1937, com o Decreto-Lei nº 25, organizou-se o Iphan – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, hoje Iphan, e o rito do tombamento nacional. Com isso, desenvolveram-se políticas públicas aqui entendidas como “[...] um conjunto de ações que visam determinados objetivos, e podem se desenvolver tanto no plano da sua implementação efetiva quanto no nível do discurso através de sua simples formulação [...]” (SANT’ANNA, 1995, p. 37). O discurso também importa porque revela as intenções e os interesses do poder público relacionados ao tema, que, nesse caso específico, se aliaram às ações como inventários, tombamentos e obras. Pode-se afirmar que foram efetivas essas políticas, pois fomentaram, até hoje, a ideia sobre a importância da preservação do patrimônio cultural no Brasil.<sup>3</sup>

Há alguns mitos sobre a proteção do patrimônio brasileiro que precisam ser mais estudados. Em geral, credita-se à lei de tombamento nacional um viés autoritário pelo fato de ter sido promulgada no período do Estado Novo pelo presidente Getúlio Vargas, mas, na verdade, o projeto de lei já havia sido anteriormente discutido e aprovado pelo Congresso Nacional.<sup>4</sup> A partir daí, em muitos estados, por muitos anos, coube ao governo federal a identificação, a proteção e a conservação

<sup>2</sup> Ruínas de São Miguel é a denominação popularmente conhecida. É mais correto, sob o ponto de vista técnico, denominar: remanescentes da igreja do antigo povo de São Miguel Arcanjo.

<sup>3</sup> Várias publicações sobre a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional encontram-se disponíveis para download no sítio do Iphan: <[www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br)>.

<sup>4</sup> Não é uma lei autoritária, pois foi uma das poucas aprovadas por unanimidade pelos deputados e senadores. Ocorre que demorou a ser sancionada pelo presidente eleito, Getúlio Vargas, que, nesse meio

do patrimônio cultural material por meio de representantes voluntários ou delegados regionais do Sphan. Eram arquitetos, engenheiros, escritores, historiadores, jornalistas ou poetas de vanguarda, como Augusto Meyer no Rio Grande do Sul. Diferentemente de outros países, foram intelectuais comprometidos com ideias modernistas, “[...] ao mesmo tempo, os revolucionários de novas formas artísticas e os árbitros e zeladores do passado cultural” (CAVALCANTI, 1993, p. 9).<sup>5</sup>

A política nacional de proteção ao patrimônio cultural material passou a incidir no Rio Grande do Sul de forma hegemônica. O “recorte temporal” proposto por Mayer para escolher os primeiros bens que representariam o estado junto ao patrimônio nacional situava-se entre as Missões Jesuítico-Guarani, representadas pelas ruínas de São Miguel Arcanjo, e a Guerra dos Farrapos, com as casas dos generais farroupilhas (Bento Gonçalves, Garibaldi e David Canabarro), além do Quartel General e do Palácio Farroupilha (Figura 2).



Figura 2 – Palácio Farroupilha, representativo da Guerra dos Farrapos

Fonte: Arquivo Central do Iphan/RJ

Foram também tombados em nível nacional o forte D. Pedro II e as fundações do Forte de Santa Tecla; as igrejas de N. S. da Conceição, em Viamão, de N. S. das Dores, em Porto Alegre, de São Pedro, junto com a Capela de São Sebastião, em Rio Grande, e algumas coleções de museus. O diretor nacional do Sphan, Rodrigo Melo Franco de Andrade, questionou: “em matéria de arquitetura popular, não haverá aí algum monumento interessante?”<sup>6</sup> É uma pergunta que ajuda a desconstruir a ideia de que o Sphan só se preocupava com os bens excepcionais e que adiantou em muitos anos um preceito importante da Carta de Veneza, que le-

---

tempo, instituiu o Estado Novo, e o projeto de lei acabou se transformando em um decreto presidencial: o Decreto-Lei nº 25/1937.

<sup>5</sup> Sobre esse assunto, ver também Pessoa et al. (2006).

<sup>6</sup> Carta de 4 de junho de 1937 assinada por Rodrigo Melo Franco de Andrade. Arquivo-Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa (Ame 11 – cp).

gitimou a valorização das obras modestas. Arquitetura vernacular também pode ser monumental. E o primeiro bem tombado pelo Sphan no Rio Grande do Sul, em 1938, foi uma casa popular feita com pedras retiradas das ruínas do povo missioneiro de São João Batista: a casa de material missioneiro. Ela foi devidamente desenhada por Lucio Costa na ocasião de uma vistoria às Missões por solicitação do Sphan, em 1937, mas foi demolida posteriormente (Figura 3).



Figura 3 – A vernacular casa de material missioneiro  
Fonte: Arquivo Central do Iphan/RJ

Até o final dos anos 1960, foram tombadas em nível nacional por volta de 20 casas, ruínas, fortes, igrejas, coleções de objetos e um obelisco. Mais da metade foi pelo valor histórico, relacionado a guerras e conflitos, e outra parte pelo valor artístico, atribuído às igrejas e às coleções. As obras de restauração e de consolidação realizadas no período ocorreram sob responsabilidade do Sphan, que, aos poucos, incita os estados a compartilhar as ações de preservação. Em 1959, foi encaminhada ao governo do Estado uma minuta de termo de cooperação que já havia sido firmado com os governos do Paraná e Santa Catarina,<sup>7</sup> comprometendo-se o Estado a organizar um serviço de proteção responsável por inventariar, estudar e classificar os bens móveis e imóveis de valor histórico, artístico, arqueológico, etnográfico e os sítios naturais cuja preservação fossem de interesse público. Em 1964, foi criada a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Rio Grande do Sul, que, no entanto, levou anos para ter uma atuação efetiva. Portanto, nesse primeiro período, pode-se dizer que a atuação foi exclusivamente do governo federal por meio do Sphan.

### **A fase do poder legislativo**

No início dos anos 1970, foram promovidas, pelo governo federal, duas reuniões de governadores, realizadas em Brasília e em Salvador, com o objetivo de intensificar o compartilhamento das ações de preservação do patrimônio cultural brasileiro. No caso do Rio Grande do Sul, sentiu-se o reflexo em Porto Alegre, pois um

<sup>7</sup> Carta de 17 de fevereiro de 1959 de Rodrigo Melo Franco de Andrade endereçada a Aldo Malagoli, diretor da Divisão de Cultura da SEC. Acervo Arquivo Central do Iphan/RJ.

vereador municipal, além da representação estadual, esteve presente no primeiro encontro. Ele propôs a inserção, na Lei Orgânica de 1970, de uma ementa determinando ao Município a realização de levantamento dos bens imóveis de valor histórico e cultural com vistas ao tombamento ou à desapropriação. O artigo da lei que trata do levantamento é precedido por outros artigos que dão destaque ao tema do patrimônio, ressaltando que cabia ao Município, junto com a União e o Estado, “proteger as belezas naturais e os monumentos históricos ou artísticos” (PORTO ALEGRE, 1975, p. 6) e também que o Município “ampará a cultura e protegerá de modo especial os documentos, as obras e os lugares de valor histórico e artístico, os monumentos e as paisagens naturais notáveis” (PORTO ALEGRE, 1975, p. 24). A listagem foi realizada por servidores municipais e, posteriormente, reavaliada por equipes com representantes de entidades da sociedade civil. O trabalho das comissões municipais buscou a construção de uma memória local, sem privilegiar obras monumentais. As escolhas foram se ampliando com o passar do tempo, sendo incorporadas aos planos diretores. Muitas foram tombadas pelo Município e outras, esquecidas.

É interessante notar que a iniciativa na defesa do patrimônio da cidade partiu do Poder Legislativo, e não do Executivo, como normalmente ocorre. E que já havia, desde décadas anteriores, uma participação das câmaras de vereadores na defesa dos patrimônios em seus municípios: de Santa Maria, em relação à casa da Sotéia; de Santana do Livramento, em relação à casa de David Canabarro; de Pelotas, para o tombamento do Obelisco Republicano (Figura 4); de Alegrete, pela preservação da casa de Osvaldo Aranha; de Caxias do Sul, com vistas ao tombamento do Monumento ao Imigrante e da Associação das Câmaras Municipais da Região Sul, que solicitou o tombamento da Igreja Matriz e do casarão que hospedou o imperador em São José do Norte.

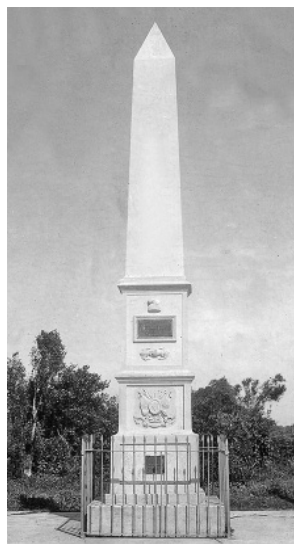


Figura 4 – Obelisco Republicano:  
demanda dos vereadores de Pelotas  
Fonte: Arquivo Central do Iphan/RJ

No que se refere ao valor histórico, parece ter havido uma disputa entre vários municípios para ver quem defendeu mais as fronteiras meridionais do Brasil, quem foi mais merecedor de reconhecimento por ter rechaçado os castelhanos, definido a nacionalidade, garantido a República, instituído as características da brasilidade, defendido o caráter moral e cívico. Trata-se sempre de discursos de reafirmação da inclusão no território brasileiro (MEIRA, 2008, p. 446).

O engajamento das câmaras municipais arrefeceu com o tempo. Hoje em dia, percebe-se que a maioria das ações legislativas alinha-se aos interesses imobiliários, esvaindo-se o engajamento observado em meados do século XX.

### **A fase do Poder Executivo**

A partir de meados dos anos 1970, o Poder Executivo, no caso de Porto Alegre, desenvolveu políticas de preservação no seu território, a partir da execução da listagem que foi requerida pela Lei Orgânica mencionada anteriormente. Sendo a capital do estado, muitas das iniciativas repercutiram em outros municípios. Destaca-se a dupla estratégia de preservação adotada, tanto pela proposição de uma lei de tombamento municipal, inspirada no Decreto-Lei nº 25, quanto à inserção da preservação dos bens edificados nos instrumentos de planejamento – os planos diretores. Porto Alegre foi uma das cidades pioneiras na área de planejamento urbano no país (SALENGUE; MARQUES, 1993), e aliar a preservação e o desenvolvimento urbano era oportuno e coerente com a cultura de planejamento vigente. Nesse contexto, iniciaram os tombamentos municipais, cujas escolhas foram pautadas por uma diferença fundamental em relação ao decreto que lhe serviu de inspiração: foi suprimida a palavra “excepcional”; então, edificações cotidianas como um cortiço de madeira ou casinhas de porta e janela puderam ser protegidas para o futuro da cidade (MEIRA, 2004).

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), de 1979, conceituou e disciplinou áreas funcionais, áreas de interesse público, urbanístico, ambiental, paisagístico e cultural e incorporou as listagens anteriores. Assim, o patrimônio cultural edificado foi considerado como parte integrante do planejamento urbano da cidade. Na sequência, seguiram-se diversas leis e decretos, entre as quais a primeira lei de tombamento municipal. E foi instituído o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural (Compahc), um dos mais antigos conselhos municipais do país, e também o Fundo Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural, para auxiliar o financiamento das ações preservacionistas.

No entanto, no Rio Grande do Sul, a primeira legislação urbana que fez referência ao tema do patrimônio cultural edificado foi o Plano Diretor do Município de Piratini, nos anos 1950, que delimitou o centro histórico. O Plano de Desenvolvimento Urbano de Bento Gonçalves, em 1972, teve como base a análise visual da paisagem urbana e destacou alguns elementos arquitetônicos isolados, mas não os incorporou efetivamente. O Plano Diretor de Triunfo, no final dos anos 1970, contemplou a preservação do patrimônio, bem como o de Montenegro, que incluiu uma consultoria sobre o tema (MEIRA, 2004). Mas são casos isolados.

Na década de 1980, a preservação do patrimônio começa a ser mais constante. A avaliação do Plano de Diretrizes de Bagé faz menção ao conceito de patrimônio ambiental urbano e à necessidade de proteção das edificações com valor histórico e artístico. Na revisão do Plano Diretor para Piratini, em 1986, o centro histórico foi configurado numa zona especial e a preservação das edificações históricas foi considerada essencial para o desenvolvimento turístico da cidade, o que até agora parece não ter sido assimilado na cidade. Outros casos poderiam aqui ser mencionados, mas o objetivo não é fornecer um panorama exaustivo, e sim alguns indícios de como o patrimônio era tratado nos planos urbanísticos regionais.

O governo estadual começou a realizar tombamentos a partir de 1980 (RIO GRANDE DO SUL, 1978) por meio de lei que, ainda hoje, remete aos artigos do Decreto-Lei nº 25. Na primeira década de atuação, foram protegidos mais de 60 bens distribuídos em várias regiões, que compreendem pontes, casas, teatros, igrejas, sedes de instituições, escolas, museus, usinas e, em atitude pioneira no estado, quatro parques estaduais. Estes foram inscritos devido aos valores paisagísticos, e todos os outros, devido ao valor histórico.

Os tombamentos em nível nacional nessas décadas incidiram na região das Missões, em Porto Alegre, no sul do estado e nas regiões de imigração. A atribuição de valor histórico continuou sendo majoritária, mas, pouco a pouco, lançaram-se luzes sobre valores artísticos, paisagísticos e etnográficos. A novidade ficou por conta da proteção a edificações representativas do ecletismo (Figura 5), linguagem arquitetônica até então não valorizada pelas políticas de preservação, e a casas representativas das arquiteturas teuto-brasileira e ítalo-brasileira, ou seja, das minorias imigrantes.



Figura 5 – Casarão eclético de Pelotas tombado em 1977  
Fonte: Arquivo Central do Iphan/RJ

Aos poucos, a noção restrita ao patrimônio histórico e artístico se ampliou para abranger o patrimônio cultural, incluindo as referências populares. No entanto, outras duas décadas se passariam até que a legislação legitimasse os novos conceitos.

## A fase da participação civil

No Brasil, depois de 20 anos de ditadura militar, houve um processo de democratização a partir de meados dos anos 1980. Os movimentos sociais passaram a reivindicar participação política e maior atuação na gestão pública. A Constituição de 1988 ampliou a autonomia municipal e, particularmente, o conceito de patrimônio cultural, reconhecendo os bens imateriais, que, a partir daí, conquistaram políticas específicas para seu desenvolvimento (BRASIL, 1988).

Relacionadas ao fim do período ditatorial, novas correntes surgiram a partir da crítica à arquitetura e ao urbanismo modernista, segundo Weimer (2006). Entre as realizações relevantes no Estado, o autor destaca a transformação do Hotel Majestic em Casa de Cultura Mario Quintana, obra realizada pelo governo estadual, fundamental para afirmar a possibilidade de compatibilização entre o novo e o antigo. Mais tarde, ainda no Centro Histórico, foi requalificada a Usina do Gasômetro, restaurado o Solar dos Câmara, e muitas outras obras se seguiram.

A participação da sociedade civil pela preservação do chamado “patrimônio histórico”<sup>8</sup> foi percebida no Sul em alguns episódios a partir da metade do século XX. Em Porto Alegre, tornou-se mais visível pelas manifestações na imprensa nas décadas de 1970 e 1980. Cabe explicar que participação é aqui entendida como a parte da gestão que se realiza com os atores sociais diretamente envolvidos no processo e que pode ser espontânea ou incentivada por uma política pública (MEIRA, 2004).

A partir de 1990, a ampliação da participação dos cidadãos na gestão da cidade passou a ser prioritária. Esse período, que compreende 15 anos,<sup>9</sup> será um pouco mais detalhado, pois se trata de uma experimentação singular em termos de gestão e que projetou Porto Alegre no âmbito internacional. Foram implantados mecanismos e canais de participação nas políticas de governo que buscaram combinar a democracia representativa com a democracia participativa (GENRO, 1997). O primeiro projeto formulado foi o Orçamento Participativo (OP). Em seguida, foram implantados o Projeto Porto Alegre Mais – Cidade Constituinte e os Congressos da Cidade, visando à participação no planejamento da cidade, quando foram aprovadas diversas ações relacionadas direta ou indiretamente à área da preservação do patrimônio. Uma nova lei orgânica foi promulgada e manteve as referências sobre a preservação do patrimônio do município (PORTO ALEGRE, 1990).

O PDDU foi revisado e deu origem ao Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA), um longo processo no qual a preservação passou a ser um conceito amalgamado ao planejamento urbano. Definiu-se como patrimônio ambiental do município tanto o meio natural quanto qualquer manifestação cultu-

<sup>8</sup> O conceito de patrimônio histórico é mais utilizado no senso comum, porém é restritivo, sendo correto denominar patrimônio cultural, que é mais amplo.

<sup>9</sup> A Administração Popular, formada pelo Partido dos Trabalhadores e outros partidos aliados, administrou Porto Alegre de 1989 a 2004.

ral material ou imaterial representativa do homem e sua cultura, o que se traduziu em três níveis distintivos de preservação: áreas especiais de interesse ambiental, lugares de interesse ambiental e unidades de interesse ambiental.

Fóruns de participação específicos na área da cultura foram criados, como as Conferências Municipais da Cultura, o Conselho Municipal de Cultura e instrumentos de financiamento como o Fumproarte. Aliados a uma nova lei de tombamento municipal (PORTO ALEGRE, 1992), o desenvolvimento desses instrumentos gerou uma ampliação dos temas demandados pelos cidadãos, entre os quais se identificaram, de maneira incipiente, questões relativas à preservação dos patrimônios culturais locais – tanto pesquisas históricas das memórias dos bairros quanto solicitações de tombamento e obras de restauração (Figura 6).



Figura 6 – Atacado do Nestor: restauração solicitada no OP  
Fonte: Meira (2004)

As demandas que ocorreram nos fóruns de participação desconstruem o discurso muitas vezes formulado por especialistas no sentido de que a população deve ser conscientizada sobre a preservação do seu patrimônio. Elas demonstram claramente que os grupos sociais têm conhecimento e se preocupam efetivamente com o registro e a salvaguarda, no caso da sua história ou das manifestações imateriais, e com a conservação ou restauração, no caso das edificações e dos marcos materiais da sua trajetória. O que pode ocorrer é que as escolhas feitas pelos especialistas não sejam reconhecidas pela população ou parte dela. E a recíproca também é verdadeira, pois grupos sociais podem valorizar determinados patrimônios que os especialistas não julgam detentores de valores relevantes para serem valorizados ou tombados. Cabe referir que nenhuma das solicitações de tombamento feitas pelos bairros por meio dos fóruns de participação foi concluída até hoje.

No entanto, a proteção continuou a ser realizada a partir de outras demandas. A metade dos tombamentos em nível municipal, até a década de 1990, foi relacionada a tipologias de habitação, ou seja, às casas de morar dos porto-alegrenses. Isso confere uma característica especial ao acervo protegido, pois representa o cotidia-



no de parte da sociedade civil, e não os símbolos do poder do estado ou da religião. A partir da virada para o século XXI, os tombamentos em nível municipal foram rareando, e o último ocorreu em 2005, com a sede do Jockey Club.

Em nível estadual, outro tombamento corajoso protegeu a Mata Atlântica e seus ecossistemas associados, abrangendo as áreas de muitos municípios. Continuaram os tombamentos por valores predominantemente históricos de uma grande diversidade de bens edificados: casas, mercado, teatro, museus, cemitério, granja, forte, capela, hospital psiquiátrico, sítios ferroviários, fonte e muitos mais, adentrando o século XXI.

O Iphan passou a considerar conjuntos urbanos, e os tombamentos isolados se tornaram cada vez mais raros. Em nível nacional, se observou que “[...] os bens tombados a partir de 2003 tiveram seus processos, em grande maioria, iniciados por solicitação de organizações sociais. Hoje, todos os processos em andamento contam com a aprovação e a expectativa da comunidade envolvida” (PORTA, 2012). No estado, foram protegidos os conjuntos urbanos e arquitetônicos de Antônio Prado, Santo Amaro, Santa Tereza, Jaguarão e Hamburgo Velho em Novo Hamburgo (BRASIL, 2017).

O tombamento nacional que incidiu na área central de Porto Alegre, sobre o Sítio Histórico das praças da Matriz e da Alfândega, marcou a implantação de um dos projetos mais amplos em termos de política pública de preservação em áreas urbanas no Brasil: o Programa Monumenta, que se transformou no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) das Cidades Históricas. O objetivo principal baseava-se na utilização do potencial econômico e simbólico do patrimônio cultural voltado para o desenvolvimento econômico e social, gerando emprego e renda e requalificando as áreas urbanas tombadas. No Rio Grande do Sul, dezenas de ações e obras foram desenvolvidas,<sup>10</sup> sendo que obrigatoriamente, na construção dos planos locais, a população deveria ser protagonista, juntamente com as três instâncias de governo (BRASIL, 2013).

O fato mais relevante na virada do século foi a promulgação do Decreto-Lei nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que instituiu o registro dos bens culturais imateriais, que compreendem cinco categorias: saberes, celebrações, formas de expressão, lugares e diversidade linguística (BRAYNER, 2009; SANT’ANNA, 2006).<sup>11</sup> No Rio Grande do Sul, tentando reparar um processo de exclusão histórica, foram priorizados estudos sobre as referências culturais de grupos indígenas e dos negros. O primeiro Inventário Nacional das Referências Culturais (INRC) no estado deu origem ao registro da Tava Miri – as ruínas de São Miguel das Missões – co-

<sup>10</sup> No Rio Grande do Sul fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) das Cidades Históricas as cidades de Jaguarão, Pelotas, Porto Alegre e São Miguel das Missões, totalizando um investimento de R\$ 151 milhões na preservação do patrimônio urbano. Cabe ressaltar que os resultados não foram homogêneos nessas cidades, sendo mais efetivos em Jaguarão do que em Pelotas, por exemplo (BRASIL, s.d.).

<sup>11</sup> Várias publicações sobre patrimônio imaterial encontram-se disponíveis para *download* no sítio do Iphan.

mo patrimônio imaterial brasileiro. O monumento que mais representa a materialidade da “pedra e cal”<sup>12</sup> das políticas oficiais é percebido pelos M’Byá Guarani como uma representação imaterial da sua ancestralidade.

Outro inventário estudou as referências culturais em relação ao Cerro de Porongos, no município de Pinheiro Machado, que entrou para a história da Guerra dos Farrapos em razão do Massacre dos Lanceiros Negros. A memória popular sobre o episódio remete à situação de exclusão dos negros que ainda perdura na sociedade atual. Também inventários sobre os saberes e fazeres relacionados aos doces de Pelotas e sobre as lidas campeiras em Bagé; estas, longe dos estereótipos fomentados nos centros de tradições gaúchas, demonstram a diversidade e a complexidade dos temas relacionados à preservação do patrimônio cultural. As cooperações internacionais foram relevantes nesse período, destacando-se a parceria com o Instituto Andaluz do Patrimônio Histórico, que trouxe à tona a preocupação com a paisagem cultural, e com o Mercosul Cultural, que destacou a Ponte Internacional de Jaguarão como o primeiro Patrimônio Cultural do Mercosul.

### **A fase atual do judiciário, das dificuldades e dos desafios**

A judicialização geral que tomou conta do Brasil na política, na economia, na cultura, é assunto admitido até mesmo pelos ministros do Supremo Tribunal Federal, sendo chamado de “fenômeno de judicialização da vida” (BRASIL, 2016). A preservação do patrimônio, tendo em vista os interesses diversos que muitas vezes incidem nas escolhas dos bens patrimoniais, faz parte desse contexto.

Como ainda não há estudos disponíveis sobre o tema, cabe aqui referir um exemplo específico (mas que não é único): os casarões da Rua Luciana de Abreu, no bairro Moinhos de Vento, em Porto Alegre. Trata-se de um caso emblemático que se desenrolou por dez anos, desde 2003, quando um conjunto de seis imóveis, construídos nos anos 1930 para moradia de mestres cervejeiros que trabalhavam na cervejaria Brahma, foi adquirido por uma empresa de construção civil que pretendia construir um edifício de 16 andares no local. Para a associação Moinhos Vive, formada por moradores e simpatizantes do bairro, o conjunto possuía valores histórico, arquitetônico e cultural (BARBOSA, 2013a). O conjunto foi ganhando relevância à medida que novos olhares se somaram ao dos moradores. Pesquisas realizadas por arquitetos, na sequência, revelaram que se tratava de projeto do arquiteto alemão Theo Wiederspahn, um dos mais importantes que atuaram no estado.

Para um integrante do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural (Compahc), além da importância de ter sido projeto de Wiederspahn, contavam mais a preservação do espírito do lugar, da paisagem urbana e também a relação afetiva do lugar com os moradores do bairro (BARBOSA, 2013b). Contudo, o Compahc não teve atuação contundente no caso. Muitas manifestações ocorreram

---

<sup>12</sup> “Pedra e cal” é uma denominação frequentemente aplicada com conotação crítica. Refere-se ao fato de que nas primeiras décadas do Sphan a preservação priorizava edificações antigas construídas com alvenaria de pedras, sendo os rejuntas à base de cal.

na frente dos casarões, reunindo, além dos moradores, arquitetos, estudantes universitários, artistas, jornalistas, *chefs* de cozinha e simpatizantes de outros bairros. A preservação desse lugar passou a representar a luta pela qualidade de vida urbana (CARDIA, 2013). Em 2013, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul decidiu que os casarões poderiam ser demolidos, o que foi acatado imediatamente pela construtora. A decisão de juízes sobre a atribuição de valor a um bem cultural enfraquece a atuação das instâncias administrativas governamentais e da própria população. Atinge tanto os valores técnicos atribuídos por especialistas quanto os valores afetivos atribuídos pelos cidadãos. A pergunta feita no início sobre quem escolhe os bens a serem preservados não deveria incluir os juízes como alternativa aceitável.

E concomitante aos processos que acabam em vias judiciais, nos últimos anos, prosseguiram os processos de tombamento nas instâncias estadual e nacional. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (Iphae) realizou mais de 50 tombamentos após 2010. Destacam-se as proteções ao Centro Histórico de Bagé pela sua amplitude e a dois antigos clubes sociais negros, o 24 de agosto, em Jaguarão, e o Fica Ahi Pra Ir Dizendo, em Pelotas, pela atenção à diversidade. O Memorial da Coluna Prestes e o Sítio de Batalha da Coluna, onde se encontra o túmulo do tenente Portela,<sup>13</sup> assim como a Ilha do Presídio, onde foram confinados presos políticos durante a ditadura militar, são importantes símbolos políticos preservados pelo estado.

Em nível nacional, cabe destacar o tombamento da canoa Tradição, fundada em Rio Grande, por ser o primeiro barco protegido no sul. E, embora não tenham sido concluídos os processos, as solicitações de tombamento de um centro de umbanda e dois quilombos são relevantes e reforçam as ações estaduais. O orçamento federal destinado às ações de preservação do patrimônio cultural, que havia duplicado de 2001 a 2010 (PORTA, 2012), voltou a cair nesse último ano, o que terá reflexos no Rio Grande do Sul. Problemas futuros devido à falta de obras de conservação e restauração certamente irão ocorrer. Em um cenário desfavorável, as leis de incentivo federal e estadual existentes podem colaborar para que ao menos algumas ações de preservação sejam realizadas com apoio de empresas privadas.

A implantação do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural continua sendo um desafio, pois articular os níveis municipal, estadual e federal em relação a ações tanto governamentais quanto da sociedade organizada, de instituições e de empresas privadas é muito complexo no Brasil. Sua implantação poderia otimizar preciosos recursos financeiros e técnicos. Também a inserção dos bens culturais no desenvolvimento socioeconômico como pretendido no PAC das Cidades Históricas é um desafio na medida em que, no senso comum, muitos acreditam que a preservação restringe o desenvolvimento. Mas há desafios maiores.

---

<sup>13</sup> O Memorial da Coluna Prestes fica em Santo Ângelo. O Sítio de Batalha da Coluna Prestes e o túmulo do tenente Portela ficam em Pinheirinho do Vale.

Percorreram-se nove décadas neste texto, abrangendo ações de preservação do patrimônio cultural centralizadas pelo governo federal e a descentralização por meio do governo do Estado e dos municípios (aqui representados pela capital). Na sequência, tivemos a ênfase na participação da cidadania e, finalmente, um período que não deveria existir: o da judicialização do patrimônio.

Pergunta-se: como é possível, hoje, atender às inúmeras demandas dos grupos sociais pelo reconhecimento de seus patrimônios sem se submeter a um ávido mercado de consumo cultural? E como selecionar um conjunto de bens materiais ou imateriais no qual os grupos sociais reconheçam as suas semelhanças e respeitem as suas diversidades sem se sentirem, eventualmente, agredidos em uma época de ódios tão exacerbados? Como se colocam, hoje, em relação ao pensamento individualista e com graves problemas éticos que têm proliferado no país, as representações que exaltam valores de humanidade e de democracia que queremos ver presentes no futuro? Voltamos, assim, aos questionamentos do início do texto sem ter as respostas para a situação atual: que bens patrimoniais devem ser preservados, em nome de quem, por que e quem escolhe? São perguntas que continuaremos a fazer por mais algumas décadas.

## REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Cláudia. Justiça autoriza demolição de casarões no Moinhos. *Jornal do Comércio*, 13 set. 2013a. Disponível em: <<http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=134359%20>>. Acesso em: 15 ago. 2017.
- BARBOSA, Cláudia. MP propõe acordo entre Goldsztein e prefeitura. *Jornal do Comércio*, 1 out. 2013b. Disponível em <<http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=135772>>. Acesso em 16 ago. 2017.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- BRASIL, Cristina Índio do. Brasil atravessa o fenômeno da judicialização, diz Barroso. *Agência do Brasil*, 25 ago. 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-08/quase-tudo-pode-de-certa-forma-chegar-ao-supremo-diz-barroso>>. Acesso em: 16 ago. 2017.
- BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934). *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 16 jul. 1934. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm)>. Acesso em: 7 ago. 2017.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Diário Oficial da União, Brasília*, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao\\_compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao_compilado.htm)>. Acesso em: 7 ago. 2017.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 6 dez. 1937. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm)>. Acesso em: 7 ago. 2017.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 7 ago. 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3551.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm)>. Acesso em: 15 ago. 2017.
- BRASIL. MinC. Iphan. *Bens tombados e processos de tombamento em andamento*. 2017. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista%20bens%20tombados%20e%20processos%20em%20andamento%20ago%202017.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

BRASIL. MinC. Iphan. *PAC 2 – cidades históricas*. Brasília: Iphan, 2013. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Folder%20PAC2%20Cidades%20Hist%C3%B3ricas.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

BRASIL. MinC. Iphan. *PAC Cidades Históricas*. Resumo por cidades/UF. Brasília: Iphan, [s.d.]. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Investimentos%20por%20cidade.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

BRAYNER, Natália. *Patrimônio cultural imaterial: para saber mais*. Brasília: Iphan, 2009.

CARDIA, Cesar. Casas na Rua Luciana de Abreu: quem decide é o prefeito. *Amigos da Rua Gonçalo de Carvalho*, 1 out. 2013. Disponível em: <<http://goncalodecarvalho.blogspot.com.br/2013/10/casas-da-rua-luciana-de-abreu-quem.html>>. Acesso em: 16 ago. 2017.

CAVALCANTI, Lauro (Org.). *Modernistas na repartição*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1993.

CAVALCANTI, Lauro. Correntes arquitetônicas e patrimônio. In: \_\_\_\_\_ . *Moderno e brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006, p. 97-107.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Liberdade, 2001.

GENRO, Tarso. 21 teses para a criação de uma política democrática e socialista. In: \_\_\_\_\_ . (Org.). *Porto da cidadania*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997.

MEIRA, Ana Lúcia G. *O passado no futuro da cidade: políticas públicas e participação popular na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

MEIRA, Ana Lúcia G. *O patrimônio histórico e artístico nacional no Rio Grande do Sul no século XX: atribuição de valores e critérios de intervenção*. 2008. 483 p. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

PESSÔA, José et al. *Moderno e nacional*. Niterói: UFF, 2006.

PORTA, Paula. *Política de preservação do patrimônio cultural no Brasil: diretrizes, linhas de atuação e resultados*. Brasília: Iphan, 2012.

PORTO ALEGRE. Lei Complementar nº 275/92. Dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico, cultural e natural do Município de Porto Alegre, disciplina a integração de bens móveis e imóveis e cria incentivos ao tombamento e dá outras providências. *Diário Oficial de Porto Alegre*, Porto Alegre, 7 abr. 1992. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/lei-complementar/1992/27/275/lei-complementar-n-275-1992-dispoe-sobre-a-protecao-do-patrimonio-historico-cultural-e-natural-do-municipio-de-porto-alegre-disciplina-a-integracao-de-bens-moveis-e-imoveis-e-cria-incentivos-ao-tombamento-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

PORTO ALEGRE. Lei nº 4.665, de 25 de abril de 1979. Dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico e cultural do município de Porto Alegre. *Diário Oficial de Porto Alegre*, Porto Alegre, 13 dez. 1979. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/lei-ordinaria/1979/467/4665/lei-ordinaria-n-4665-1979-dispoe-sobre-a-protecao-do-patrimonio-historico-e-cultural-do-municipio-de-porto-alegre-1992-04-06-versao-consolidada>>. Acesso em: 7 ago. 2017.

PORTO ALEGRE. Lei Orgânica do Município de Porto Alegre. *Diário Oficial do Estado*, Porto Alegre, 4 abr. 1990, p. 23. Disponível em: <<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?s1=000022938.DOCN.&l=20&u=/netahtml/sirel/simple.html&p=1&r=1&f=G&d=atos&SECT1=TEXT>>. Acesso em: 7 ago. 2017.

PORTO ALEGRE. Lei *Orgânica do Município de Porto Alegre*. Porto Alegre: Corag, 1975. Disponível em: <<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/netahtml/sirel/atos/lei%20organica>>. Acesso em: 7 ago. 2017.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 7.231, de 18 de dezembro de 1978. Dispõe sobre o patrimônio cultural do Estado. *Diário Oficial do Estado*, Porto Alegre, 18 dez. 1978. Disponível em: <<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=LegislacaoAc&Clr=1>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

RIO GRANDE DO SUL. SEOP. *Relatório da Diretoria de Terras e Colonização*. Porto Alegre: SEOP, 1923.

SALENGUE, Laís Guimarães de Pinho; MARQUES, Moacyr Moojen. Reavaliação de planos diretores: o caso de Porto Alegre. In: PANIZZI, Wrana M.; ROVATTI, João F. (Org.). *Estudos urbanos: Porto Alegre e seu planejamento*. Porto Alegre: Ed. UFRGS; Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1993, p. 155-164.

SANT'ANNA, Márcia. *Da cidade-monumento à cidade-documento: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)*. 1995. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, 1995.

SANT'ANNA, Márcia. *Registro do patrimônio imaterial*. 4. ed. Brasília: Iphan, 2006.

WEIMER, Günter. *Arquitetura*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006. (Síntese Rio-Grandense).

## **POLÍTICAS CULTURAIS E O CAMPO DA MEMÓRIA: contribuições possíveis para um processo de transformação social**

Lia Calabre\*

Não se constrói uma nação,  
não se leva um povo a uma forma civilizatória,  
sem que esses bens de natureza cultural,  
que percorrem toda a trajetória desse povo,  
não sejam levados em conta na sua justa  
e medida proporção.

*Aloisio Magalhães*

No Brasil, podemos considerar que ainda vivemos em uma sociedade na qual, em inúmeras situações, se privilegia o esquecimento em detrimento da memória. O campo da administração pública vive diuturnamente um processo de apagamento das ações das gestões anteriores. Dito de uma outra maneira, ao se iniciar um novo período de governo, iniciativas e atividades em curso tradicionalmente são substituídas por outras novas, sem a preocupação com os registros e as avaliações dos processos que estavam em andamento. Nossos administradores e políticos têm o hábito de querer sempre ter realizado alguma coisa “pela primeira vez”. A todo momento há alguém inaugurando um novo modo de fazer e buscando deslocar para o campo do esquecimento as ações e os processos que vinham até então sendo desenvolvidos. Não há uma preocupação efetiva com a guarda dos registros dos processos ocorridos, ainda que tenhamos uma Lei de Arquivos promulgada em 1991, que somente foi regulamentada em 2002, em uma área que não tem um efetivo plano de arquivos e que somente em 2011 realizou uma Conferência Nacional de Arquivos – que tinha a construção de um plano como um importante ponto de pauta, mas que em nada avançou.

---

\* Doutora em História/UFF. Pesquisadora e chefe do Setor de Pesquisas em Políticas Culturais da Fundação Casa de Rui Barbosa. Professora do PPGMA-FCRB e do PPCult-UFF. Professora dos MBAs em Gestão e Produção Cultural da FGV/RJ e Ucam/RJ. Coordenadora da Cátedra Unesco de Políticas Culturais e Gestão – FCRB. Contato: liacalabre@gmail.com.

Ao refletir sobre as práticas de guardar para lembrar, ou permitir que possa haver lembrança, o historiador francês Jacques Le Goff nos alerta para o fato de que

tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação de memória coletiva (LE GOFF, 1996, p. 426).

Os esquecimentos e os silêncios são importantes elementos reveladores dos mecanismos de projetos de manipulação coletiva da memória social. Nós, no Brasil, nos acostumamos a ter pouco cuidado com a manutenção da nossa memória histórica e cotidiana, com a conservação dos documentos, com a preservação da diversidade dessa documentação ou mesmo com a diversidade social representada (ou não) pela e na documentação preservada. Podemos afirmar que durante o governo do presidente Lula (2003-2010), nas gestões dos Ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira, vivenciamos um momento em que houve no país uma busca, um trabalho que tinha como objetivo “colocar em cena”, politicamente falando, diferentes atores sociais, consolidando novos espaços de participação, permitindo a construção de uma história diferente do país, efetivamente mais diversa e múltipla. Tal conjuntura passou a permitir que esses atores sociais também se percebessem como donos, ou ao menos integrantes de nossa história, como construtores dela, e, nesse sentido, a problemática das formas tradicionais de preservação da memória torna-se ainda mais fundamental.

A memória deve ser considerada como elemento importante no processo de transformação e de luta social. A tradição, que não se rememora, desaparece, morre. O ativamento da memória pode ser instrumento tanto de manutenção de uma determinada forma de ser quanto de transformação social. Durante muito tempo no Brasil, foi muito utilizada como um importante elemento/recurso de dominação tanto no campo do social como nos das questões políticas e econômicas. Basta que recordemos o tratamento dispensado às revoltas sociais e populares, nos livros de História, por toda a ditadura civil-militar que dominou o país por 20 anos – o tempo de uma geração.

Então, efetivamente, qual é a grande questão que se apresenta para nós contemporaneamente no país? É a da perpetuação da manipulação da memória e dos processos de apagamento. Ou melhor, a da necessidade da construção de políticas de memória e de acervos, de maneira a permitir a construção de uma história mais plural, menos manipulável. Como já foi dito, considera-se que a memória é um elemento importante no processo de perpetuação de dominação de um grupo (étnico, econômico, político, etc.) sobre outros, de determinados segmentos sociais sobre outros. Quando se escolhe festejar (rememorar) um determinado feito e não outro, se está privilegiando um dos vieses da memória histórica. Tendo em vista tal conjuntura é que se torna urgente a necessidade de construir políticas de guarda da memória, de documentos que permitam que emerjam as mais variadas memórias, e não só as produzidas a partir das versões presentes nos documentos oficiais ou



aquelas privilegiadas pelas classes dominantes. Elaborar e implementar políticas públicas para a preservação do patrimônio documental do país é contribuir com o processo de criação de mecanismos que possam transformar um fenômeno que parece comum para nós, que se consubstancia em uma espécie de amnésia coletiva (seletiva).

Fazendo uma pequena retrospectiva histórica, Aloisio Magalhães, no processo de criação de Fundação Pró-Memória, na década de 1970, expressa uma preocupação com a ampliação do campo de ação dos órgãos da cultura, inclusive abarcando o patrimônio documental. Ao longo dos anos 1980, a Pró-Memória ampliou seu escopo de ação, incorporando o patrimônio documental no campo da ação cultural. No entanto, em 1990, a Fundação foi extinta no governo do presidente Collor, e suas funções no âmbito dos bens integrantes do acervo cultural brasileiro, de maneira ampliada, não foram absorvidas por outro órgão.

Ainda na década de 1980, parte dessa discussão sobre o apagamento da memória ganhou força no processo de promulgação da Constituição de 1988, mas a maioria das regulamentações não foram realizadas, impedindo o efetivamento do que foi previsto no texto legal. Os avanços caíram no esquecimento.

Já agora no século XXI, existem vários trabalhos que vêm sendo desenvolvidos com a intenção de garantir espaço, direitos e recuperação de parte dessa memória apagada, que pode ser exemplificada com as ações de recuperação dos documentos das áreas dos remanescentes quilombolas. Tal trabalho é baseado em uma rigorosa pesquisa teórica, em processos de rememoração que utilizam desde fontes escritas e fontes orais a vestígios arqueológicos. É um processo de reconstrução, de consolidação de determinadas memórias que ficaram soterradas, muitas camadas abaixo da memória oficial. Esse processo de reconstrução dessa história negra gera resultados tanto no campo simbólico como no campo real, com a titulação de terra para os descendentes dos quilombolas, muitas vezes com disputas sobre esta mesma terra com outros segmentos sociais, assim como na recuperação da autoestima desse grupo acerca das suas ancestralidades, das raízes negras africanas.

Podemos dizer que, inspiradas na Constituição Cidadã de 1988, algumas constituições estaduais garantiram direitos de preservação à memória de determinados segmentos e grupos sociais; entretanto, muitas vezes não foram apropriadas, seja pelos governantes, seja mesmo pelos cidadãos. No estado de Sergipe, por exemplo, a Constituição Estadual, promulgada na década de 1990, garante que todo sítio, toda área que possuísse vestígios da ação do cangaço deveria ser considerada uma área de patrimônio do estado. Entretanto, muitos gestores municipais desconhecem o artigo ou preferem não valorizar esse tipo de memória. O resultado é a não aplicação da lei em diversas regiões. É importante refletirmos que em pleno processo de redemocratização, no final da segunda metade dos anos 1980, quando a Constituição Estadual estava sendo elaborada, essa questão foi colocada em cena, mas isso não foi apropriada e efetivada por muitas das gestões seguintes. Logo, não basta se estabelecer a preservação da memória através de uma lei; o maior desafio é o de garantir de fato que isso ocorra.

Sem dúvida, o esquecimento é um dos principais fatores que moldam a memória nacional, onde se escolhe, recorta e se faz lembrar a partir de determinados “retalhos da história”. A memória é um fenômeno construído, não basta dizer que todos têm memória. A memória coletiva é construída, sendo um elemento destacado no caminho do fortalecimento do sentimento de identidade e de pertencimento.

Os lugares, os centros de memória, não devem servir para guardar só memória dos grupos dominantes. Mudar essa visão é um processo lento. Temos um exemplo muito interessante que é o do Museu da Maré. Em seu *site*, o Museu se apresenta como um

[...] conjunto de ações voltadas para o registro, preservação e divulgação da história das comunidades da Maré, em seus diversos aspectos, sejam eles culturais, sociais ou econômicos. As ações propostas no Plano Museológico contemplam o programa institucional, de acervos, de exposição, educativo cultural, de pesquisa e de divulgação da iniciativa (MUSEU DA MARÉ, s.d.).

O Museu da Maré foi criado em 2006, no âmbito de uma conjuntura bastante propícia para ações de tal natureza. O Ministério da Cultura estava implementando o Programa Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva, que ficou mais conhecido como Cultura Viva, sendo sua ação de maior repercussão a dos Pontos de Cultura (o Museu da Maré foi um ponto de cultura). A base do programa é exatamente a de fortalecer iniciativas oriundas da sociedade civil, em especial que tenham como público-alvo populações que vivem em áreas consideradas de vulnerabilidade social. Aquele era também o momento da criação da Convenção da Diversidade Cultural da Unesco (2005), colocando na pauta das políticas públicas dos países-membros a problemática das múltiplas identidades, de necessidade do conhecimento e do reconhecimento da diversidade cultural de cada país. Junto a isso, foi também na gestão do ministro Gil que foi criado o Departamento de Museus (Demu), junto do Iphan, como um embrião do que veio a ser o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). As ações na direção da criação de um Plano Nacional de Museus começaram a ser implementadas pelo Demu, estabelecendo diretrizes, documentos norteadores. Como mencionado anteriormente, o Museu da Maré possui um plano museológico estruturado, demarcando os campos de atuação da instituição.

Na proposta de criação, os organizadores do Museu da Maré deixam muito claros os princípios que guiaram a construção do espaço:

a intenção do Museu da Maré é romper com a tradição de que as experiências a serem rememoradas e os lugares de memória a serem lembrados são aqueles eleitos pela versão oficial, “vencedora”, da história e por isso, uma versão que limita as representações da história e da memória de grandes parcelas da população. Por isso, o Museu da Maré, como uma iniciativa pioneira no cenário da cidade, se propõe a ampliar o conceito museológico, para que este não fique restrito aos grupos sociais mais intelectualizados e a espaços culturais ainda pouco acessíveis à população em geral. A favela é lugar de memória e por isso nada mais significativo do que se fazer uma leitura museográfica a partir de tal percepção (MUSEU DA MARÉ, s.d.).

No caso da Maré, o trabalho coletivo dos organizadores e da comunidade vem contribuindo para a modificação do conceito de museu, com ênfase no território. O trabalho deu tão certo que o museu foi várias vezes escolhido para receber exposições em circulação de outras instituições do país, inclusive internacionais. Existe também um trabalho no campo educativo de levar os meninos da comunidade envolvidos com o projeto para visitar outros museus, promovendo uma circulação de ideias. Esse tipo de processo dialoga com questões como a da identidade, do pertencimento, de estar no lugar, cria sentimentos como “eu tenho uma identidade” ou “eu posso trabalhar a minha identidade”.

Como ocorreu tradicionalmente com os lugares de periferia, eles parecem (ou pareciam) não ter história. Existe uma grande dificuldade de se obter informações históricas. Normalmente as escolas locais não possuem material para trabalhar com aquele território. No caso da cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, até o início dos anos 1980, existiam poucos estudos sobre os subúrbios. Tal lacuna não foi completamente sanada, mas foram produzidas algumas teses e dissertações sobre a cidade, algumas coleções de memórias foram publicadas, porém, sobre certas regiões específicas, praticamente nada foi escrito. Logo, ser um espaço “para o registro, preservação e divulgação da história das comunidades” faz do Museu da Maré um espaço muito especial. Há mais de uma década eles vêm se dedicando, a partir de um trabalho intenso, a reconstituir a história local em sua diversidade e multiplicidade.

Em consequência do trabalho desenvolvido, o arquivo abriga material variado sobre a história local, composto por fotografias, publicações, fitas de vídeo e áudio, jornais e mapas. O acervo está disponível à consulta de moradores, professores e alunos das escolas públicas do bairro e de pesquisadores das diversas instituições da cidade (MUSEU DA MARÉ, s.d.).

A memória, na verdade, é um elo fundamental para fortalecer o sentimento de pertencimento. A partir da confiança depositada pelos moradores no trabalho do Museu da Maré, o acervo documental foi crescendo, os documentos foram chegando aos poucos, as fotografias, os recortes de jornal, os registros cotidianos, entre outros. Eles receberam, e ainda recebem, um número significativo de doações de moradores, permitindo, assim, recompor a história da formação e transformação local.

Um dos trabalhos dos profissionais de História e daqueles que trabalham com o campo da memória em geral, com documentação, é o de buscar a desmistificação do sujeito histórico individual. Durante muito tempo a reconstituição dos processos históricos foi feita a partir de alguns “personagens principais” – líderes políticos, militares, empresariais, etc. – como se não houvesse todo um conjunto de pessoas envolvidas, do povo, nas ações a favor ou contra os objetivos defendidos por essas lideranças. A lógica dos arquivos, em geral, segue esse esquema de memória oficial, como selecionar o que deve ser guardado, preservado ou descartado. Sem dúvida a lógica dos grandes arquivos nacionais necessita ser regida por uma política de prioridades. Mas, sem dúvida, uma política paralela que estimule

a criação de locais intermediários de guarda de memória local, como é o caso do Museu da Maré, cumpre um papel fundamental. Hoje os processos coletivos estão em evidência. Tudo nos leva a crer que esse é o momento de realmente resgatar e recuperar essa memória coletiva. Precisamos recolocar todos os atores novamente na cena.

Seguindo dentro do corte temático da valorização da memória local, há uma interessante experiência realizada no município de Itajaí, no litoral norte do estado de Santa Catarina. A região sul do Brasil foi a de maior concentração de imigração branca europeia no final do século XIX e XX, movimento esse estimulado pelo governo na busca da substituição da mão de obra negra e escrava e dentro de um projeto de embranquecimento do país. A área do patrimônio estava a cargo da Fundação Genésio Miranda Lins (FGML), instituída em 1976. O professor e estúdio-oso José Roberto Severino foi convidado a dirigir a Fundação no período de 2005 a 2008. Ao chegar a nova gestão foi realizado um diagnóstico inicial, através do qual a equipe registrou o que considerou como uma série de fragilidades:

a FGML apresentava fraca relação com a memória social nas atividades da instituição; ausência de uma política patrimonial definida; pouca transversalidade com os órgãos governamentais [...]. Notava-se a pouca presença dos indígenas, uma forte presença dos lusos, nenhuma presença dos afrodescendentes e a grande presença dos imigrantes europeus que ancoraram no porto ao longo do século XIX e XX, bem como de todos os descendentes. É flagrante a ausência da memória do agricultor, do pescador, do estivador, do comerciário (SEVERINO, 2016, p. 101).

A Fundação contava com um “Conselho de Notáveis”, que era formado por especialistas dedicados ao estudo da história oficial da cidade. Esse conselho contribuía com a estruturação da política de guarda da instituição. A partir desse diagnóstico, foram definidas as diretrizes do trabalho que seria desenvolvido para combater as fragilidades encontradas. Como podemos ver, havia um processo significativo de exclusão, na preservação da memória social, de uma série de segmentos sociais fundamentais para a construção da história local. Tal comportamento cria, por um lado, sentimentos de não representação e não pertencimento em seus descendentes e, de outro, um baixo grau de identificação com os lugares de memória preservados oficialmente.

A equipe decidiu estruturar seu trabalho com vistas ao desenvolvimento de políticas de inclusão da diversidade na preservação do patrimônio histórico e cultural da cidade. Segundo Roberto Severino, a escolha metodológica da equipe para aproximação da população, nos mais de 40 bairros do município, foi a participação das reuniões do Orçamento Participativo (OP). Como recorda o gestor, “o estranhamento inicial, logo foi tomado pelo entusiasmo da população em poder decidir, discutir, propor. Tínhamos uma hora por reunião para fazer a apresentação e ouvir dos participantes as demandas relacionadas ao patrimônio” (SEVERINO, 2016, p. 101-102). A partir desses primeiros resultados obtidos nas reuniões de discussão do Orçamento Participativo, a equipe da Fundação tomou como tarefa

“ouvir a população acerca de uma política patrimonial de inclusão, através das sucessivas entrevistas realizadas para compor um novo acervo, tendo como suporte a história oral” (SEVERINO, 2016, p. 102). O desdobramento da ação foi a criação de uma gerência de Patrimônio Cultura voltada para as minorias e os grupos excluídos socialmente.

A gestão do patrimônio cultural no Brasil tem a tradição de concentrar parte significativa de suas ações (ou mesmo a totalidade delas) na preservação do patrimônio edificado e de estabelecer diálogos quase que exclusivamente com grupos de especialistas que costumam compor os conselhos de área. A forma de operar com o conceito de patrimônio artístico e histórico costuma ser aquela que considera que a preservação deve ter como alvo os estilos arquitetônicos consagrados, ou seja, os dos brancos e das elites. Essa forma tradicional de gestão gera um sentimento de exclusão, de ausência de identidade, de parte significativa da população. Essa não se identifica com a memória preservada e representada nos museus e centros culturais.

A experiência da gestão do patrimônio em Itajaí promoveu uma apropriação ampliada da memória social local, incluindo na história oficial os elementos e os atores tradicionalmente ausentes dela. Os resultados das entrevistas e das novas documentações que passam a ser incorporadas ao acervo da Fundação ampliam as fronteiras da história local. Tais materiais passam a ser matéria de programas da rádio universitária e dos jornais locais, a constar na produção de material didático e de projetos que envolvem os jovens, a memória e a cultura local. Ações de educação patrimonial foram criadas. O projeto foi desdobrado em inúmeras publicações – inclusive com fins didáticos. Enfim, o gestor do projeto avaliou que, “dessa forma, as comunidades passaram a ter maior visibilidade e compreensão dos seus saberes e fazeres enquanto patrimônio, buscando estratégias de transmissão desse legado” (SEVERINO, 2016, p. 105).

No campo da valorização da memória e do patrimônio, temos um outro grande desafio que está ligado às contradições que cercam as questões entre o que é antigo e o que é moderno. Este último, como sabemos, é hipervalorizado nas sociedades de consumo. Para a preservação da memória e do patrimônio, temos problemas sérios tanto com a qualificação quanto com a desqualificação do antigo. Vejamos o exemplo de algumas áreas históricas, que em determinados momentos foram altamente desvalorizadas, abandonadas e que estão sendo requalificadas, em geral através de processos de ressignificação da memória e dos usos dos locais.

Alguns processos de restauração de conjuntos arquitetônicos coloniais em nossas cidades foram bem-sucedidos, porém, na sua esmagadora maioria das vezes, resultou na saída dos antigos moradores e proprietários dos locais ou, em outras experiências, na transformação destas em áreas turísticas pouco acessíveis para a população local. Tal fenômeno ocorreu há algumas décadas no Pelourinho, em Salvador; mas também na cidade mineira de Tiradentes, como em Parati, no Rio de Janeiro, no Cais das Docas, em Belém, ou na área portuária do Rio de Janeiro mais recentemente. Em todos esses casos houve um largo investimento em uma moda-

lidade específica de turismo: o cultural. Em geral, para transformar algumas regiões da cidade em área turística, ocorre uma “higienização” daquele espaço urbano, alterando seus usos, práticas e tradições, rompendo com os laços da memória ou ativando somente parte dela – aquela que interessa ao novo empreendimento. No caso de cidades como Tiradentes, por exemplo, os proprietários originários da maioria dos imóveis da pequena cidade histórica acabaram sendo convencidos a venderem seus imóveis tombados (e de cara manutenção) para novos empreendedores.

Retornando à problemática das políticas de guarda de memória local, temos um outro importante desafio a encarar. Com a promulgação da Constituição de 1988, verificamos um movimento intenso de crescimento no número de municípios. Alguns, originalmente, eram muito grandes e deram origem a outros, que acabaram perdendo parte de suas memórias, das histórias de suas origens. A história preservada e produzida, muitas vezes, dizia respeito à região mais central, sede do município. Em processo de emancipação, o antigo município-sede, comumente, guarda os arquivos e as referências existentes; não há uma política de documentação ou de preservação de memória que oriente os processos nos casos de criação de novos municípios. Em geral, somente a documentação administrativa estritamente obrigatória (aquela ligada às exigências existentes nos órgãos de controle do estado) é remanejada. Esses novos municípios vivem o processo da necessidade da (re)construção de suas memórias.

No entorno das nossas megalópoles, como Rio de Janeiro, São Paulo ou Salvador, temos as grandes regiões metropolitanas, com municípios que foram durante muito tempo o que se costuma chamar de municípios dormitórios, e muitos “perderam completamente a memória”; a maior parte dos atuais moradores não lembram (ou não conhecem) do que originalmente se fazia lá. No caso do Rio de Janeiro, alguns desses municípios eram produtores de laranja; e aí, na diminuição da produção, as fazendas foram desaparecendo, foram ocorrendo os loteamentos, de expansão urbana, em geral com a derrubada das sedes das fazendas. A partir dos anos 2000, tem-se assistido a um movimento, ainda tímido, de valorização da memória nesses municípios do entorno do Rio de Janeiro. Muitos deles começaram a criar centros de memória, centros de documentação, recuperando suas histórias. Parte desse movimento também ocorreu de alguma maneira incentivado pela Política Nacional de Museus, que trata, por um determinado viés, das políticas de memória. No entanto, como já afirmamos, a área de documentação como um todo se encontra descoberta de políticas nacionais.

No caso do contexto local, da cidade, a questão dos museus e centros culturais deve ter destaque. Algumas localidades possuem somente pequenos espaços e dizem: “ah, eu não tenho museu!”; “ah, eu não tenho arquivo!” Contudo, existem outros espaços, centros de cultura, espaços culturais menos complexos, bibliotecas mais dinâmicas e múltiplas, e todos esses equipamentos podem servir como um lugar de depósito de documentação histórica na ausência de um arquivo histórico. Em algumas cidades os institutos históricos e geográficos cumpriram, e ainda cumprem, o papel de arquivo histórico.

Os centros de memória são espaços fundamentais. A memória, dentro dessa discussão de política de cultura, é um lugar de real disputa política. Não é sem motivo que se vem construindo, com um certo grau de dificuldade, políticas de memória; e cabe lembrar que a área de arquivo não está no âmbito da gestão da cultura. O Arquivo Nacional era um órgão do Ministério da Justiça, foi remanejado para o Planejamento e retornou para o Ministério da Justiça e Segurança Pública. Isso porque o controle da informação é uma área estratégica na política pública. O que podemos fazer, em contraposição a essa forma de armazenamento oficial, é criar novos arquivos, centros de memória, que não sejam arquivos da documentação institucional e obrigatória.

Torna-se importante, assim, a construção e o reconhecimento dos novos espaços de memória, que hoje são centros culturais, mas que também são as casas de cultura ou os terreiros de candomblé – que guardam sua documentação e tradições –, ou ainda a comunidade quilombola remanescente, que mantém as práticas coletivas. Esses lugares, as velhas memórias são fundamentais para reconstruir as histórias. Eles documentam todo o processo de construção coletiva e precisam ser valorizados. Precisamos ressignificar os espaços de memória tradicionais.

A memória visual das cidades, por exemplo, tem uma alta capacidade de atrair a atenção do público e dialogar com as mais diversas gerações. É muito comum que as famílias guardem, entre suas lembranças, fotografias muitas vezes com imagens das cidades, das festas e eventos locais (como os carnavais, as quermesses, os bailes de formatura, os locais de trabalho, batizados, casamentos, etc.). Alguns desses são registros únicos da localidade. Essa prática de registro imagético foi muito comum ao longo de todo o século XX. Hoje, quando aqueles que foram fotografados desaparecem, muitas famílias descartam suas fotografias guardadas, que, na maioria das vezes, vão perdendo a relação de significação para as novas gerações. Por outro lado, as municipalidades não tinham o hábito de registrar o cotidiano em fotografias. Esses fragmentos das memórias pessoais são elementos que, se somados, contribuem muito para a recomposição da história local. Não são somente as coleções dos fotógrafos e das famílias de elite que documentam a vida da cidade. Como foi dito um pouco antes, o conjunto dos documentos iconográficos é uma importante peça no conjunto dos acervos do Museu da Maré, eles permitem que os mais jovens possam ver e ter a noção do que era a vida nas palafitas originais de região, que já desapareceram há quase duas décadas.

Uma outra aliada na reconstrução da memória local é a história oral. Os registros podem ser feitos apenas em áudio, ou em áudio e vídeo. Registram-se as narrativas e as histórias da origem, como no filme *Narradores de Javé*, no qual as múltiplas histórias, ou melhor, as diversas versões sobre as origens da cidade, por exemplo, podem ser registradas, cada uma por um determinado ângulo, permitindo que todas sejam válidas. O objetivo de um projeto de memória oral é exatamente coletar diversos testemunhos e impressões sobre algo, para que tenhamos os diversos olhares que constroem as múltiplas histórias.

Em uma ocasião específica, em uma roda de conversa, uma jovem negra afirmou que foi ao entrar no movimento Griô<sup>1</sup> que ela aprendeu de onde vinha, que passou a entender qual é o seu lugar na história e a importância que poderia ter ao cumprir o papel de ponte entre os velhos e as crianças, contribuindo para a manutenção da história, da tradição. Esses são processos de manutenção de memória viva. Estão ligados às tradições orais, que são elementos distintivos de uma determinada tradição negra e da tradição dos grupos de indígenas brasileiros.

Precisamos repensar o papel dos nossos depósitos legais de documentação. Claro que eles têm função administrativa, mas essa ideia do que guardar precisa ser ampliada. Precisamos garantir espaço para essas múltiplas memórias, espaço para essas diversidades da qual devemos nos orgulhar.

O Brasil é formado por muito mais grupos étnicos do que conseguimos facilmente perceber ou que a história oficial sempre buscou registrar. Na história oficial aprendemos que somos filhos de portugueses, negros e índios. É parcialmente verdade, mas não é só isso. Ao longo dos séculos XIX e XX, vários outros grupos de migrantes chegaram ao país ampliando o leque dos pertencimentos. Quando passeamos pelo país, encontramos cidades loiras de olhos azuis, cidades mais negras, cidades mais japonesas, cidades com grupos de população ciganas e vamos percebendo que, na verdade, esse país é muito mais multirracial, multiétnico do que os registros oficiais nos fazem imaginar. Temos, por exemplo, no Sul e no Sudeste a presença pomerana, que mantém uma língua no país que está morta na Alemanha. Isso faz com que pesquisadores alemães venham ao Brasil estudar uma espécie remanescente de linguagem que lá se perdeu e aqui ficou.

Necessitamos pensar sobre o que preservamos e sobre o que ainda precisa ser resgatado e criarmos projetos de futuro. Temos alguns dos remanescentes de gerações anteriores através dos quais ainda podemos resgatar alguns feitos, tradições e práticas a partir do trabalho com a memória e a história oral. Para os indígenas, cada velho que morre é uma biblioteca que desaparece. Sem dúvida é um conjunto de conhecimentos que se vai com cada ancião e que pode ser irrecuperável, caso eles não tenham sido transmitidos.

Temos uma grande batalha pela frente para mudar o tradicional lugar da memória oficial, o lugar de quem fala, o lugar de onde se fala e daquilo que efetivamente tem que ser preservado. Precisamos repensar qual é o papel dos museus, qual é o papel dos arquivos, qual é o papel dos centros de memória em uma sociedade democrática e em uma política cultural construída coletivamente, ainda que essas perspectivas se encontrem altamente ameaçadas pelos que promoveram, em 2016, o golpe que retirou do poder uma presidenta legitimamente eleita e promovem intervenções inconstitucionais.

---

<sup>1</sup> A rede Ação Griô “tem como missão instituir uma política nacional de transmissão dos saberes e fazeres de tradição oral, em diálogo com a educação formal, para promover o fortalecimento da identidade e ancestralidade do povo brasileiro”. Ver: <<http://www.acaogriobahia.org.br/>>. Acesso em: 17 maio 2018.



Existe uma necessidade concreta de criação de políticas setoriais de arquivos, de lugares de memórias. O país construiu uma política de museus, mas não se deve pensar só nos museus como espaço de guarda da memória. Existem os centros de documentação e os centros de memória, que não são os museus e que demandam políticas específicas. É necessário um investimento na educação patrimonial documental. Isso, na verdade, está previsto nas bases curriculares nacionais, e as escolas deveriam receber subsídios para trabalhar essa relação entre história, memória e patrimônio. Precisamos do investimento na formação de gestores para trabalhar com patrimônio e com a memória nessa perspectiva múltipla. Para quebrar com uma tradição anterior de registrar somente a memória dos grupos dominantes, é necessário garantir novas ferramentas, novos mecanismos de gestão desses campos. Estamos tentando romper com um modelo de gestão que privilegia uma única fala, uma visão única. A apropriação do patrimônio pela própria sociedade na qual ele está inserido é um pressuposto fundamental para o sucesso de uma política de memória. Os significados do patrimônio precisam ser partilhados coletivamente, como no exemplo de Itajaí, já tratado neste artigo.

Os lugares de memória têm múltiplas significações. Por exemplo, quando o governo implodiu o presídio da Ilha Grande, no Rio de Janeiro, o desejo foi o de apagar a memória da ditadura militar, da história dos presos políticos que por lá passaram. Os lugares que guardam a memória dos regimes e de ações opressivas também precisam ser preservados. As atrocidades devem ter o seu lugar de memória, principalmente para que elas não ocorram de novo, para que as pessoas não percam a visão de que elas aconteceram e que podem ocorrer novamente se não trabalharmos democrática e coletivamente.

Existe uma série de ações de âmbito nacional que se fazem necessárias. Precisamos de políticas de preservação de memória inclusive em âmbitos municipal e estadual. A função do gestor público é a de permitir a sobrevivência da maior multiplicidade de relatos possíveis. Estamos buscando construir políticas para a diversidade nos três níveis de governo. A ideia de verdade histórica já está há muito tempo ultrapassada. O grande esforço que se deve fazer hoje é para que cada vez mais essa diversidade, essas múltiplas memórias estejam disponíveis para serem trabalhadas, estudadas, interpretadas. Temos que conquistar e garantir exatamente os espaços para as várias versões. Uma sociedade inclusiva, democrática, participativa, assim como a diversidade, se faz pelo respeito ao outro.

Estamos trabalhando pela construção de uma sociedade inclusiva. O reconhecimento da diversidade provoca uma realidade complexa, favorece a quebra dos mitos e faz aflorar os questionamentos. A grande discussão que está posta é da valorização da memória como vetor de transformação social, tendo como princípio a diversidade cultural.

## REFERÊNCIAS

AMADO, Janaína; MORAES, Marieta de. *Uso e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1996.

- BURKE, Peter. *Varietades da História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. *Ciência da Informação*, v. 25, n. 2, p. 1-13, 1992.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.
- MAGALHÃES, Aloisio. Bens culturais do Brasil. In: LEITE, João de Souza (Org.). *Bens culturais do Brasil: um desenho projetivo para a nação*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2017.
- MUSEU DA MARÉ. A proposta. *Museu da Maré*, [s.d.]. Disponível em: <[http://www.museudamare.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=48&Itemid=54](http://www.museudamare.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=48&Itemid=54)>. Acesso em: 20 fev. 2018.
- SEVERINO, José Roberto. Uma experiência de gestão participativa em patrimônio cultural no município de Itajaí – SC. In: RUBIM, Albino (Org.). *Política cultural e gestão democrática no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016.
- SILVA, Helenice Rodrigues. Rememoração/comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 423-438, 2002.

## **PATRIMÔNIO CULTURAL: panorama do financiamento e fomento na região sul do Brasil nos anos 2014 e 2015**

José Roberto Severino\*

Este texto é desdobramento de uma pesquisa mais ampla sobre o financiamento e fomento da cultura no Brasil e no Distrito Federal,<sup>1</sup> realizada a partir do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Cult/UFBA).<sup>2</sup> Os dados aqui apresentados referem-se ao patrimônio cultural na região sul do Brasil,<sup>3</sup> formada pelos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A base de dados foi constituída a partir de informações dos anos de 2014 e 2015, acessadas em páginas e portais oficiais disponíveis na internet, em conversas com gestores e artistas ligados aos órgãos de cultura estaduais,<sup>4</sup> além de pesquisa bibliográfica no período. As fontes consultadas estão na listagem bibliográfica e incluem ainda IBGE, PNUD, Ipea e Siconfi.

### **O FINANCIAMENTO E FOMENTO À CULTURA**

A pesquisa teve o propósito de compreender as dinâmicas de financiamento e fomento à cultura no país a partir dos estados e do Distrito Federal. Os resultados iniciais permitiram comparar os mecanismos e suas especificidades, bem como perceber os níveis de investimentos na Função Cultura, que é a denominação orçamentária dos recursos empenhados para a cultura e para o patrimônio cultural através do fomento e financiamento, além dos gastos com manutenção, pessoal e custeio. Haveria uma relação entre a cultura e a caracterização institucional em cada estado? Qual é o impacto orçamentário dos investimentos em cultura na região e

\* Professor de Políticas Culturais do Departamento de Comunicação, Facom/UFBA e do Programa de Pós-Graduação Cultura e Sociedade. Contato: jseverino@ufba.br.

<sup>1</sup> SEVERINO, José Roberto. Financiamento e fomento à cultura: panorama da Região sul do Brasil nos anos de 2014 e 2015. In: Rubim e Vasconcelos (2017, p. 223-246).

<sup>2</sup> Projeto “Financiamento e fomento da cultura no Brasil: estados e Distrito Federal”, UFBA/MinC, sob a coordenação do professor doutor Antônio Albino Canelas Rubim.

<sup>3</sup> Entendemos aqui o limite conceitual do termo, levando em conta seus aspectos arbitrários, políticos e operativos, conforme nos alertam Bourdieu (1989) e Oliven (1992).

<sup>4</sup> Através do instrumento de pesquisa elaborado pela equipe: *Perfil de financiamento dos estados e editais culturais – estados e Distrito Federal*.

em cada estado? O primeiro destaque sobre a região aparece quando se comparam os estados entre si com os gastos da União, ou quando se comparam as regiões entre si. A região sul abriga três dos seis estados mais ricos da federação, mas a média anual de cada estado, nos anos da pesquisa nas previsões orçamentárias da Função Cultura, é menor do que a média brasileira, tanto por estados como pela média dos estados do Sul, apresentadas no gráfico a seguir.

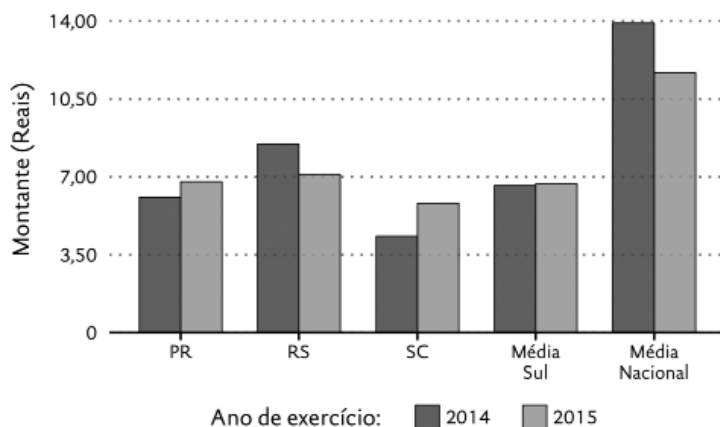


Gráfico 1 – Função cultura por habitante por estados, média regional do Sul e nacional  
 Fonte: Elaborado pela equipe da pesquisa (RUBIM; VASCONCELOS, 2017)

## O PATRIMÔNIO CULTURAL E A SUA INSTITUCIONALIDADE NA REGIÃO SUL

Mergulhar nos dados orçamentários permitiu entender aspectos da institucionalidade da cultura e do patrimônio cultural em cada estado da região sul. Uma questão que se evidenciou está relacionada à memória e às identidades, noções de origem étnica que expressam a diversidade em suas múltiplas possibilidades (RIBEIRO, 1995; SEYFERTH, 1990). Quando analisamos os dados sobre museus, por exemplo, a região possui 878 dos 3.025 apontados no Cadastro Nacional de Museus do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), ou seja, um museu para cada 30.448 habitantes,<sup>5</sup> precisamente o dobro da média nacional, que é de um museu para cada 60.822 habitantes.<sup>6</sup> Outro aspecto relevante são as lutas por representação nas festas, na produção artística e cultural, presentes nos circuitos culturais criativos ou tradicionalistas, nos rituais e em atividades de rememoração, ou ainda como símbolos de pertencimento afirmados em público (CARVALHO et al., 2009). Assim, o histórico e o artístico deram a forma da cultura. Mas como se deu a institucionalidade da cultura? Qual é a institucionalidade dos museus, arquivos e bibliotecas? Como o Estado assumiu a responsabilidade por escolas de arte, con-

<sup>5</sup> A região sul do Brasil possui 576.774 km<sup>2</sup> (6,76% do território nacional), com uma população de 29.348.410 habitantes, equivalente a 14,3% da população do país em 2016.

<sup>6</sup> Cadastro Nacional de Museus – Ibram/MinC, 2010.

servatórios e teatros? Qual é a capacidade de execução nas secretarias, fundações ou departamentos na estrutura nos estados do sul a partir de meados dos anos 70? Como se deram o fomento e o incentivo cultural em cada um dos estados? Os incentivos à cultura com base na renúncia fiscal surgiram nos anos 1990 no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, inspirados na legislação federal que incentivava a presença de produtores e atores culturais no mercado cultural e artístico. Mas para traçar melhor um panorama desta institucionalidade e de como os recursos da função cultura são aplicados nos dias atuais, apresentamos maiores informações.

No Paraná, a criação de uma secretaria se deu pela Lei nº 8.485, de 3 de junho de 1987, que encampou museus, bibliotecas, teatros, além do compromisso em ampliar e preservar o patrimônio cultural, compreendido como “a preservação de documentos, obras e locais de valor histórico e artístico, monumentos e paisagens naturais notáveis e jazidas arqueológicas”. Interessante observar que a lei remete ao princípio do patrocínio do Estado para a “edição e reedição de documentos e estudos de relevância para a reconstituição de eventos de significado cultural”, como também o “estímulo e o apoio à iniciativa privada, através da concessão de auxílios e subvenções para a realização de atividades culturais”. Os trabalhos na secretaria e nos museus são realizados por 133 funcionários, distribuídos na Casa Andrade Muricy, no Centro Juvenil de Artes Plásticas, no Museu Alfredo Andersen, no Museu de Arte Contemporânea, no Museu do Expedicionário, no Museu da Imagem e do Som, no Museu Oscar Niemeyer, no Museu Paranaense (fundado em 1874), no Parque Histórico do Mate e na sala do Artista Popular. Não foram computados os servidores do Centro Cultural Teatro Guaíra e da Biblioteca Pública do Paraná, vinculadas autônomas com corpo de funcionários próprios.

Administrativamente a secretaria está organizada em coordenadorias. A Coordenação de Incentivo à Cultura (CIC), através de programas de fomento à produção cultural, viabilizadores de recursos oriundos de renúncia fiscal ou de outras fontes, elabora os editais. Além disso, dá assessoramento na execução e supervisão de atividades culturais e planejamento de atividades destinadas à formação de produtores e gestores de projetos. A Coordenação de Ação Cultural (CAC) promove a difusão cultural por meio de patrocínio ou promoção de eventos artísticos, ou ainda com convênios e parcerias com os municípios. A responsabilidade pelas políticas para o patrimônio é da Coordenação de Patrimônio Cultural (CPC), encarregada dos assuntos relativos à preservação do patrimônio arqueológico, histórico, artístico e natural do Paraná. Esta coordenação retoma uma temática presente em outros momentos. Vale lembrar da Lei nº 38, de 31 de outubro de 1935, que instituiu o Conselho Superior de Defesa do Patrimônio Cultural do Paraná, de função consultiva, criado no âmbito do Departamento do Interior da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, por Abílio Peixoto da Silva, Manoel Ribas e Eurípedes Garcez do Nascimento. O medo da evasão do patrimônio cultural, a necessidade de transmissão do legado e a criação de ambientes de preservação moviam aqueles intelectuais. A Lei Estadual nº 1.211/53 deu nova

redação e aproximou-se da lei federal de 1937, mas manteve a preocupação com a preservação, formação e transmissão do patrimônio cultural. De toda sorte, o Escritório Técnico do Paraná do Iphan foi criado apenas em 1984 e subordinado até 1990 à 9ª Coordenação Regional de São Paulo do Iphan. O Estado possui diversos bens tombados pelo órgão federal desde 1938, entre os quais estão: a Casa do Coronel Joaquim Lacerda; a Igreja Matriz de Santo Antônio e a Casa onde faleceu o Coronel Gomes Carneiro, na Lapa; a Igreja Matriz de São Luís, em Guaratuba; o Antigo Colégio dos Jesuítas, Paranaguá e a Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres, na Ilha do Mel; e também o patrimônio ferroviário da antiga RFFSA. Estão nessa lista os centros históricos das cidades da Lapa, Paranaguá e Antonina. O importante Parque Nacional do Iguaçu, em Foz do Iguaçu, e a Mata Atlântica, configurados nas Reservas do Sudeste, integram a lista do Patrimônio Mundial pela Unesco. A presença do Estado nas ações do governo federal no quesito patrimônio cultural são diferentes em cada caso, nem sempre coincidentes e harmônicas.

Em Santa Catarina, o primeiro órgão de cultura foi a Fundação Catarinense de Cultura (FCC), criada através do Decreto Estadual nº 7.439/1979. Seus dirigentes eram proeminentes artistas e intelectuais, na figura de superintendente até 1999, quando a coordenação passa a ser uma diretoria-geral. Desde 2007 a coordenação é de um presidente, subordinado à Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte (SOL), pela Lei Complementar nº 381, de 7 de maio de 2007. Tem como missão a preservação do patrimônio cultural bem como a difusão cultural, como aparece em seus documentos e ações.

Administrativamente está organizada em gerências: a Gerência de Políticas de Cultura, com quatro funcionários, e uma Gerência de Projetos Culturais, com três funcionários, que coordenam o setor da cultura. A Fundação tem um presidente, 28 administradores, gerentes e coordenadores de unidades e setores da instituição e suas vinculadas, com um total de 271 funcionários, que atuam no Teatro Álvaro de Carvalho, na Casa da Alfândega, na Biblioteca Pública de Santa Catarina, no Museu Histórico de Santa Catarina, no Museu Etnográfico Casa dos Açores, no Museu Casa de Campo Governador Hercílio Luz e no Museu Nacional do Mar – Embarcações Brasileiras.<sup>7</sup> Este último em parceria com a superintendência do Iphan no Estado. Em 1938 houve o tombamento do Sistema de Fortificações da Ilha de Santa Catarina, chegando a 84 bens tombados pela União em 2015. Os servidores estão lotados ainda no complexo cultural do Centro Integrado de Cultura, que compreende o Teatro Ademar Rosa, o Museu de Arte de Santa Catarina, o Museu de Imagem e Som, as Oficinas de Arte, a Escolinha de Artes e o Espaço Cultural Lindolf Bell.

O Rio Grande do Sul efetivava suas políticas culturais através da Secretaria da Educação e Cultura entre os anos de 1942 e 1979, criada pelo Decreto nº 578, de 22 de julho de 1942, quando operou uma nova organização da anterior Secre-

---

<sup>7</sup> Fonte: <<http://www.fcc.sc.gov.br/>>.

taria da Educação. Essa longeva estrutura administrativa foi alterada pelo Decreto nº 28.650, de 15 de março de 1979, que a desmembrou em uma Secretaria de Educação e uma Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo, organização desfeita pelo Decreto nº 31.120, de 15 de março de 1983, quando voltou a ser Secretaria da Educação e Cultura entre os anos de 1983 e 1987. O Decreto nº 33.314, de 29 de setembro de 1989, novamente reestruturou a organização criando a Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto, que vigorou entre 1989 e 1991. Este vai e vem institucional gera instabilidade e descontinuidade nas políticas culturais, com mudanças constantes de gerenciamento de estruturas, como: a Fundação Piratini – Rádio e Televisão Educativa; a Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore; a Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre; a Fundação Theatro São Pedro; a Companhia Rio-Grandense de Turismo, mesmo contando com um Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural. A Secretaria da Cultura (Sedac) foi criada pela Lei nº 9.433, de 27 de novembro de 1991.

Administrativamente possui cerca de 240 funcionários, distribuídos nas seguintes instituições: Instituto Estadual de Artes Cênicas, Instituto Estadual de Artes Visuais, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado, Instituto Estadual de Cinema, Instituto Estadual de Música, Instituto Estadual do Livro, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Casa de Cultura Mario Quintana, Centro de Desenvolvimento, Cinemateca Paulo Amorim, Discoteca Pública Natho Henn, Memorial do Rio Grande do Sul, Teatro de Arena, Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore, Fundação Theatro São Pedro, Orquestra Sinfônica de Porto Alegre, Museu Antropológico do Rio Grande do Sul, Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul, Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, Museu de Arte Contemporânea do Rio Grande do Sul, Museu de Arte do Rio Grande do Sul, Museu Estadual do Carvão, Museu Histórico Farroupilha, Museu Júlio de Castilhos, Parque Histórico General Bento Gonçalves, Biblioteca Lucília Minssen, Biblioteca Pública do Estado, Biblioteca Pública Leopoldo Boeck, Biblioteca Pública Lígia Meurer, Biblioteca Pública Romano Reif. O Estado implementou ainda o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas e um Sistema Estadual de Museus. O Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio é uma instituição com expressiva atuação.<sup>8</sup> A presença do Iphan no Rio Grande do Sul data de 1937, com destaque para a estrutura jesuítica Guarani de São Miguel das Missões.

Em se tratando de patrimônio cultural e políticas culturais delas derivadas, encontramos secretarias exclusivas nos estados do Rio Grande do Sul e do Paraná, e em Santa Catarina uma diretoria ligada ao Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao Turismo e ao Esporte (Seitec), na secretaria compartilhada. Sobre o órgão de fomento, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul possuem coordenadorias subordinadas a uma diretoria, enquanto em Santa Catarina a executora das políticas é a Fundação Catarinense de Cultura.

<sup>8</sup> Fonte: <<http://www.cultura.rs.gov.br/v2/instituicoes-sedac/>>.

Os estados do Sul, de certa forma, sempre foram inspirados nas políticas culturais da estrutura federal, como nas políticas para a diversidade ou no esforço para a criação do Sistema Nacional de Cultura, que impulsionou a adesão dos estados à ideia de Conselhos Paritários, Plano de Cultura e Fundo de Cultura. Destaca-se também a previsão orçamentária, mesmo quando não é executada, pois demonstra as intenções dos órgãos gestores frente à cultura. Claro que a não execução compromete profundamente a execução das políticas, quando o gestor espera um recurso que não chega. Ao analisarmos o orçamento dos órgãos de cultura dos estados em questão em relação à Lei Orçamentária Anual (LOA), entre 2014 e 2015, reunidos no gráfico a seguir, percebemos que não houve aumento na execução orçamentária do Rio Grande do Sul, que teve um aumento geral da previsão na LOA de pouco mais de 6% no período sem correspondência nas previsões para a cultura, que repetiu os anos anteriores e ainda não teve execução plena. O Rio Grande do Sul caiu no ranking nacional dos recursos destinados à Função Cultura na LOA de 16º colocado em 2014 para 18º colocado em 2015. Já Santa Catarina teve uma previsão majorada de 182% sobre o orçamento de 2014 para o orçamento do ano de 2015, mas o detalhamento do orçamento na Fundação Catarinense de Cultura foi de 22% no mesmo período, comprometendo o prêmio Elisabete Anderle e os editais da cultura. A Função Cultura, se comparada com os outros estados da União, subiu de 25º colocado na LOA para cultura em 2014 para 20º colocado em 2015. No Paraná, o aumento no órgão foi de 17% em relação à LOA no período, que foi em torno de 26%, um aumento de posição de 20º colocado em 2014 para 19º colocado em 2015 no ranking nacional.

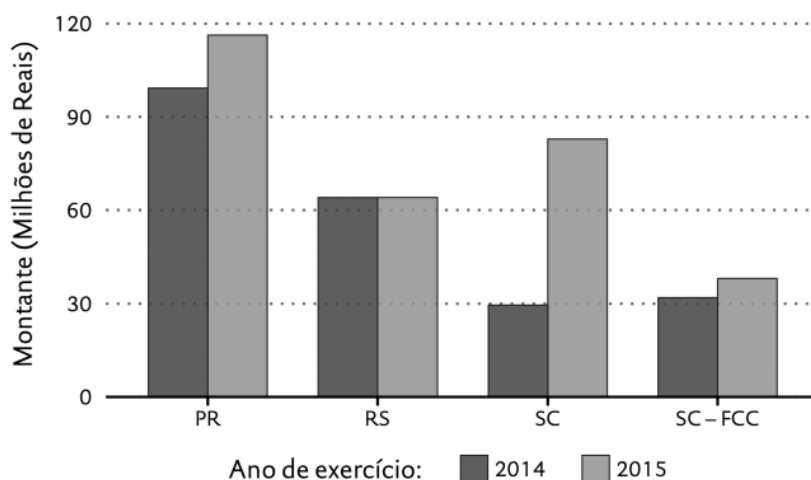


Gráfico 2 – Orçamento do órgão de cultura em cada estado da região sul nos exercícios de 2014 e 2015, acrescido da FCC para Santa Catarina  
 Fonte: Elaborado pela equipe da pesquisa (RUBIM; VASCONCELOS, 2017)



Este breve panorama tentou apresentar a relação entre políticas culturais para o patrimônio cultural e o financiamento e fomento na região sul do Brasil nos anos 2014 e 2015. Mesmo com limites, a análise do orçamento permite compreender comparativamente as dinâmicas e a importância que a cultura tem em cada estado e para cada governo. O desenvolvimento de políticas culturais, em seu conceito ampliado, criou atores, mas também demonstrou a necessidade de previsões orçamentárias que superem velhos paradigmas sobre as decisões orçamentárias, participação e gestão democrática da cultura. O detalhamento das condições de cada órgão daria outro texto. Mas vale salientar o aprofundamento da crise após o período recortado, que comprometeu e provocou a diminuição de atividades e o fechamento de unidades em vários estados. É desalentador ver tal desperdício do legado patrimonial, construído ao longo de tantos anos e fruto de tensões próprias dos combates simbólicos e do campo patrimonial ocorridos neste país. Que os dias vindouros nos permitam ver orçamentos mais condizentes com a dignidade de nosso legado patrimonial.

## REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- CALABRE, Lia (Org.). *Políticas culturais: reflexões e ações*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Ruy Barbosa, 2009.
- CALABRE, Lia. *Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2009.
- CARVALHO, Cristina Amélia et al. Sistema Nacional de Cultura: a tradução do dinâmico e do formal nos municípios do Sul. *Cadernos Ebape.BR*, v. 7 n. 4, dez. 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S167939512009000400010>>. Acesso em: 10 jan. 2017.
- COSTA, Emília Viotti da. *Brasil: história, textos e contextos*. São Paulo: Ed Unesp, 2015.
- FLORES, Maria Bernardete Ramos. *Oktoberfest: turismo, festa e cultura na estação do chopp*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997.
- GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1996.
- GONÇALVES, Janice. *Figuras de valor: patrimônio cultural em Santa Catarina*. Itajaí: Ed. Casa Aberta, 2016.
- KOSSELLECK, Reinhert. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006.
- LEITE, Ilka B. Quilombos no Sul do Brasil: Perícias antropológicas. *Boletim Informativo do NUER*, Florianópolis, v. 3, n. 3, 2006.
- MAESTRI, Mário. Quilombos no Rio Grande do Sul. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MARTINS, Tiago Costa; FELIPPI, Ângela Cristina Trevisan. Institucionalidades, produção cultural e desenvolvimento no contexto da Região das Missões, RS, Brasil. *Extraprensa*, ano VII, n. 12, jun. 2012.
- MONTIBELLER FILHO, Gilberto; GARGIONI, Sergio Luiz. *Desenvolvimento da região sul do Brasil*. In: MONTORO, Guilherme Castanho Franco et al. (Org.). Um olhar territorial para o desen-

volvimento: Sul. Rio de Janeiro: BNDES, 2014, p. 310-325. Disponível em: <[https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/3682/1/Desenvolvimento%20da%20Regi%C3%A3o%20Sul\\_12\\_P.pdf](https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/3682/1/Desenvolvimento%20da%20Regi%C3%A3o%20Sul_12_P.pdf)>. Acesso em: 10 fev. 2017.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Cultura é patrimônio*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2008.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Nós e eles: relações culturais entre brasileiros e imigrantes*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2006.

OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-Nação*. Petrópolis: Vozes, 1992.

PARANÁ. *Estrutura organizacional da Secretaria da Cultura do Estado do Paraná*. 2016. Disponível em: <<http://www.cultura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1217>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

PARANÁ. Lei nº 8.485, de 3 de junho de 1987. Dispõe sobre a reorganização da estrutura básica do Poder Executivo no Sistema de Administração Pública do Estado do Paraná. *Diário Oficial do Estado*, 8 jun. 1987. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=8360&codItemAto=79303>>. Acesso em: 10 nov. de 2016.

PARANÁ. Lei nº 17.043, de 30 de dezembro de 2011. Institui o Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura – PROFICE, o Fundo Estadual de Cultura – FEC e adota outras providências. *Diário Oficial do Estado*, 30 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.cultura.pr.gov.br/arquivos/File/profice/Profice.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

PARANÁ. *Leis orçamentárias do Paraná – 2014 e 2015*. Disponível em:

<[http://www.alep.pr.gov.br/legislacao/leis\\_orcamentarias](http://www.alep.pr.gov.br/legislacao/leis_orcamentarias)>. Acesso em: 14 nov. 2016.

PARANÁ. *Superintendência do Iphan no Paraná*. Disponível em: <<https://iphanparana.wordpress.com/iphanparana/>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. Lugares malditos: a cidade do “outro” no sul brasileiro: Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 19, n. 37, p. 195-216, 1999.

PIERUCCI, Antônio Flavio de Oliveira et al. *O Brasil Republicano: economia e cultura*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

RAFFAINI, Patrícia. *Esculpindo a cultura na forma Brasil: o Departamento de Cultura de São Paulo. 1935-1938*. São Paulo: FFLCH/USP/Humanitas, 2001.

RAMIL, Vitor. *A estética do frio*. Pelotas: Satolep Livros, 2004.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 47.618, de 2 de dezembro de 2010. Estabelece regras e procedimentos para a organização e o funcionamento do Sistema Estadual Unificado de Apoio e Fomento às Atividades Culturais – PRÓ-CULTURA. *Diário Oficial do Estado*, Porto Alegre, 3 dez. 2010. Disponível em: <<http://www.legislacao.sefaz.rs.gov.br/Site/Document.aspx?inpKey=179666&inpCodDispositivo=&inpDsKeywords=>>>. Acesso em: 20 out. 2016.

RIO GRANDE DO SUL. Departamento de Arquivo Público. *Quadro de arranjo do poder executivo do Estado do Rio Grande do Sul*. 2013. Disponível em: <<https://arquivopublicors.files.wordpress.com/2014/01/2014-01-08-balanc3a7o-2013-quadro-de-arranjo-pe.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2016.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 11.706, de 18 de dezembro de 2001. Cria o Fundo de Apoio à Cultura do Estado do Rio Grande do Sul – FAC/RS, e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado*, Porto Alegre, nº 241, 19 dez. 2001. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/legislativo/Legisla%C3%A7%C3%A3oEstadual.aspx>>. Acesso em: 26 ago. 2016.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 12.918, de 4 de abril de 2008. Dispõe sobre a preservação do patrimônio histórico e cultural de origem africana e afro-brasileira no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado*, Porto Alegre, nº 66, 7 abr. 2008. Disponível em: <<http://www.raulcarrion.com.br/Lei%2012918.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 13.490, de 21 de julho de 2010. Institui o Sistema Estadual Unificado de Apoio e Fomento às Atividades Culturais – PRÓ-CULTURA, e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado*, Porto Alegre, 22 jul. 2010. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/legis-comp/arquivo.asp?Rotulo=Lei%20n%BA%2013490&idNorma=1064&tipo=pdf>>. Acesso em: 20 out. 2016.

RIO GRANDE DO SUL. Leis orçamentárias do Estado. Disponível em: <<http://planejamento.rs.gov.br/orcamento-estado>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

RUBIM, Antônio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (Org.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: EdUFBA, 2007.

RUBIM, Antônio Albino Canelas; VASCONCELOS, Fernanda Pimenta. *Financiamento e fomento à cultura nas regiões brasileiras*. Salvador: EdUFBA, 2017.

SANTA CATARINA. Decreto nº 1.291, de 18 de abril de 2008. Regulamenta a Lei nº 13.336, de 8 de março de 2005, alterada pela Lei nº 14.366, de 25 de janeiro de 2008, e disciplina a celebração de instrumento legal pelo Governo do Estado que tenha como objeto o financiamento de projeto, por meio do Fundo Estadual de Incentivo à Cultura – FUNCULTURAL, o Fundo Estadual de Incentivo ao Turismo – FUNTURISMO e Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte – FUNDESPORTE, no âmbito do Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao Turismo e ao Esporte – SEITEC, e adota outras providências. *Diário Oficial do Estado*, Florianópolis, 8 abr. 2008. Disponível em: <[http://legislacao.sef.sc.gov.br/html/decretos/2008/dec\\_08\\_1291.htm](http://legislacao.sef.sc.gov.br/html/decretos/2008/dec_08_1291.htm)>. Acesso em: 11 set. 2016.

SANTA CATARINA. Lei nº 13.336, de 8 de março de 2005. Institui o Fundo Estadual de Incentivo à Cultura – FUNCULTURAL, o Fundo Estadual de Incentivo ao Turismo – FUNTURISMO, e o Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte – FUNDESPORTE, no âmbito do Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao Turismo e ao Esporte – SEITEC, e estabelece outras providências. *Diário Oficial do Estado*, Florianópolis, 8 mar. 2005. Disponível em: <[http://www3.sol.sc.gov.br/fesporte/fesporte/leis\\_estadual/13336.htm](http://www3.sol.sc.gov.br/fesporte/fesporte/leis_estadual/13336.htm)>. Acesso em: 15 set. 2016.

SANTA CATARINA. Lei nº 14.366, de 25 de janeiro de 2008. Altera dispositivos da Lei nº 13.336, de 2005. *Diário Oficial do Estado*, Florianópolis, 25 jan. 2008. Disponível em: <<http://server03.pge.sc.gov.br/legislacaoestadual/2008/014366-011-0-2008-001.htm>>. Acesso em: 16 set. 2016.

SANTA CATARINA. *Leis orçamentárias anuais do Estado de Santa Catarina 2014 e 2015*. Disponível em: <[http://www.alesc.sc.gov.br/portal\\_alesc/orcamento-estadual/loa](http://www.alesc.sc.gov.br/portal_alesc/orcamento-estadual/loa)>. Acesso em: 16 ago. 2016.

SEYFERTH, Giralda. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: Ed. da UNB, 1990.

# NUEVAS INICIATIVAS DE ACCESO PÚBLICO Y REVALORIZACIÓN SOCIAL DEL PATRIMONIO AUDIOVISUAL LATINOAMERICANO

Rosario Radakovich\*  
Maria Julia Carvalho\*\*

## INTRODUCCIÓN

El nuevo contexto digital desafía a los países de la región en renovar los esfuerzos en el ámbito de la circulación, exhibición y legitimación de productos audiovisuales latinoamericanos. En consecuencia, en los últimos años se implementaron novedosas iniciativas de promoción del sector cinematográfico desde las instituciones nacionales y regionales de promoción del cine y el audiovisual. Entre ellas, se han implementado dos estrategias que resultan de especial interés ya que cubren escenarios sustantivos para pensar la aproximación de los públicos al cine regional actualmente: la readecuación tecnológica de las salas de cine “alternativo” o “independiente” y las nuevas plataformas digitales de acceso online o por *streaming* a contenidos audiovisuales.

Por un lado, la Recam ha impulsado el programa de Red de Salas Digitales del Mercosur (RSD). La RSD es un circuito de salas de exhibición direccionado a circulación de contenidos propios de la región implementado con el fin de fomentar a la circulación y exhibición de cine regional en las salas de la red y promover la identidad cultural del Mercosur. La RSD opera a través de la Coordinadora de Programación Regional, localizada en Montevideo, que distribuye las películas del catálogo a las 30 salas que están situadas en Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay – aún no todas las salas están en pleno funcionamiento.

Por otro lado, los institutos cinematográficos de Uruguay, Bolivia, Colombia, Ecuador, México y Perú conjuntamente han puesto en marcha una plataforma digital de acceso gratuito a las producciones de sus países en web denominada “Retina Latina”. La coordinación del programa Retina Latina se realiza en Colombia y el catálogo de películas incluye aquellas películas de ficción y documentales de la región cuyos directores y productores acuerdan exhibir gratuitamente en la plataforma.

---

\* Profesora adjunta, FIC UdelaR Uruguay. Contacto: [rosario.radakovich@fic.edu.uy](mailto:rosario.radakovich@fic.edu.uy).

\*\* Profesora asistente, FIC UdelaR Uruguay. Contacto: [mariajulia.carvalho@fic.edu.uy](mailto:mariajulia.carvalho@fic.edu.uy).

Ambas iniciativas comparten un objetivo común: la circulación y exhibición de cine regional latinoamericano. Al abordar el análisis de ambas iniciativas se plantean una serie de interrogantes: ¿Qué estrategias resultan más adecuadas para impulsar el visionado y la apreciación o valor social de las producciones locales/nacionales en el contexto de la transición digital de los hábitos de consumo cinematográfico de los ciudadanos de la región? ¿Cuáles son los contenidos y la programación que promueven estas iniciativas? ¿En qué medida plataformas y redes digitales constituyen oportunidades de ampliar el acceso social al cine regional? ¿Cuáles son las principales dificultades que enfrentan estas iniciativas?

Este trabajo explora en clave comparada un análisis inicial de la relación entre iniciativas regionales de impulso a la circulación y acceso cinematográfico frente a las dificultades de visionado de cine latinoamericano en el propio Continente. Para ello focaliza en el tipo de programación que se oferta en ambas iniciativas y se elaboran datos estadísticos a partir del catálogo de películas ofrecido en Retina Latina y el catálogo de películas ofertado a la Red de Salas Digitales del Mercosur.

## **DIAGNÓSTICOS PREVIOS: LAS DIFICULTADES EXISTENTES EN LA CIRCULACIÓN Y EXHIBICIÓN DE CINE REGIONAL LATINO-AMERICANO**

Varias son las razones por las cuales diversos investigadores latinoamericanos diagnostican las dificultades de circulación, exhibición y legitimación social del cine regional latinoamericano que, pese a elaborarse para distintos contextos territoriales replican en gran medida procesos semejantes.

En primer lugar, los procesos de transnacionalización de la oferta cinematográfica no posibilitaron la estabilización de una “verdadera” industria cinematográfica propia en América Latina – como bien lo señalan César Bolaño, Cristina dos Santos y José Manuel Moreno (2006) – capaz de competir con la hegemónica producción norteamericana. En el mismo sentido, tanto en la integración cinematográfica latinoamericana como en el caso específico del Mercosur, diversas investigaciones previas (CANEDO, 2014; MOGUILLANSKY, 2016) enfatizan las dificultades de una real integración del cine de los países miembros del bloque regional asociado a la fuerte hegemonía de la producción de Hollywood y el bajo flujo transnacional de películas.

El diagnóstico reciente de las industrias info-comunicacionales latinoamericanas realizado por Martín Becerra y Guillermo Mastrini (2018) confirma su caracterización a partir de grandes conglomerados que sigue integrado por corporaciones que exhiben una posición dominante en varios medios no sólo de carácter horizontal sino también y crecientemente vertical. No obstante, en un escenario cada vez más transnacional e internacionalizado de las industrias culturales, los oligopolios analizados por los autores en Argentina, México, Brasil y Chile revelan su carácter nacional y pocos aparecen con proyección regional.

En segundo lugar, los cambios recientes en las formas de exhibición y acceso social a la producción cinematográfica derivan en un cambio de énfasis en la cadena productiva donde las mayores ganancias se trasladan de las taquillas en las salas de exhibición a productos “sustitutivos” y por tanto, el merchandising y el nivel de convergencia de las industrias culturales cobran creciente relevancia para garantizar un saldo favorable en la producción (MILLER et al., 2005). Contrariamente, las políticas audiovisuales de los países latinoamericanos -en particular, hemos trabajado el caso uruguayo- tienden a perpetuar el énfasis a la producción sin estimular los productos “sustitutivos”, el merchandising ni la difusión, dando poco vigor a la circulación y apropiación social de las producciones cinematográficas por parte de los ciudadanos (RADAKOVICH et al., 2014).

En tercer lugar, estos cambios resultan de una transformación en el ámbito del consumo donde lo audiovisual y las TIC’S aumentan la centralidad en la vida cotidiana con modalidades diferentes a las tradicionales salidas de fines de semana donde la sala de cine era un destino frecuente de amplios sectores sociales (MANTECÓN, 2017; RADAKOVICH, 2014). El gran público sobretodo y los públicos especializados o cinéfilos de forma creciente trasladan el visionado cinematográfico al espacio doméstico e itinerante, anclado a las plataformas digitales (JULLIER; LEVERATTO, 2012).

En América Latina, se mantiene la hegemonía norteamericana en las taquillas y preferencias de consumo cinematográfico. Este proceso se asocia además al hecho de que las políticas de formación de públicos son muy incipientes y existen debilidades en la formación de competencias y recursos tecno audiovisuales que formen puentes para la apreciación y legitimación social de las producciones locales.

En cuarto lugar, la industria cinematográfica se encuentra en proceso de transformación productiva a partir de la transición tecnológica de lo analógico a lo digital. En este sentido, los años recientes muestran la reconversión de una industria a partir de la inversión en tecnologías de digitalización de la imagen, mejoramiento de la calidad y sonido y la inventiva de nuevos formatos de producción cinematográfica a la luz de la convergencia de las industrias culturales y telecomunicaciones. Mientras las salas de cine pierden públicos, la industria cinematográfica se afianza a partir de la convergencia con otros medios, la televisión y cada vez más las plataformas digitales (Netflix, entre otras).

Las plataformas digitales han transformado el acceso a los productos audiovisuales así como las formas de visionado. A la vez las condiciones de producción y circulación de sus contenidos desafían a los criterios de soberanía cultural de los países en el ámbito audiovisual y desordenan la tradicional cronología de los medios aplicada a la reserva de los estrenos para la exhibición cinematográfica en salas. Aún es más complejo el fenómeno ya que plantean una controversia de legitimidad con la crítica internacional – tal como ha ocurrido en Cannes sobre contenidos producidos por Netflix desde que no se les incluye en la competencia porque no se les considera estrictamente productos cinematográficos.

Esta aparente paradoja no hace sino confirmar que la industria cinematográfica, tantas veces anunciada en decadencia, se encuentra en continua transformación en el ámbito de la producción, comercialización, circulación y exhibición con lo cual se hacen evidentes nuevos intereses y derechos de los ciudadanos que atender por políticas públicas innovadoras que planteen un espacio alternativo al comercial transnacional – al igual que Hollywood de base norteamericana como es el caso de Netflix, amparados por las leyes de California.

Las nuevas preocupaciones de los Estados y de Latinoamérica en particular son cómo contribuir y promover las cinematografías regionales y locales en el nuevo contexto digital, problema que afecta tanto a las prácticas y acceso al cine como a la forma de circulación, mecanismos de distribución y circuitos de exhibición cinematográficos. Desde este problema se plantea ¿cuál es el lugar que ocupan estas iniciativas, Retina Latina y Red de Salas Digitales del Mercosur en la construcción de un nuevo marco político cultural para promover el acceso público a los contenidos regionales? ¿Qué desafíos implica su puesta en funcionamiento?

## RETINA LATINA



Figura 1 – Pagina web Retina Latina  
Fuente: Retina Latina (2017)

Retina Latina es una iniciativa orientada a la difusión, promoción y distribución de cine latinoamericano en el ámbito digital, desarrollada por los institutos cinematográficos de Bolivia, Ecuador, Colombia, Uruguay, Perú y México – el Consejo Nacional de Cinematografía de Bolivia (Conacine), el Consejo Nacional de Cinematografía del Ecuador (CNCine), la Dirección del Audiovisual, la Fonografía y los Nuevos Medios del Ministerio de Cultura del Perú, el Instituto Mexicano de Cinematografía de México (Imcine), el Icau –Dirección del Cine y Audiovisual Nacional del Uruguay, y La Dirección de Cinematografía del Ministerio de Cultura de Colombia –, que cuenta con el apoyo de la Conferencia de Autoridades Cinematográficas de Iberoamérica (Caci) a través de DOCTV Latinoamérica, que reúne a 17 países latinoamericanos.

Este proyecto cuenta con financiamiento del programa de Bienes Públicos Regionales del Banco Interamericano de Desarrollo (BID). Recientemente Retina Latina también ha sido galardonada con el Fondo Internacional para la Diversidad Cultural (FIDC) 2017 de la Convención de la Unesco 2005 sobre la Protección y la Promoción de la Diversidad de las Expresiones Culturales. Para la obtención del premio el jurado de Unesco consideró la contribución “visionaria” de Retina Latina para el logro de un mayor equilibrio en el mercado cinematográfico global del cine latinoamericano, promovido a partir de un modelo de cooperación sur-sur.

Además, el programa ha realizado alianzas con el programa de la Conferencia de Autoridades Cinematográficas de Iberoamérica (Caci) de fomento a la producción y teledifusión del documental latinoamericano DOCTV Latinoamérica y con la Escuela Internacional de Cine y TV (EICTV) de San Antonio de los Baños – Cuba.

Como objetivos prioritarios, Retina Latina se propone compensar “la inexistencia de un mercado regional consolidado, la concentración de obras nacionales exitosas en el mercado local que no se exhiben en mercados vecinos, e insuficiencia de mecanismos de coordinación regional para la distribución de cine”. De acuerdo a su página web, Retina Latina “está concebida como un espacio para que los usuarios puedan disfrutar de un panorama representativo de la diversidad de la producción y ampliar sus conocimientos sobre la historia y la actualidad del arte cinematográfico en América Latina”.

La iniciativa es parte de un “ecosistema digital” de promoción y acceso al cine más amplio y se ubica como alternativa a plataformas como Amazon Video, Netflix, Mubi, Youtube, Vimeo, Google Play que compiten por dar acceso o actuar como facilitador de cine. En el caso de Retina Latina, la producción que se exhibe es latinoamericana y el acceso a la plataforma y contenidos es totalmente gratuito.

Al analizar el catálogo disponible de producciones latinoamericanas, los contenidos de Retina Latina provienen en su mayoría de los siguientes países: Colombia, México y Uruguay. Le siguen Ecuador, Perú y Bolivia. En absoluta minoría, la plataforma ofrece algunas producciones de Argentina, Brasil, Venezuela, Costa Rica, Paraguay, Cuba y Chile.

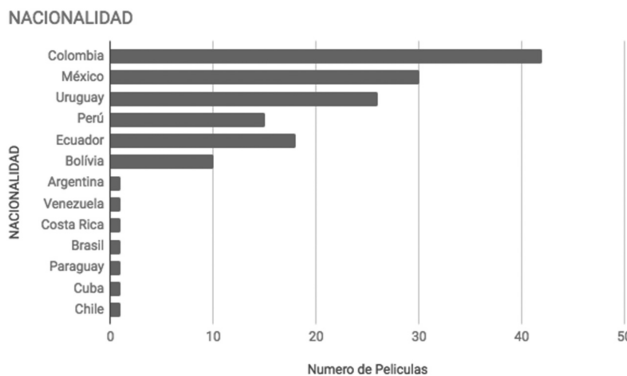


Figura 2 – Producciones audiovisuales en Retina Latina 2017 según país  
Fuente: Elaboración propia en base a contenidos en la plataforma RL (2017)



Las producciones regionales se distribuyen casi por igual entre ficción y documental, representando 54.1% la ficción y 43.9% la producción documental. El 2% restante lo completan las producciones de animación que aunque minoritarias son socialmente relevantes.

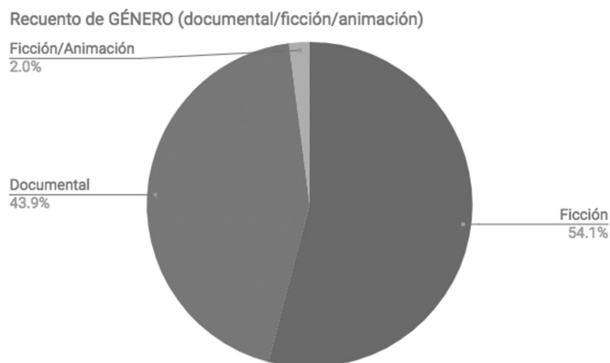


Figura 3 – Producciones audiovisuales en Retina Latina según tipo (documental – ficción – animación)

Fuente: Elaboración propia en base a contenidos en plataforma RL (2017)

Como banco cinematográfico de la región, de acuerdo a su Directora Yenny Chaverra, Retina Latina viene a cubrir dificultades con la distribución y exhibición de cine regional. De acuerdo a ella, el programa se propone “cubrir momentos históricos particulares y dar un panorama general de las diferentes cinematografías que comprenden nuestra región”.

Al clasificar las producciones que se presentan en el catálogo online del caso uruguayo – 30 producciones entre documentales y ficciones – cuatro son cortometrajes. Entre los documentales y ficción de larga duración podemos señalar que varios responden a temáticas universales con historias de vida, le siguen producciones vinculadas a la cultura – sobre todo artística – y la memoria.

No obstante un primer análisis exploratorio de la iniciativa y los contenidos que ofrece, varias son las dificultades que debe sortear. Si bien se postula como un banco de contenidos audiovisuales – cinematográficos representativo de América Latina y en particular de los países que integran el catálogo de su oferta, la misma resulta muy dispar. Al analizar el caso uruguayo es evidente las dificultades para la participación de los directores en los distintos países, dado que la cesión de derechos en algunos países es opcional.

Surge la pregunta entonces de ¿quienes ofertan sus contenidos entonces? Aquellos directores/productores que acceden a hacerlo. En el caso uruguayo, están ausentes producciones emblemáticas del cine reciente como *El Dirigible* (Pablo Dotta), *Pepita la Pistolera* (Beatriz Flores Silva) y las películas de la productora Control Z, *25 Watts* y *Whisky* (Pablo Stoll y Juan Carlos Rebella),

así como *Gigante* (Adrián Biniez), *La Perrera* (Manolo Nieto), entre otras producciones relevantes ausentes en el catálogo. Cuando se trata de películas que han sido producidas con apoyo de los institutos nacionales el problema radica en no contar con posibilidades de privilegiar el acceso público a las películas desde iniciativas como esta.

En los contenidos se perfila una representación similar entre ficción y documentales, que a la hora de caracterizar los repertorios ofrecidos revela la centralidad de las historias de vida propias de la ficción conjuntamente con la producción documental cultural artística y los abordajes sobre memoria y dictadura. Con ello aportan a la construcción de una memoria colectiva regional y al destaque de su producción artística.

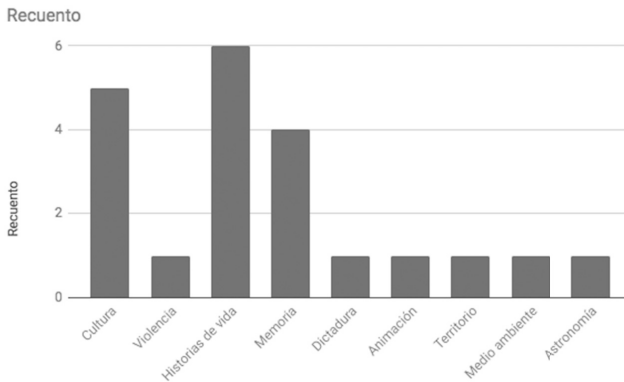


Figura 4 – Producciones audiovisuales uruguayas ofertadas por Retina Latina (2017)

Fuente: Elaboración propia a partir de la plataforma RL (2017)

Tal y como se postula, en un escenario de reinstalación del visionado en el ámbito digital, la iniciativa de Retina Latina se perfila en el caso uruguayo como un banco de contenidos asociado a temáticas clásicas del cine latinoamericano con un perfil histórico, social y cultural. Las dificultades de mantener un perfil como tal es cristalizar la plataforma como espacio del cine clásico, político y cultural reproduciendo las críticas que por años tuvieron los modelos de televisión cultural pública en el ecosistema tradicional de los medios.

Un análisis inicial como el realizado ya permite recolocar el clásico debate sobre la necesidad de medios – en este caso espacios digitales – públicos en el ámbito de la exhibición de contenidos regionales pero a la vez cuestionar el modelo de contenidos que se ofertan frente a la posición de la plataforma de posicionarse como espacio digital de promoción de los imaginarios latinoamericanos.

Desde esta perspectiva cabe cuestionar porque reproducir en el ámbito digital la dispersión de plataformas públicas a nivel nacional y regional como sucede con la plataforma Argentina que no forma parte de Retina Latina, en vistas a la necesidad de elaborar un banco común regional de películas latinoamericanas con todo el potencial de tener un lugar en las preferencias de públicos cada vez más segmentados en sus opciones de consumo cinematográfico.

Los nuevos públicos – más aún los públicos especializados y cinéfilos – enfatizan en la diversidad de contenidos y en la posibilidad de ejercer sus derechos culturales para un acceso legal y gratuito a los mismos. La fortaleza de iniciativas como esta – Retina Latina – podría aumentar si se lograran acuerdos en todo el continente para impulsar una plataforma única que concentre como matriz audiovisual latinoamericana toda la producción de la región. Las dificultades que se plantean para un proceso de tal naturaleza – que excede el carácter exploratorio de este artículo – parecen devenir de los condicionamientos legales de los países en cuestión, vinculado a la forma de definición de los derechos de autor en producciones financiadas por el Estado y en co-producciones así como las aspiraciones personales de los directores y productores sobre su obra que continúan privilegiando espacios tradicionales de circulación y exhibición cinematográfica – como las salas y salas comerciales.

## RED DE SALAS DIGITALES DEL MERCOSUR



Figura 5 – Catálogo Red de Salas Mercosur  
Fuente: Recam (2017)

La Red de Salas Digitales del Mercosur (RSD) es un circuito de salas de exhibición direccionado a la circulación de contenidos propios de la región implementado con el fin de “promover la identidad del Mercosur y facilitar el acceso a la diversidad cultural audiovisual”. El Programa eligió treinta salas de cine, ya existentes, distribuidas en el territorio regional: diez en Argentina, diez en Brasil, cinco en Paraguay y cinco en Uruguay. Todas estas recibieron un servidor de reproducción para cine digital y en el caso de Paraguay y Uruguay también fueron equipadas con un proyector. La Coordinadora de Programación Regional, instalada en Montevideo, tiene la función de gestionar la programación y la transmisión de contenidos en cada una de las salas que conforman la Red.

El Mercado Común del Sur (Mercosur) es un proceso de integración regional conformado inicialmente por Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay al cual posteriormente se han incorporado Venezuela (actualmente suspenda) y Bolivia, que sigue en proceso de adhesión. La Reunión Especializada de Autoridades

Cinematográficas y Audiovisuales del Mercosur (Recam), gestora del proyecto, es formada por las máximas autoridades gubernamentales nacionales en la materia y se configura como un órgano consultor del bloque sobre cinema y audiovisual. Dentro de la estructura del Mercosur, la Recam forma parte del Grupo Mercado Común (GMC) que es el órgano ejecutivo del bloque regional.

Un momento de destaque en la historia del organismo fue la firma del Programa Indicativo Regional (PIR) 2007-2013 de la cooperación de la Unión Europea con el Mercosur, en el cual se incluyeron cuestiones vinculadas con la industria cinematográfica. El PIR representó una importante inyección de fondos y asistencia técnica para la Recam y proporcionó la implementación del Programa Mercosur Audiovisual (PMA).

En el contexto internacional, subrayamos que a partir de la “Convención sobre la Protección y la Promoción de la Diversidad de las Expresiones Culturales” aprobada por la Unesco en 2005, el discurso en defensa a la diversidad cultural contra la hegemonía de la cinematografía ha tenido más espacio en el ámbito de las relaciones internacionales. Canedo (2014, p. 22) afirma que esa acción aparece como una justificativa para la realización de la cooperación Unión Europea con el Mercosur en el sector cinematográfico.

Con objetivo de fortalecer el sector cinematográfico y audiovisual del bloque como un instrumento que favorece el proceso de integración regional, el PMA fue dividido en cuatro ejes de trabajo: “estudios de la legislación en el sector audiovisual en los países del Mercosur”, “patrimonio Audiovisual del Mercosur”, “fortalecimiento de las capacidades profesionales y técnicas” e “implementación de Red de 30 salas digitales en los países del Mercosur”.

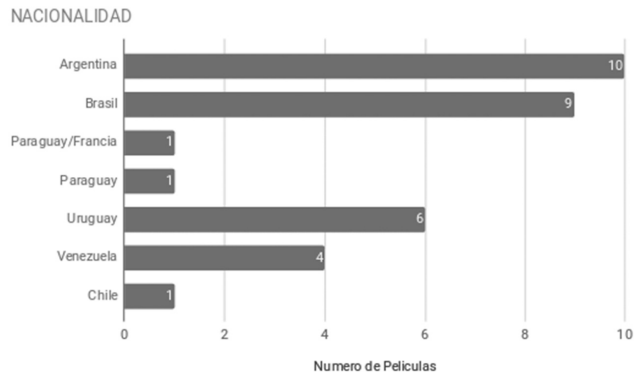
A partir de entonces, la Red de Salas Digitales del Mercosur (RSD) se tornó la política de más destaque propuesta por el Mercosur en el ámbito de la circulación audiovisual. La RSD es actualmente la iniciativa que más trae visibilidad a la Recam. Con su implementación iniciada en julio de 2014, a fines de septiembre de 2015 fue finalizada la etapa de instalación de la Red. En el mismo año los ciclos de exhibición tuvieron inicio en Uruguay y, entre abril y noviembre de 2015, se realizaron 223 funciones gratuitas a las que concurrieron cerca de 5 mil personas (ICAU, 2016).

El catálogo del ciclo de Lanzamiento de la RSD fue compuesto por algunas películas concedidas por los organismos nacionales de cada país y otras seleccionadas por medio de una convocatoria. La convocatoria “Integrando miradas”, realizada en fines de 2015 por la Recam fue un llamado a contenidos audiovisuales producidos o coproducidos en los países miembros del Mercosur. Un Comité designado por el organismo eligió películas que en cambio recibieron el subtítulo español-portugués. En ese acuerdo, las películas quedaron disponibles para la RSD por un término de 1 año sin exclusividad, con un límite de 6 funciones gratuitas en cada sala.

Al analizar el primer catálogo de películas que están disponibles para distribución en la Red, observamos que este está compuesto en su mayoría por

películas argentinas y brasileñas, suma que representa 19 películas en un total de 32. Además de ser una proporción que representa los países con una mayor producción cinematográfica, ese número es también correspondiente a la relación de los organismos nacionales y sus productores.

Figura 6 – Producciones audiovisuales en RSD 2017 según países  
Fuente: Elaboración propia en base al Catálogo RSD (2017)



Argentina y Brasil tienen una estructura de fomento al cine nacional mucho más consolidada si es comparada con los demás países de la región. En contraposición, la baja representatividad de las películas paraguayas es proporcional al número reducido de producciones del país comparado a los demás. Paraguay es el único país del bloque que todavía no tiene una ley de cine y un inestable organismo nacional responsable específicamente por las políticas cinematográficas.

De forma a compensar las diversas asimetrías entre las industrias cinematográficas de la región, el hecho de la Coordinadora de Programación Regional estar localizada en la capital de Uruguay propició al país una significativa representación en el catálogo si comparada al número reducido de estrenos anuales uruguayos, con un total de 6 películas, así como haber sido el primer a empezar los ciclos de exhibición.

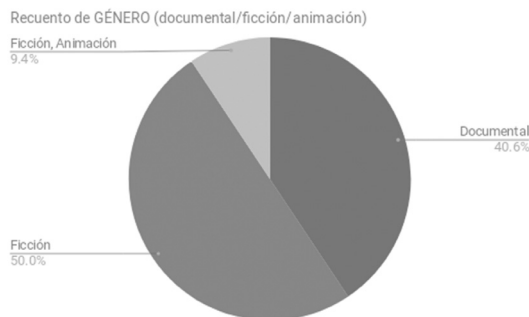


Figura 7 – Producciones audiovisuales en la RSD 2017 según tipo (documental – ficción – animación)  
Fuente: Elaboración propia en base al Catálogo RSD (2017)

Acerca de los géneros cinematográficos, este primer catálogo del programa, compuesto por 32 películas, es dividido de forma casi equitativa: son 19 películas de ficción – siendo 3 animaciones – y 13 documentales. Esa opción por un gran número de documentales, desproporcionado al número de documentales lanzados en la región, es un reflejo de esa preocupación con la representación de la realidad social de los países.

Lo mismo podemos afirmar al hacer un análisis de las temáticas de las películas del catálogo. El énfasis en la representación de la realidad social de los países es fuertemente reflejado en sus contenidos: 12 de las 32 películas dispuestas tienen una perspectiva relacionada a la desigualdad social. Memoria, dictadura, violencia y la cuéntion indígena también están entre las temáticas abordadas, dejando clara la común historia política y problemática social de la región.

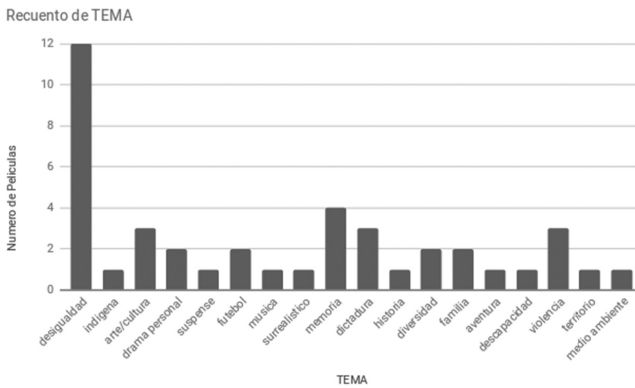


Figura 8 – Producciones audiovisuales en RSD 2017 según temática para el caso uruguayo  
Fuente: Elaboración propia em base al Catálogo RSD (2017)

En este sentido, como una política que se propone a “facilitar el acceso a la diversidad cultural audiovisual del bloque”, observamos que la Red de Salas Digitales del Mercosur, dentro de sus debidas limitaciones, promueve la Diversidad regional a partir de tres principales ejes que en lo que se refiere: al contenido puesto en circulación por la Red, al tipo de agentes vinculados a la producción de esos contenidos y a la contribución para el disfrute de los ciudadanos en lo que se refiere al acceso.

Además de la diversidad presente en los contenidos puestos en circulación, podemos observar que se trata de películas de pequeñas y medianas productoras que seguramente no tendrían la posibilidad de obtener ese alcance regional dentro del circuito convencional de exhibición. Los contenidos que circulan por las salas no son de fácil acceso fuera de su país de origen, aún menos en las localidades situadas en los distintos interiores de los países. Y en su gran mayoría, las películas no tuvieron una distribución comercial internacional.

## CONCLUSIONES

El nuevo escenario digital hace necesaria la formulación de iniciativas cinematográficas regionales innovadoras que apuesten no sólo a la producción sino también a impulsar la circulación y acceso social de los ciudadanos a contenidos audiovisuales propios.

Por tal razón, la nueva agenda de las políticas cinematográficas regionales focaliza por un lado en el aggiornamiento tecnológico tanto de los espacios de visionado no comerciales – cine clubs, cinematecas – ya existentes en diversas zonas de la región pero en desventaja con las condiciones de infraestructura de las salas comerciales actuales. Por otro lado enfatiza en la creación de espacios virtuales públicos de acceso gratuito a contenidos regionales no comerciales, que de otra forma quedan fuera de circulación por no ser privilegiados por las plataformas privadas o en la mejor de las suertes quedan inmersos en la lógica comercial.

No obstante, los ciudadanos tienen derecho a acceder a producciones audiovisuales propias tanto desde el punto de vista de la necesaria referencia cultural que traen consigo – referencias culturales, étnicas, históricas, patrimoniales, etc. – cuanto como contrapartida social y derecho cultural de acceso público a producciones que fueron apoyadas por los Estados con fondos públicos. Cómo sería el caso de la diversidad de contenidos ofertados por ambas iniciativas.

En ese contexto este trabajo planteó un análisis exploratorio de dos iniciativas latinoamericanas para la promoción de la circulación y exhibición del cine regional, tanto en salas especializadas a partir de la Red de Salas Digitales del Mercosur (Recam) como a partir de la creación de una plataforma digital de acceso gratuito como es Retina Latina (iniciativa impulsada desde los institutos de cine y audiovisual de los países participantes).

Una lectura inicial de ambas iniciativas permite plantear en primer lugar, lo acertado en cuanto a colocar en la agenda regional la necesidad de aggiornamiento tecnológico digital. En segundo lugar, ambas iniciativas posibilitan la diversificación y renovación del visionado de cine regional, fundamentalmente aquel no comercial, y en particular desde Retina Latina que propone el visionado digital más cerca de las nuevas prácticas de visionado cotidiano de los latinoamericanos con la llegada de las plataformas digitales privadas transnacionales a América Latina.

Con los problemas que ofrece una oferta desigual entre países y el sesgo a producciones audiovisuales clásicos de la cinematografía latinoamericana, resulta auspiciante que la producción regional tenga un lugar en espacios de visionado renovados física y virtualmente. Ambas iniciativas contribuyen a la legitimación social y cultural de la cinematografía regional y constituyen iniciativas de los Estados que las impulsan para reposicionar y valorizar públicamente la oferta propia en un contexto de globalización económica y cultural que abarca no sólo las salas y el circuito comercial sino también los espacios digitales – en manos de empresas privadas fundamentalmente norteamericanas como Netflix.

Lamentablemente, a pesar de que las iniciativas amplían la oferta cinematográfica de la región para el potencial acceso entre los latinoamericanos, ello no supone espontáneamente un nuevo gusto, interés o valor de los ciudadanos por su cine, por lo que no implica un visionado mayor al que el público ya habituado al cine independiente tiene de cine latinoamericano. De esta forma, sería deseable la articulación de políticas de promoción del acceso, circulación y difusión del cine regional y políticas de formación de públicos a partir de programas de educación cinematográfica.

Asimismo, en un contexto de fuerte reestructura del cine y el audiovisual en el ámbito digital se advierte la necesidad de impulsar bancos audiovisuales abarcativos de distintas estéticas y narrativas para evitar la reproducción de la lógica dualista (DUVAL, 2016) entre alternativa/independiente & comercial/mainstream en el abordaje de las políticas cinematográficas. Además, la especialización del cine en nichos de mercado y perfiles de público específicos ha decantado un proceso de segmentación del consumo cada vez mayor. Es un desafío mayor para ambas iniciativas contribuir activamente a una nueva ecuación de públicos de cine latinoamericano.

Así surge de este análisis inicial la necesidad de profundizar en políticas cinematográficas de estímulo y legitimación de contenidos regionales capaces de rearticular el mapa de distribución y circulación de tales productos audiovisuales así como incidir realmente en la conformación de gustos y legitimación social del cine latinoamericano en su población, permitiendo contraponer el poder hegemónico de las *majors* de Hollywood en la región en el consumo cotidiano de los latinoamericanos. También plantea interrogantes sobre las nuevas condiciones de autonomía de los productores cinematográficos locales y regionales y las potencialidades de intervención de los Estados en la forma de acceso público del cine regional.

En un contexto estructuralmente desigual, el establecimiento de un modelo incremental o “gradualismo” (SOUZA, 2006; LOISEN, 2012) en las políticas audiovisuales promueve la ampliación de la circulación de las producciones nacionales en la región pero tienen un poder limitado para transformar las dinámicas productivas y también los patrones hegemónicos de valoración de la cinematografía centrados en Hollywood y en las cinematografías regionales más influyentes en cada subregión – por ej. en el caso uruguayo el cine argentino.

Una apuesta mayor debería contemplar la rearticulación del sistema de circulación y acceso a contenidos latino-americanos. Para ello debería armonizarse las legislaciones y condiciones de producción así como las características de acceso público a contenidos producidos en la región. También se debería reforzar la formación audiovisual en el ámbito educativo, a partir de una política activa de promoción y puesta en valor o legitimación del cine regional, así como la elaboración de políticas de garantías de acceso público ciudadano a la producción regional en ámbitos digitales.



Como ha señalado Jesús Martín-Barbero (2007) el rol de los Estados respecto a las industrias culturales es central para la formación del gusto es clave a partir de las políticas públicas que se impulsen. Por tal razón, más allá de las políticas industriales de impulso a la producción y la distribución del cine regional, se hace evidente la necesidad de contar con políticas culturales de formación en cine y audiovisual para estimular el valor social de la producción propia. Las políticas de formación de públicos son muy incipientes en América Latina y resultan una llave para promover la diversidad de gustos estéticos en el ámbito audiovisual.

Pese a las dificultades, el equilibrio entre los procesos de transnacionalización de la oferta y la capacidad de respuesta local de los ciudadanos a la producción cinematográfica propia se logra con una participación activa de los Estados y los organismos regionales – como Ibermedia, Recam – en la elaboración de políticas públicas de promoción de las cinematografías locales y regionales. Como consecuencia, la revalorización del ‘cine nacional’ y regional latinoamericano se apoya en nuevas políticas culturales que superen el sesgo economicista, tecnológico y erudito, y que apuesten a la formación y promoción del valor de las imágenes propias, patrimonio audiovisual latinoamericano.

## REFERÊNCIAS

- BECERRA, M.; MASTRINI, G. *La concentración infocomunicacional en América Latina*. Buenos Aires: Universidad San Martín y Observacom, 2018.
- BOLAÑO, C.; SANTOS, C.; DOMINGUEZ, J. A indústria cinematográfica no Mercosul: economia, cultura e integração. *Revista de Economía de las Tecnologías de la Información y Comunicación*, v. 1, p. 22-35, 2006.
- CANEDO, D. P. *Todos contra Hollywood? Políticas, redes e fluxos do espaço cinematográfico do Mercosul e a cooperação com a União Europeia*. 2014. 451 f. Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.
- DUVAL, J. *Le cinéma au XXe siècle: entre loi du marché et règles de l’art*. Paris: CNRS Editions, 2016.
- GETINO, O. (Ed.). *Cine latinoamericano: producción y mercados en la primera década del siglo XXI*. Buenos Aires: FnCI, Ocal, 2012.
- GIORGI, L.; SASSATELLI, M.; DELANTY, G. *Festivals and the Cultural Public Sphere*. New York: Routledge, 2011.
- JULLIER, L.; LEVERATTO, J.-M. *Cinéfilos y cinefilias*. Buenos Aires: La Marca Editora, 2012.
- MANTECÓN, A. *Ir al cine*. Antropología de los públicos, la ciudad y las pantallas. México: Gedisa, 2017.
- MARTÍN-BARBERO, J. Recepción de medios y consumo cultural: travesías. In: SUNKEL, G. (Coord). *El consumo cultural en América Latina*. Bogotá: Convenio Andrés Bello, 2006, p. 47-71.
- MILLER, T. et al. *El nuevo Hollywood*. Del imperialismo cultural a las leyes del marketing. Barcelona: Paidós Comunicación, 2005.
- MOGUILLANSKY, M. *Cines del sur: la integración cinematográfica entre los países del Mercosur*. Buenos Aires: Imago Mundi, 2016.

MONZONCILLO, J. M. A. Cine: riesgos y oportunidades se equilibran ante el cambio digital. In: BUSTAMANTE, E. (Ed.). *Hacia un nuevo sistema mundial de comunicación*. Las industrias culturales en la era digital. Barcelona: Gedisa, 2003.

RADAKOVICH, R. et al. *El cine nacional de la década*. Industrias creativas innovadoras. Montevideo: Udelar, 2014.

RADAKOVICH, R. Intersecciones entre lo culto, lo popular y lo tecno-audiovisual. In: DOMINZAIN, S. et al. *Tercer Informe Nacional de Imaginarios y Consumo Cultural de los Uruguayos*. Montevideo: MEC-Udelar, 2014.

RECAM. La Red de Salas Digitales del Mercosur. *Recam*, 2017. Disponibel en: <<http://www.recam.org/pma/noticias/la-red-de-salas-digitales-del-Mercosur>>.

RETINA LATINA. Plataforma digital de difusión y promoción del cine Latinoamericano. *Retina Latina*, 2017. Disponibel en: <<https://www.retinalatina.org/>>.

## O TOMBAMENTO DA VILA DE SANTO AMARO E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Luiz Fernando Rhoden\*

### INTRODUÇÃO

Ao ser convidado para escrever este texto, foi solicitado que narrasse a experiência vivida no processo de tombamento da vila de Santo Amaro, município de General Câmara, suas consequências e a situação atual daquele importante bem cultural do Rio Grande do Sul, patrimônio nacional. Estruturou-se, então, um texto que, além do tema central, pudesse trazer algumas reflexões realizadas há algum tempo sobre os tombamentos federais ocorridos no Rio Grande do Sul, apresentar aspectos inéditos do processo de tombamento de Santo Amaro e avaliar a situação atual da preservação daquele patrimônio nacional, onde se faz um grito de alerta para os perigos de perda daquele acervo. Se na vida nem tudo depende de um tempo, mas de uma atitude, Santo Amaro aguarda há algum tempo essa atitude dos seus moradores, do órgão que o tombou e do poder público municipal.

### **SOBRE A PRESERVAÇÃO DE BENS CULTURAIS NO RIO GRANDE DO SUL: UMA REFLEXÃO**

A questão dos patrimônios históricos e artísticos nacionais costuma ser abordada tendo como foco o conjunto de objetos que os constituem ou, quando muito, os discursos que os legitimam. No entanto, ao se analisar as práticas de construção desses patrimônios, conduzidos por atores definidos e em circunstâncias específicas, se pode verificar como essas mesmas práticas e esses mesmos atores atribuem valor enquanto patrimônio a determinados bens, o que justificaria sua proteção legal. Nesse sentido, entende-se que são os processos de atribuição de valor que possibilitam uma melhor compreensão do modo como são progressivamente construídos os patrimônios (FONSECA, 1997, p. 29).

---

\* Arquiteto (UFRGS). Especialista em Restauração e Conservação de Monumentos e Conjuntos Históricos (UFBA). Mestre em História Ibero-Americana (PUCRS). Doutor em Arquitetura e Urbanismo (UFBA). Pós-doutorado em História (PUCRS). Ex-superintendente do Iphan/RS. Membro do Icomos/Brasil. Autor dos livros *Urbanismo no Rio Grande do Sul: origens e evolução* (EDIPUCRS, 1999) e *Urbanismo e arquitetura na região fronteira do Rio Grande do Sul na primeira metade do século XIX* (Armazém Digital, 2013). Contato: lfr0705@gmail.com.

No Brasil, a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional inseriu-se no contexto da construção da sua identidade nacional. O contexto de nacionalização do Estado brasileiro em que se inseriu a gestão estatizada de bens simbólicos encaixada a partir da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) caracterizou-se pelo projeto em que nacionalizar significou, antes de tudo, impingir unidade, impedindo qualquer feição plural da nação (CHUVA, 2009, p. 207).

Some-se a esse contexto nacional o que ocorria no Rio Grande do Sul no mesmo período para se compreenderem os seus primeiros tombamentos federais, porque se entende que há correlação direta entre esses dois cenários históricos e as escolhas feitas, ou a atribuição de valores feita a alguns bens culturais, para serem protegidos legalmente, fato até aqui pouco pesquisado.

Na década de 1920 havia no Rio Grande do Sul uma grande divergência entre os historiadores e intelectuais sobre a construção de uma historiografia gaúcha, identificada por Gutfreind (1998) como uma matriz que representa a busca da identidade político-cultural do território sul-rio-grandense. De um lado, estavam aqueles que enfatizavam algum tipo de relação ou de influência da região do Prata na formação histórica sul-rio-grandense e comumente defendiam que a área das Missões Orientais, com os aldeamentos jesuíticos do século XVII, compunha a história do Rio Grande do Sul. Essa foi denominada matriz platina pela autora, termo que prevaleceu desde o final do século XIX até a década de 1920. A outra, a matriz lusitana, minimizava as aproximações históricas do Rio Grande do Sul com a área platina e, conseqüentemente, defendia a inquestionável supremacia da cultura lusitana na região. Havia um esforço para criar uma imagem do Rio Grande do Sul que se assemelhasse à do Brasil. Essas divergências ocorriam no âmbito dos historiadores ligados ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS), fundado da década de 1920, e não eram desconhecidas de outros intelectuais da época, entre os quais o próprio Getúlio Vargas (GUTFREIND, 1998).

Antes da Revolução de 1930, o historiador Aurélio Porto, sócio-fundador do IHGRS, já se encontrava no Rio de Janeiro realizando pesquisas e colaborando em jornais sobre temas políticos e econômicos. O resultado dessas pesquisas foram comentários aos volumes, editados pelo Arquivo Nacional, do processo que os Farrapos responderam perante a Justiça em Porto Alegre por crime de sedição. Esses comentários mostraram ao Rio Grande do Sul e ao Brasil uma revolução nacional, patriótica, enquadrada no panorama da formação cívica brasileira. Era uma imagem que o Rio Grande do Sul apresentava ao Brasil, e a nação passou a compartilhar dela.

O próprio diretor do Arquivo Nacional dizia:

O movimento dos farrapos, à luz das mais recentes investigações, pode ser enquadrado na série das revoluções democráticas brasileiras, prende-se a 1824, a 1817, a 1798, a 1789, isto é, à Confederação do Equador, à Revolução do Nordeste e à Inconfidência Mineira (CAVALCANTI, 1933-1935 apud GUTFREIND, 1998, p. 52-53).

Com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, carregando a bandeira do nacionalismo pela unidade – homogeneizadora da cultura –, foram feitas escolhas não alheias a esse processo. Nesse contexto, foi encontrada uma terceira via para as divergências da historiografia gaúcha, reconhecendo-se, em nível nacional, a Revolução Farroupilha não como uma tentativa de separatismo, mas inserida no conjunto das revoltas na consolidação da independência, e as ruínas missioneiras de São Miguel foram vistas como importantes remanescentes jesuíticos, enfatizando-se o seu aspecto histórico e artístico.

No contexto do Estado Novo e de sua estratégia de construção da identidade nacional, tentava-se incorporar a história gaúcha à história nacional, encampando os principais temas, que eram fontes das divergências regionais. Comemorava-se, então, o centenário da Revolução Farroupilha, e os órgãos culturais nacionais passaram a adotar medidas que visavam valorizar a história sul-rio-grandense, desconstruindo a imagem de um Estado separatista. Disso não ficou alheia a Sphan.

A análise dos primeiros tombamentos federais realizados no Rio Grande do Sul demonstram bem esses aspectos. Logo na lista dos primeiros tombamentos realizados em 1938, constavam, pela ordem: o Palácio Farroupilha, em Piratini (sede do governo Farrapo na primeira capital da República Rio-Grandense); a igreja de São Miguel das Missões (ruínas); a Casa de Bento Gonçalves, em Triunfo (herói farroupilha); e a casa de Garibaldi, em Piratini (herói italiano que participou da Revolução Farroupilha).

Além do que já foi visto, entende-se que a atuação da Sphan em relação às ruínas de São Miguel das Missões tem muito a ver com o fato de o presidente da República ser originário da região missioneira, “influenciando” o tombamento daquele bem cultural e a sua posterior restauração, a primeira grande obra realizada pela, então, Sphan, com orientação direta do arquiteto Lucio Costa. Essa interferência de Vargas em favor do Rio Grande do Sul pode ser explicada porque

o Rio Grande do Sul tornou-se foco de interesse justamente pelo fato de evidenciar o peso das relações pessoais estabelecidas em função das raízes regionais de Getúlio Vargas. Os compromissos daí advindos se sobrepuseram às determinações legais da Sphan, e impuseram ao presidente Vargas uma postura, antes de tudo, em defesa dos interesses gaúchos (CHUVA, 2009, p. 288-289).

No mesmo ano de 1938, também foram tombados a Igreja de São Pedro (Rio Grande), a Igreja de N. S. das Dores (Porto Alegre) e a Igreja de N. S. da Conceição (Viamão), ou seja, bens religiosos da arquitetura tradicional do período colonial, construções descendentes da arquitetura portuguesa ou nela inspiradas, tida como a arquitetura que representava nossa brasilidade.

Importante verificar, portanto, que a construção da identidade nacional passou também pela “pacificação”, promovida pelo presidente Getúlio Vargas, das disputas em torno da identidade rio-grandense, que vinham se acirrando desde o início do século XX, impondo uma homogeneização cultural ao estado do Rio Grande do Sul, tal qual aconteceu ao Brasil.

É lógico que os aspectos aqui alinhavados merecem uma mais profunda análise, mas parece que não estão muito afastados da realidade. O que salta aos olhos, nesse contexto, é o descaso havido com os primeiros núcleos urbanos de origem portuguesa do Rio Grande do Sul, mas esse era um procedimento adotado pela Sphan, nos primeiros anos de sua atuação, cuja preocupação centrava-se nos referenciais arquitetônicos que contribuíam para a identidade nacional, em construção. Esse fato só começou a ser corrigido a partir da década de 1980; mesmo assim, foi somente no final do século XX que se efetivou o primeiro tombamento federal de um núcleo urbano de origem portuguesa no estado: a vila de Santo Amaro, no município de General Câmara.

## **ANTECEDENTES HISTÓRICOS**

O estado do Rio Grande do Sul se formou e desenvolveu tendo como atores principais as diversas levas de imigrantes que para cá vieram em diferentes oportunidades. Interessam aqui os acontecimentos ocorridos no final da década de 1740, que contribuíram para o surgimento e a dinamização dos primeiros núcleos urbanos sulinos.

Em 9 de agosto de 1747, o rei português D. João V, através de uma Provisão Régia, ordenou o transporte e o estabelecimento de colonos açorianos no sul do Brasil, primeiramente em Santa Catarina e posteriormente no Rio Grande de São Pedro. E em 1750, houve a assinatura do Tratado de Madri e a designação de importantes engenheiros militares portugueses e estrangeiros para comporem as “partidas” que iriam demarcar as fronteiras entre Portugal e Espanha, na América.

A decisão de D. João V de promover a colonização das terras do sul do Brasil, com até 4 mil casais açorianos, a par de resolver o problema dos próprios habitantes das ilhas dos Açores, que haviam solicitado ao rei aquela providência, em função de estarem em situação “de indigência”, possibilitou o incremento populacional necessário para o desenvolvimento dos povoados de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro. Dos 4 mil casais previstos para embarcarem para o Brasil, vieram somente cerca de 1.304 casais (BORGES FORTES, 1978, p. 38), sendo que aproximadamente 30% desse total vieram, até 1753, para o Rio Grande, ou seja, 396 casais ou 1980 pessoas, sem contar os solteiros.

Na Provisão Régia referida verifica-se que, mais uma vez, a metrópole demonstrava explicitamente nos seus documentos oficiais a preocupação com o traçado e tamanho dos novos povoados e a localização que deveriam ter, no seu contexto, os edifícios mais importantes (RHODEN, 1999, p. 159). Determinava desde os privilégios e a assistência que teriam os casais ao chegarem aos seus destinos até as especificações do tamanho das povoações e de quantidade de casais açorianos que receberiam cada povoação, ou seja, 60 casais cada uma. Os engenheiros militares, atendendo ao que dizia a Provisão Régia, fizeram a sua parte e apresentaram um desenho genérico, cujo traçado é ortogonal, com uma grande praça no centro,

tendo num dos lados a igreja, conforme se vê na figura a seguir. Esse modelo foi implantado em várias vilas de Santa Catarina e em Santo Amaro, no Rio Grande de São Pedro.



Figura 1 – Século XVIII: desenho do modelo de povoado que os engenheiros militares fizeram para receber os casais açorianos

Fonte: Acervo do autor

Para cumprir o que estava estipulado no Tratado de Madri, Portugal contratou vários engenheiros militares estrangeiros, que, junto com outros de origem portuguesa, formaram as comissões de demarcação, constituídas uma no sul e outra no norte do Brasil. Apesar das dificuldades de ordem política e diplomática – que exigiam várias sessões de conversações em torno da melhor interpretação de pontos obscuros do referido tratado –, as partidas, como eram denominadas as equipes de ambos os países que colocaram os marcos de fronteira, foram avançando e demarcando a raia que separava os respectivos países. Ao mesmo tempo, os militares portugueses iam avançando pelo território sul-rio-grandense adentro, por via fluvial, implantando fortificações e fundando núcleos de apoio às atividades e às guarnições militares. Na medida em que aqueles núcleos eram implantados, iam sendo enviados alguns casais de povoadores que formavam a retaguarda das tropas portuguesas rumo às missões. Naquela linha de penetração, foi-se fixando a Capela Grande de Viamão, compreendendo o porto de Viamão, Triunfo, Santo Amaro e Rio Pardo, ao longo da principal via fluvial, o rio Jacuí. Era a “vertente fluvial” de povoamento, como se denominou, tomando forma e se expandindo. Essa vertente foi caracterizada como sendo feita por militares, por via fluvial e urbana (RHODEN, 1999, p. 162).

O estudo dos traçados urbanos desses povoados foi um dos objetos da dissertação de mestrado em História intitulada *Urbanismo no Rio Grande do Sul: origens e evolução*, que se desenvolveu em 1995, no curso de pós-graduação da PUCRS.

Pelo exposto, pode-se perceber que a vila de Santo Amaro é duplamente importante no contexto histórico. Primeiro, porque ela está inserida no processo de conquista e povoamento português do Rio Grande do Sul, ocorrido ao longo do século XVIII; segundo, porque ela foi desenhada para receber os casais açorianos, conforme o modelo estabelecido pelos engenheiros militares, baseado na Provisão Régia de 1747. Vale dizer que seu arruamento, loteamento e disposição das principais edificações estão de acordo com um modelo preestabelecido, único exemplar ainda existente no território sul-rio-grandense.<sup>1</sup>

### **O TOMBAMENTO DE SANTO AMARO E SUAS CONSEQUÊNCIAS**

O Rio Grande do Sul tem se caracterizado pelo descuido com seu patrimônio cultural mais antigo. São raros os exemplares arquitetônicos ainda existentes, e mais raros ainda os acervos documentais dos séculos XVIII e XIX, que sobreviveram às “limpezas” ocorridas nas prefeituras e nos órgãos públicos estaduais. Prova disso foi a dificuldade encontrada nas pesquisas realizadas para a dissertação de mestrado e a tese de doutoramento. Foi necessário o socorro de arquivos de fora do estado e do exterior para que se viabilizasse essa pesquisa, exigindo esforço financeiro e perseverança intelectual para sua efetivação.

A importância das características da vila de Santo Amaro, já descrita, associada à iminente perda das mesmas, principalmente de seus exemplares edificados mais importantes e de seu loteamento original, alertaram, na década de 1990, os técnicos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) para a necessidade de proteger legalmente aquele acervo histórico e artístico. Mais uma vez, estava-se diante do descuido com o patrimônio cultural do estado do Rio Grande do Sul, porque, embora Santo Amaro estivesse impregnado de atributos históricos, artísticos, culturais, enfim, não tinha ainda sido alvo de proteção legal que mantivesse intactas suas características originais. Assim, em 30 de agosto de 1996, decidiu-se iniciar o processo de tombamento federal da vila de Santo Amaro.

Antes, porém, foi feita uma reunião com a comunidade de Santo Amaro, na qual se expôs toda a legislação de tombamento, com ênfase na questão da manutenção da propriedade privada dos imóveis a serem tombados e a obrigação de cada proprietário de preservá-los. Também foi dito que desse processo não resultariam benefícios pessoais a cada proprietário, mas que a vila de Santo Amaro e o município de General Câmara poderiam desenvolver ações visando valorizar o acervo tombado através do turismo cultural e gastronômico, levando em consideração a tipicidade da comida local, baseada no peixe, o que poderia contribuir para a melhoria da renda dos moradores da vila e do município.

<sup>1</sup> Sobre o tema do povoamento do Rio Grande do Sul no período colonial, sugere-se ainda: RHODEN, Luiz Fernando. *Urbanismo e arquitetura na região fronteira do Rio Grande do Sul na primeira metade do século XIX*. Porto Alegre: Armazém Digital, 2013.



Sabe-se que esse procedimento não é usual dentro do Iphan, porque quase sempre as circunstâncias não o permitem fazê-lo. No entanto, também não se pode ser ingênuo e pensar que não haverá mais problemas sempre que se fizerem tais reuniões e aprovados os encaminhamentos dos tombamentos, como foi o caso. Pelo contrário, e isso se verá adiante.

O processo foi instruído pela 12ª Superintendência Regional do Iphan, sediada em Porto Alegre, constando, entre outros documentos, da dissertação de mestrado já citada, que embasa os dados históricos referentes ao traçado urbano e à criação da vila, em meados do século XVIII. Também fazem parte daquele processo a definição de seu entorno e as “diretrizes para ocupação do núcleo histórico de Santo Amaro”, incorporadas ao processo em janeiro de 1997.

Levado à 15ª reunião do Conselho Consultivo do Iphan, em 9 de novembro de 1998, o processo foi aprovado, com parecer do eminente e saudoso arquiteto Augusto Carlos da Silva Telles. Assim, a vila foi reconhecida como tendo valor cultural para integrar a relação do patrimônio histórico e artístico nacional.

Ao se tomar conhecimento do teor da ata daquela reunião, verificou-se que nela constava que a praça também estava tombada, com todos os seus elementos existentes, atendendo ao que solicitava em seu parecer o arquiteto Silva Telles. Ora, como naquela praça, naquele momento, existiam alguns equipamentos de recreação e uma pequena cancha de futebol, solicitou-se ao Conselho que esclarecesse se esses elementos poderiam ser retirados, uma vez que não eram originais do local. Então, na 16ª reunião, em 26 de novembro de 1998, o Conselho voltou a se manifestar sobre o tombamento de Santo Amaro, liberando os equipamentos, que não estavam tombados, esclarecendo assim a questão levantada.

O tombamento abrangeu a igreja de Santo Amaro e seu largo contíguo, a praça central e 14 imóveis espalhados pela vila, que ainda mantêm características originais. A consequência direta e mais conhecida do tombamento federal é sua proteção legal, contra qualquer tipo de descaracterização de sua conformação original, ou seja, a manutenção de sua originalidade e dos elementos que deram origem ao tombamento. No caso da vila de Santo Amaro, preservaram-se sua arquitetura setecentista, o seu traçado urbano, compreendendo o arruamento original, e seu sistema de loteamento, típico do século XVIII.

Existem, porém, outras consequências menos conhecidas e tão importantes quanto a primeira. Refere-se aqui à conservação do imóvel exigida pela lei, que é de responsabilidade dos proprietários dos bens tombados. No caso de Santo Amaro, essa manutenção diz respeito também ao lote original. É interessante observar que, na legislação brasileira, se o bem tombado se deteriora por falta de conservação permanente do proprietário, aí poderá ser apontado ilícito do proprietário, já que este deixou que o dano se tornasse vultoso, de modo a inviabilizar as obras de restauração com seus próprios recursos (CASTRO, 1991, p. 115).

Outra consequência, talvez uma das mais importantes, é a não descaracterização do entorno dos bens tombados. Para tanto, no processo de tombamento de Santo Amaro foram incluídas diretrizes elaboradas por técnico contratado pela 12ª CR

do Iphan. Essas diretrizes dividem a vila em setores, que têm diferentes critérios de ocupação, sendo mais rígidos na área da praça, onde se encontra a maioria dos bens imóveis tombados, e menos rígidos conforme o lote vai se distanciando dessa mesma praça.

## **AS CONSEQUÊNCIAS**

Ultrapassada a fase do reconhecimento legal do conjunto urbano da vila de Santo Amaro, pode-se dizer que se iniciou uma nova fase na preservação daquele patrimônio cultural. Refere-se particularmente à sua efetiva conservação e utilização correta, com sustentabilidade econômica e social.

A ideia de que preservação é sinônimo de guarda de bens excepcionais para serem objetos de contemplação e fonte de conhecimento é, hoje, considerada uma postura museológica anacrônica, elitista, tanto do ponto de vista puramente mercadológico quanto de um ponto de vista político.

O conceito de democratização do patrimônio implica, qualquer que seja a perspectiva, o fato de que o Estado não deve ser o único ator social a se envolver com a preservação do patrimônio cultural de uma sociedade (FONSECA, 1997, p. 74).

Supunha-se que, uma vez aceito o tombamento nacional pela comunidade, como exemplar único, este fosse preservado e visto, a par de sua importância cultural, como fonte de ações de valorização econômica, social e política.

Em relação à sua valorização econômica, espera-se que a comunidade se organize visando melhorar o atendimento ao público que a visita, investindo na formação de guias turísticos, na melhoria do artesanato local, da culinária local, das condições de alojamento, de entretenimentos e na organização de eventos. Para tanto, é necessário fazer parcerias com órgãos, estatais ou não, que tratam dos aspectos turísticos. É necessário, enfim, inserir o conjunto tombado no circuito turístico estadual e nacional.

Em relação à valorização social, espera-se que a comunidade sinta orgulho de pertencer, de habitar um local tão importante para a história da nação e, mais que isso, entenda que se pode e deve ter retorno financeiro com a cultura para dar sustentabilidade à sua preservação. Uma coisa é dependente da outra. Assim como se deve buscar formas de financiar a preservação dos imóveis tombados, também se deve preservá-los para que tragam turistas prontos a desfrutar desse patrimônio autêntico.

Esperar passivamente que o poder público realize as obras de restauração, sem que o proprietário atue na conservação de sua propriedade, como já se viu, pode acarretar sanções penais, além de não contribuir para seu efetivo retorno financeiro. É preciso, portanto, uma grande mobilização da comunidade para aumentar sua autoestima e procurar saídas econômicas para seu desenvolvimento sustentável, uma vez que, agora, seu crescimento urbano estará atrelado ao tombamento e aos critérios de intervenção na vila. Procura-se manter as características ambientais, entendidas no seu aspecto edificado e natural, que fizeram de Santo Amaro patrimônio nacional.

Alerta-se, no entanto, para um fenômeno social que vem ocorrendo em Santo Amaro e que já ocorreu em outros conjuntos urbanos tombados: trata-se do fenômeno da gentrificação, que é a alteração das dinâmicas da composição do local, de uma região ou de um bairro, tal como novos pontos comerciais ou a construção de novos edifícios, valorizando a região e afetando a população de baixa renda local.

Em Santo Amaro, esse fenômeno se dá através da expulsão da população local, pela compra de seus imóveis, por pessoas de outras localidades para utilizá-las eventualmente, como moradias de veraneio, revitalizando-as ou construindo novos imóveis na vila. O resultado disso é a mudança do perfil da população local e a falta de compromisso da nova população para com a preservação do conjunto tombado,<sup>2</sup> dificultando qualquer ação de valorização que se queira fazer e acarretando a descaracterização do bem cultural que se quer ver protegido, em sua originalidade.

O processo de gentrificação tem bastante semelhança com um projeto de revitalização urbana, com a diferença que a revitalização pode ocorrer em qualquer lugar da cidade ou da vila e normalmente está ligada a uma demanda social bastante específica, como reformar uma praça abandonada, promovendo nova iluminação, jardinagem, bancos, etc. E quem se beneficia da obra são os moradores do entorno e, por tabela, a cidade ou a vila toda. A gentrificação, por sua vez, se apoia nesse mesmo discurso de “obras que beneficiam a todos”, mas não motivada pelo interesse público, e sim pelo interesse privado, relacionado à especulação imobiliária. Logo, tende a ocorrer em áreas centrais, históricas ou com potencial turístico.

Finalmente, em relação à valorização política de Santo Amaro, entende-se que esta ainda não aconteceu. A administração municipal ainda não entendeu a importância do tombamento da vila para o desenvolvimento do turismo no município, nem tem claro o potencial econômico daí advindo. Pelo contrário, só percebe o tombamento como um problema, pelo qual entende não ter qualquer responsabilidade, e, com o discurso da escassez de recursos financeiros e técnicos, se omite de ações em prol da sua preservação.

Uma dessas ações é, precisamente, a indução ao processo de gentrificação que tem ocorrido ainda de forma incipiente em Santo Amaro, pois a própria prefeitura, ao autorizar as novas construções de residências para veraneio em meio ao conjunto tombado, contribui para sua desertificação. Ou seja, aquilo que aparentemente seria uma atuação para a revitalização da vila de Santo Amaro é, na realidade, uma ação que induz à retirada da população local, que vende seus imóveis para veranistas de fora da vila, que ali constroem seus novos prédios para veraneio, ou que revitalizam os prédios existentes. Em qualquer caso, o resultado é a saída de parte da população local.

---

<sup>2</sup> Sobre o fenômeno da gentrificação, ver também: ARANTES, Germana de Faria. *Intervenções urbanas: rumo à cidade neoliberal*. Curitiba: APPRIS, 2015; BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos*. São Paulo: AnnaBlume, 2006; FURTADO, Carlos Ribeiro. *Gentrificação e (re)organização urbana em Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2011.



Figura 2 – Casa de Cultura de Santo Amaro em estado de arruinação  
Fonte: Acervo do autor

Por outro lado, não se pode esquecer que um dos imóveis tombados que está em péssimo estado de conservação é de propriedade da prefeitura, que não fez nem um simples escoramento para o imóvel não ruir. Parte da parede lateral já ruiu e a infiltração das águas da chuva pode condenar definitivamente o prédio.

Além desse imóvel, que deveria abrigar a Casa de Cultura, outros três prédios estão em péssimo estado de conservação, como se pode ver nas fotos a seguir. São eles: o sobrado incendiado localizado na esquina da Rua da Liberdade com a Rua Bento Gonçalves; a casa localizada na Rua Demétrio Ribeiro, atrás da igreja, considerada a mais importante do ponto de vista histórico e arquitetônico, uma vez que ali funcionou a primeira Câmara de Vereadores da vila de Santo Amaro, quando esta era a sede do município, e cuja fachada é a mais elaborada do conjunto arquitetônico; e a casa amarela localizada na Rua Ernesto Alves, ao lado do bar ali existente, em frente à praça central. Ou seja, os imóveis em péssimo estado de conservação representam um pouco mais de 28% do conjunto tombado.



Figura 3 – Casa da Rua Demétrio Ribeiro, antiga Câmara de Vereadores, em estado de arruinação  
Fonte: Acervo do autor

O pior é que nem os proprietários têm recursos para a sua preservação, assim como não o tem o Iphan para tais obras, em função da escassez de recursos federais nesses tempos de crise econômica. Portanto, com esse pano de fundo, entende-se que o futuro do tombamento da vila de Santo Amaro é inserto neste momento.



Figura 4 – Casa da Rua Ernesto Alves, parcialmente arruinada  
Fonte: Acervo do autor

## CONCLUSÃO

Buscou-se desenvolver neste texto algumas reflexões sobre dois temas relacionados com a atuação do órgão nacional de preservação do patrimônio cultural e com o tombamento da vila de Santo Amaro.

O primeiro tema diz respeito aos primeiros tombamentos federais no Rio Grande do Sul e a constatação de como eles estiveram inseridos na política cultural do governo getulista de construção da identidade nacional. Ao se confrontar o que ocorria no meio cultural gaúcho do início do século XX com a política cultural nacional do governo de Vargas, verifica-se que o órgão nacional de preservação do patrimônio histórico e artístico contribuiu para incorporar a Revolução Farroupilha, antes tida como separatista, entre as revoluções que consolidaram a independência do Brasil, tombando imóveis representativos daquela revolução como patrimônio nacional. O mesmo ocorreu com os remanescentes das ruínas de São Miguel das Missões, vistas por segmentos da cultura gaúcha como não pertencentes à história do Rio Grande do Sul, mas que foram tombadas por seu valor histórico e artístico.

Nesse sentido, a atuação do órgão nacional pacificou as divergências culturais gaúchas, impondo, tal como aconteceu em nível nacional, uma homogeneização cultural ao Rio Grande do Sul. Essa atuação, no entanto, não se preocupou com a contribuição lusa no campo dos conjuntos urbanos no território gaúcho, pois somente no final do século XX o Iphan tombou o primeiro núcleo urbano de origem lusa no estado: a vila de Santo Amaro.

O segundo tema sobre o qual se procurou refletir neste texto é exatamente o tombamento de Santo Amaro. Buscou-se apresentar os fatos cronologicamente dispostos, tal como aconteceram e dos quais se teve oportunidade de participar, para, finalmente, mostrar a situação em que se encontra atualmente aquele importante núcleo urbano. Degradação e mesmo arruinamento parcial dos imóveis, alteração do seu parcelamento urbano original, desertificação ou substituição da população local, descaso do órgão de preservação nacional e descaso da prefeitura são alguns dos problemas detectados.

No entanto, deve-se ser perseverante e ter esperança, marca registrada de todos os que trabalham com a cultura no Brasil. Ou se acredita na importância do tombamento e na sua preservação para as novas gerações, ou não se trabalha nessa área.

Entende-se que ações de educação patrimonial, voltadas para o conhecimento da história e da importância da vila de Santo Amaro no contexto da conquista e do povoamento do território do Rio Grande do Sul, elevando a autoestima da população local, devem ser urgentemente providenciadas. Essas ações teriam de ser direcionadas, também, aos moradores eventuais da vila, uma vez que esta tem sido muito procurada para construções de casas de veraneio, cujos proprietários, geralmente de outros municípios, desconhecem a importância histórica de Santo Amaro.

Não se está dizendo nada de novo, ou que não saibam aqueles que trabalham com o patrimônio cultural, mas alertando-se para a importância do tombamento de Santo Amaro e para a urgência de ações visando sua preservação. Se não houver a união de esforços e o entendimento mútuo de todos os atores envolvidos, esse patrimônio será, infelizmente, perdido.

## REFERÊNCIAS

- BORGES FORTES, João. *Os casais açorianos: presença lusa na formação sul-rio-grandense*. 2. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1978.
- CASTRO, Sonia Rabello de. *O Estado na preservação de bens culturais*. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.
- CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Minc/IPHAN, 1997.
- GUTFREIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.
- RHODEN, Luiz Fernando. *Urbanismo no Rio Grande do Sul: origens e evolução*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

## O HISTORIADOR E AS POLÍTICAS CULTURAIS PARA O PATRIMÔNIO

Claudira Cirino Cardoso\*  
Hilda Jaqueline de Fraga\*\*

### ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

O presente artigo visa discutir acerca do papel dos profissionais da história frente ao novo cenário das políticas públicas de patrimônio. Em um primeiro momento pretende-se averiguar em que medida os investimentos públicos contribuem para dar transparência e ampliar os diferentes processos na vasta área patrimonial, em especial as principais modalidades de financiamentos definidos pela esfera pública e a iniciativa privada. A análise dessas questões ganha relevância na contemporaneidade porque as instituições de salvaguarda mantidas pelo Estado e, também, aquelas criadas por movimentos sociais, ocupam um lócus importante entre as possibilidades que abrem para a imersão do historiador nos debates patrimoniais. Nesse sentido, num segundo momento, serão apresentados os impactos das movimentações políticas atuais com base nas contribuições que investigam o campo das políticas culturais, analisando-se os financiamentos e as ações nesse âmbito colocadas em diálogo com a formação dos historiadores e seus desafios atuais nessa esfera, diante da necessária atenção do olhar acadêmico às políticas públicas de preservação do patrimônio.

### POLÍTICAS CULTURAIS: SITUANDO O DEBATE

Atualmente, muito tem sido dito sobre a importância de colocar a cultura na agenda estratégica das nações, propondo entendê-la como uma importante condição para o desenvolvimento da cidadania cultural. Essa perspectiva impõe analisar mais de perto o contraponto da presença estatal no campo cultural, a partir da década de 1990, quando a perspectiva de um “Estado mínimo” delegou ao mercado o

---

\* Professora no Programa de Formação Continuada (PFC), Governo do Estado da Paraíba. Contato: claudira64@gmail.com.

\*\* Professora Adjunta do curso de Bacharelado em Produção e Política Cultural, Universidade Federal do Pampa, Campus Jaguarão. Contato: hildajaqueline7@gmail.com.

gerenciamento da cultura brasileira, e, ao mesmo tempo, apontar para a necessidade de implementação de políticas culturais que dialoguem com demandas de maior participação da sociedade civil na vida cultural.

Compreende-se que uma política cultural com viés democrático deve se pautar na ideia de que a cultura se constitui num direito coletivo a ser apropriado pelos cidadãos indistintamente. Isso aponta para a necessidade da criação de mecanismos eficazes para que todo e qualquer cidadão tenha direito à cultura e à memória coletiva, apropriando-se dos bens culturais, que são elementos essenciais e, segundo Furtado (1984), são instrumentos de democratização da sociedade brasileira, necessários para

[...] remover os obstáculos à atividade criativa, venham eles de instituições venerandas, que se dizem guardiãs da herança cultural, de comerciantes travestidos de mecenas ou do poder burocrático. Trata-se, em síntese, de defender a liberdade de criar, certamente a mais vigiada e coitada de todas as formas de liberdade. Portanto, uma verdadeira política cultural terá de ser conquistada e preservada pelo esforço e vigilância daqueles que creem no gênio criativo de nossa cultura (FURTADO, 1984, p. 81).

A remoção de alguns desses obstáculos corresponde à criação ou à alteração de instrumentos normativos que subsidiem a área cultural, a despeito de se incorrer no risco de fazer perdurar práticas clientelísticas por meio da manutenção de velhos privilégios travestidos de política de incentivos fiscais, como é o caso das políticas culturais do início dos anos de 1990, que marcaram sua efetivação sob essa lógica na legislação federal de incentivo à cultura, a Lei nº 8.313, de 1991, conhecida como Lei Rouanet.<sup>1</sup>

A referida lei foi criada no governo Collor de Mello, período em que as políticas culturais neoliberais se consolidaram no Brasil. Nesse governo foram revogados os incentivos fiscais federais existentes, desmontaram-se diversos órgãos públicos ligados à cultura e fecharam o Ministério da Cultura, substituindo-o por uma secretaria, entre outras medidas. A partir do corte do orçamento para a cultura foi criada a Lei de Incentivo Fiscal – Lei Rouanet – e seus três mecanismos: o Fundo Nacional de Investimento Cultural e Artístico (Ficart), que nunca foi implantado; o Fundo Nacional de Cultura (FNC), gerido pelo Ministério da Cultura, mas com poucos recursos; e a renúncia fiscal para patrocínios e doações a projetos culturais, modalidade conhecida como “mecenato”, exigindo captação de recursos. Este mecanismo exige aprovação de projeto cultural pelo Conselho Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC) a partir de pareceres de especialistas, mas, ainda assim, o recurso não possui garantia, haja vista a necessidade de, após a aprovação, o proponente buscar empresas interessadas no projeto.

---

<sup>1</sup> Esse novo regramento substituiu a Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, aprovada na gestão de Celso Furtado, que concedia benefícios fiscais na área do imposto de renda para operações de caráter cultural ou artístico. Ficou conhecida como Lei Sarney.



Assim, apesar de os recursos destinados serem públicos, quem define quais projetos receberão incentivos e quais não os receberão são as empresas, geralmente seus departamentos de marketing. Rubim (2007, p. 25) avalia que “a predominância dessa lógica de financiamento corrói o poder de intervenção do Estado nas políticas culturais e potencializa a intervenção do mercado, sem, entretanto, a contrapartida do uso de recursos privados [...]”. O resultado, para o autor, é que a maioria dos projetos não saem do papel por não encontrarem patrocinadores interessados, ainda que as áreas de abrangência sejam amplas, incluindo a área do Patrimônio, conforme o item VII do artigo 25 da Lei Rouanet:

Art. 25. [...]

I – teatro, dança, circo, ópera, mímica e congêneres;

II – produção cinematográfica, vídeo-gráfica, fotográfica, discográfica e congêneres;

III – literatura, inclusive obras de referência;

IV – música;

V – artes plásticas, artes gráficas, gravuras, cartazes, filatelia e outras congêneres;

VI – folclore e artesanato;

VII – patrimônio cultural, inclusive histórico, arquitetônico, arqueológico, bibliotecas, museus, arquivos e demais acervos;

VIII – humanidades;

IX – rádio e televisão educativas e culturais, de caráter não comercial (BRASIL, 1991, s.p.).

Após quase duas décadas da implementação dessas políticas, os debates acerca do tema ainda seguem muito atuais. Blant (2003) destaca que há defensores e críticos dessas leis de incentivo. Os primeiros enxergam a possibilidade de crescimento e geração de empregos, estimulada pelo poder público, ao fomentar o mercado cultural em pleno processo de ampliação e consolidação, além de transferir parte da responsabilidade pela promoção cultural e social às empresas e à sociedade como um todo. Os críticos, por sua vez, entendem que leis como a Rouanet acirram um processo de exclusão social, além de gerarem distorções, entre as quais estariam: o Estado seria o grande beneficiador; a cultura se transformaria em mercadoria; as empresas priorizariam as áreas de maior visibilidade para investir, ainda que os recursos sejam públicos; e os recursos seriam concentrados no sudeste e sul do país, principalmente.

Ao examinar a problemática das leis de incentivo à cultura, Sarcovas (2005, p. 55) considera a ocorrência de equívocos por parte do meio cultural ao abrir mão de fundos públicos de financiamento, “o que o tornaria cúmplice de um sistema de incentivo fiscal que transfere dinheiro e responsabilidade públicos para o interesse privado”. Para ele, esse equívoco pode ser atribuído ao pouco entendimento e à ausência de reflexão sobre a natureza e as motivações das fontes de financiamento, pois se trata de dinheiro público sendo administrado por interesses privados.

Outro aspecto que pode alimentar esse debate esteja talvez na compreensão de que uma política de incentivos fiscais não deve ser confundida ou mesmo reduzida a uma política pública de cultura. Ela deve ser plural, com capacidade de satisfazer as singularidades do campo da cultura em sintonia com a diversidade.

Embora o caminho apontado pelas elites dirigentes, no tocante ao papel do Estado, frente à produção cultural tenha convertido os mecanismos de incentivos fiscais em políticas públicas de cultura, observa-se que as leis de incentivo à cultura, via renúncia fiscal, servem como linha de frente da política cultural do Estado brasileiro. Desse modo, elas se tornam o principal eixo da política de dinamização de um mercado de bens simbólicos concentrados e excludentes. Assim, para que novos caminhos sejam sinalizados, faz-se necessário mapear e avaliar as ações vigentes nos múltiplos âmbitos das políticas culturais.

Uma proposição, nesse sentido, coloca como relevante a reflexão dos desdobramentos de tais políticas através de uma retrospectiva histórica acerca das formas como os recursos públicos e as políticas para a cultura têm se efetivado na área do patrimônio histórico e cultural, mais especificamente no período pós-ditadura civil militar no Brasil, campo em que se situa a abordagem pretendida. Acerca desse período, pode-se dizer que foi marcado pela redefinição do papel do Estado no trato das questões referentes à cultura, no qual a União deixa de ser o único agente que financia, centraliza e executa as políticas nessa área. O Estado passa à condição de regulador e fiscalizador, transferindo à iniciativa privada o financiamento e a execução dos projetos culturais. Nesse novo contexto, Estados e Municípios entram em cena com vistas a “atender” ao previsto no novo ordenamento jurídico constitucional promulgado em 1988.

A partir dos anos 1990, a Lei Rouanet passou a ser aplicada como política de incentivos e vem sendo assimilada e adotada por Estados e Municípios. Em tese, o propósito maior seria a implantação de mecanismos para desenvolver ações e/ou procedimentos direcionados à preservação do patrimônio cultural brasileiro. Dessa forma, as políticas públicas passaram a constituir uma importante ferramenta de apoio à administração pública no que tange à definição de prioridades, à resolução de problemas, ao planejamento e à execução das propostas estabelecidas nessa esfera. Assim, a área do patrimônio passou a compor a estrutura do Estado, tendo, em tese, condições para auxiliar nas atividades da administração e para efetivar a garantia do direito de acesso à informação, aos aparelhos culturais de salvaguarda pelos cidadãos. Tais aspectos indicam que os usos recentes dessa ferramenta de apoio podem subsidiar problemáticas, discussões, planejamentos e outras demandas vivenciadas por diferentes campos de conhecimento.

Vale ressaltar, ainda, que se encontra hoje em tramitação no Senado a Lei do ProCultura, um programa de fomento que, segundo o secretário de Fomento e Incentivo do Ministério da Cultura, Henilton Menezes, deveria ter entrado em vigor no exercício fiscal de 2014 com o propósito de “consertar as fragilidades que a lei atual tem”. Já a historiadora Lia Calabre (2015, p. 36) considera o novo

instrumento legal como estruturante para garantir as políticas culturais nas duas gestões de Gilberto Gil à frente do Ministério da Cultura, que foram “tendo sua efetividade protelada”, perdendo ainda mais seu ritmo de implementação com o final da gestão do ministro Juca Ferreira. Ao analisar as políticas e ações do Ministério da Cultura nas gestões Gil, Rubim (2015, p. 15) menciona avanços em várias áreas, mas avalia que “a ação do Ministério também apresentou limites, como no financiamento à cultura, que continuou subordinado de modo unilateral e perigoso às leis de incentivo à cultura”.

Vitor Ortiz, ministro interino, afirmou em entrevista que as mudanças da Lei Rouanet estariam no projeto ProCultura, considerado muito bom pelo Ministério da Cultura, e que

[...] deveria fazer mudanças significativas na desconcentração do investimento – hoje, muito concentrado no eixo Rio-São Paulo – para outras regiões do país e especialmente para as periferias ou áreas com importância cultural, mas que não são atrativas para as empresas. Outro fator importante é que não estamos falando só da mudança da Lei Rouanet, mas de todo o sistema de financiamento da cultura no Brasil (PRIKLADNICKI, 2012, p. 32).

Silva (2008), por sua vez, pondera que o monitoramento das políticas públicas pode ser limitado se forem considerados apenas os montantes de gastos, os recursos humanos, os indicadores de esforço público, *outputs*, a realização de metas e objetivos, a medida de custos, a construção de índices sociais, etc. Entretanto, essa lógica pode ser alterada: se as interações e os conflitos forem ampliados para o âmbito da realidade social, as políticas se referirão a aspectos mais significativos das estruturas sociais de modo interligado aos diversos segmentos. A seguir, fazem-se algumas reflexões acerca das relações oriundas da atuação do historiador mediadas pelas políticas culturais na área do patrimônio.

## **O HISTORIADOR E O CAMPO DAS POLÍTICAS CULTURAIS PARA O PATRIMÔNIO**

Como já esboçado, as políticas para a cultura efetivadas nas últimas décadas provocaram uma série de desdobramentos no cenário cultural e apresentam desafios à formação de diferentes profissionais direta ou indiretamente envolvidos com o campo do patrimônio, em que se destacam os historiadores. No que se refere às críticas sobre os avanços e os limites das iniciativas mais recentes adotadas pelo Estado Democrático de Direito voltadas a esse campo, destaca-se o crescente interesse deste profissional pelo mundo político circunscrito aos bens culturais, sejam como objeto de pesquisa, sejam como objeto de ensino. A imersão do historiador no terreno das políticas culturais se redesenha, portanto, em meio a uma miríade de debates e reorientações dos pressupostos que nortearam a tradição preservacionista e patrimonialista.

Entre os muitos enfoques abordados por estudos dessa natureza, destacam-se aqueles cujos percursos investigativos tratam, entre outros aspectos, da reflexão

dos efeitos dessa tradição nas dinâmicas e nos processos de patrimonialização e agenciamentos da memória cultural nos diferentes momentos históricos em que se desenrolaram no contexto brasileiro. Sob o crivo da história e inspirados pelos trabalhos de historiadores como Le Goff (1994), Choay (2001) e Hartog (2006), uma geração de historiadores brasileiros tem constituído um campo fértil de pesquisa e de atuação profissional no campo do patrimônio. Sob pontos de vista diversos, a reflexividade de seus estudos, em certa medida, tem possibilitado uma espécie de cartografia<sup>2</sup> acerca das correlações de forças, disputas e relações de poder imbricadas às políticas com este enfoque, sejam oriundas de iniciativas do Estado ou de reivindicações dos diferentes grupos de referência, a partir dos quais é possível evidenciar algumas rupturas e permanências aludidas na parte introdutória deste texto.

Entre as muitas questões levantadas, convém mencionar os aspectos relativos aos mecanismos jurídicos – as leis de preservação (municipais, estaduais e federais) – e de fomento à cultura implantados no final do século passado e nas décadas iniciais do século XXI – enquanto tentativas que balizaram iniciativas do poder público no sentido de garantir em suas agendas políticas as demandas dos diversos setores da sociedade pelo direito à cidadania cultural.

Longe de pretender concentrar seus esforços na busca de um consenso sobre a questão, os historiadores, através dessa abordagem, têm colaborado para a maior compreensão dos labirintos políticos que envolvem o campo das políticas culturais para o patrimônio. Isso tem se tornado possível na medida em que suas interfaces se estendem para os limites e avanços identificados por políticas com cartografias complexas, enveredando para os dilemas da gestão patrimonial desde sua salvaguarda, promoção e sustentabilidade econômica até as controversas relações do público e do privado com esse campo.

Tais abordagens buscam sinalizar para a pertinência da construção de um debate político que, além de levantar diagnósticos e indicadores culturais sobre a situação da realidade patrimonial brasileira, devido aos poucos recursos investidos na área, busca gerar aportes que constituam práticas renovadas nesta esfera, rompendo com os resquícios das lógicas e dos modelos tradicionais de se fazer política cultural. Um cenário ainda presente nas ações políticas da esfera patrimonial, historicamente centralizadas em cidades consideradas detentoras de desenvolvimento econômico e cultural e que, conseqüentemente, reúnem um rol de bens culturais que serviram de referência para a construção de uma identidade nacional.<sup>3</sup>

Pode-se dizer com isso que, na contramão do discurso patrimonial e da historiografia hegemônicos de outrora, elementos que serviram de escopo para a conse-

<sup>2</sup> Segundo Passos, Kastrup e Escóssia (2009), é uma abordagem que consiste em estabelecer uma crítica que viabilize estudos que objetivam perceber os processos e leituras dos agenciamentos das relações de poder e tensões envolvendo campos históricos.

<sup>3</sup> Especialmente as concentradas na região sudeste do Brasil, como Ouro Preto, uma das principais referências ao ser considerada pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade na década de 1980.

cução de políticas culturais excludentes, os atuais percursos deveras “espinhosos” colocados aos novos ofícios dos historiadores que concentram suas linhas de estudos para o tema patrimonial têm procurado investir no acercamento da categoria patrimônio enquanto objeto político de lutas, arbitrios e foco de investigações das políticas culturais preconizadas para esse campo. Tal dinâmica tem possibilitado a aproximação dos historiadores com o campo patrimonial; e tem se mostrado, portanto, mais preocupada em abrir espaço para reflexões que se adensem em profundidade nos (des)compassos dessas políticas em nível de Estado, em articulação com as reais necessidades das reivindicações sociais, dos gestores culturais e das demandas dos diferentes aparelhos fomentadores da cultura, atentando para seus avanços e dilemas e, ao mesmo tempo, para as exigências oriundas das reconfigurações da categoria patrimônio cultural e, conseqüentemente, das políticas atuais.

Isso implica abarcar não somente os aspectos conceituais, mas também os epistemológicos, na medida em que a dilatação do conceito de patrimônio hodiernamente resulta no alargamento da compreensão de política de Estado. Abarca também a atenção aos valores, as práticas promotoras da cultura e os critérios utilizados por políticas pregressas para delimitar, ou melhor, situar o que se tem considerado o campo das políticas patrimoniais. Procura-se, assim, criar neste solo moedicho suportes mais atentos e comprometidos com a superação das formas usuais de gestar iniciativas ligadas ao patrimônio, mesmo aquelas carregadas de boas intenções e defensoras da diversidade cultural.

O intento de alguns historiadores, nessa direção, reúne o empenho, juntamente com os demais profissionais envolvidos nessas discussões, em contribuir a partir da perspectiva histórica para a democratização da cultura e para a geração de conhecimentos que auxiliem na revisão de premissas e reorientações de curso, aspectos que nos parecem chaves no momento atual, em que os direitos sociais, sobretudo aqueles relacionados à cultura, têm sido claramente ameaçados. Prova disso é o acirramento da sua precarização e o retrocesso de conquistas importantes nesse âmbito, não se esquivando, para isso, de tocar nas questões referentes à obtenção, geração e distribuição dos recursos destinados a divulgar, produzir e definir as políticas nesse âmbito, considerando seus desdobramentos em diversas áreas de formação, em que se destaca a emergente inserção dos profissionais da história nos temas relacionadas às políticas culturais.

No tocante a esse aspecto, é preciso frisar que os movimentos salientam o quanto esse diálogo não é recente, nem seus tensionamentos, produzindo questionamentos que convergem para o lugar que o historiador tem ocupado nesse debate, em meio à crescente patrimonialização da memória tributária das conquistas políticas pós-ditadura civil militar – mesmo diante do consenso, entre os historiadores, acerca do fato de que o patrimônio é uma invenção cultural e, como toda invenção, é datado historicamente e responde às necessidades históricas e políticas de uma sociedade. Assim sendo, está circunscrita sua relação com o campo do político e da história das políticas culturais, assim como sua dependência, na mesma medida, de pautas das agendas e projetos políticos do momento.

Dessa forma, o inegável emaranhado político no qual esses profissionais vêm se inserindo paulatinamente – em que, em certa medida, sempre estiveram envolvidos em maior ou menor grau – acena para a necessidade de seu ofício em territórios “nunca antes navegados”, motivados pelas conjunturas recentes no campo da cultura associada à influência da história cultural, em que se sobressaem os trabalhos de Chartier (1990), De Certeau (1980) e Ginzburg (1976) entre os mais representativos. Esses historiadores abriram espaço para novos objetos a serem considerados como fontes para a pesquisa histórica e para o *métier* do historiador ao abrangerem a cultura material, as representações simbólicas produzidas com e através dos bens culturais, entre outras ênfases de estudos que dela se originaram. Há que se destacar, ainda, os processos de construção dos lugares de memória tematizados por Nora (1993), o que resultou, entre outras coisas, na configuração de espaços de abrangência para a atuação dos historiadores. Ao gerarem o arrolamento de pesquisas com esse enfoque pelo viés da história, os deslocamentos provocados pela historiografia contemporânea constituem igualmente o delineamento de perspectivas investigativas e de experimentações que se debruçam em sua gestão sobre a salvaguarda dos bens culturais em instituições de memória ou, ainda, aqueles dispostos na paisagem urbana material e imaterialmente.

O contexto supracitado provoca o redimensionamento da atuação do historiador e das práticas de operação historiográfica, reverberando em percursos profissionais, mediante os quais o patrimônio se constitui como uma categoria para pesquisas no campo da história e o seu ensino, desde as temáticas relacionadas ao saber histórico produzido por diferentes públicos no contato com os aparelhos culturais (estudantes, profissionais liberais, turistas, etc.) até aquelas que se relacionam com ações levadas a cabo para o acondicionamento, a comunicabilidade e a fruição cultural de acervos. Ao historiador apresentam-se estudos de fronteira cujo trânsito passa a compreender os âmbitos da história, da cultura e da educação, ampliando seu campo de trabalho, que se estende a partir de então às instituições de memória e aos aspectos relacionados ao fomento cultural.

Em paralelo, há que se ressaltar a ressignificação de suas usuais atuações em territórios já conhecidos, ou seja, os estabelecimentos escolares, cujos desdobramentos têm contribuído para potencializar a correlata relação entre as políticas culturais para a memória e as políticas públicas para o ensino de História, em conexão com a reformulação dos cursos de História e do currículo da disciplina. Na esteira dessas reformulações em termos de Brasil, é preciso salientar que a intersecção entre as fronteiras disciplinares supracitadas resulta das diretrizes tributárias da Constituição de 1988 e do artigo 216 – capítulo da cultura –, instrumento que agregou à noção de patrimônio uma diversidade de manifestações, expressões e vestígios do passado antes limitados aos contornos da Carta Magna anterior, incluindo também os bens imateriais, exigindo na mesma medida a reformulação das políticas para a cultura e a educação.

O caráter democrático e descentralizador apregoado pela nova Constituição Brasileira buscou, em alguma medida, alterar os papéis decisórios do Estado e da sociedade civil quanto à temática. Prova disso foram os movimentos políticos de natureza participativa e a evidência de um compromisso do poder público com vistas a instituir diretrizes políticas atentas aos esquecimentos e às manipulações da memória legitimadas pelas políticas patrimoniais de períodos anteriores e de seus moldes de financiamento e promoção da cultura, substanciando tentativas de horizontalização das relações entre o Estado e os cidadãos, embora elas não tenham sido suficientes.

Todavia, mesmo que se reconheçam os limites, são inegáveis as conquistas nos últimos tempos. Embora estejam enredadas a dilemas difíceis de serem solucionados num curto prazo, não se pode ignorar o quanto as políticas para o patrimônio salientadas incidiram para a concepção do patrimônio no plural instituidor de um estatuto da diferença e da preservação dessa diferença. Somam-se às políticas para a educação introduzidas pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) em 1996, pautada pelos princípios democráticos, que incluiu em seu texto e em suas principais preocupações educativas a valorização da diversidade cultural e o patrimônio como um dos eixos centrais, reforçadas mais tarde, em 1998, pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS) no Ensino Fundamental.

No que tange à pesquisa e ao ensino de História, essas iniciativas políticas foram importantes, uma vez que introduziram o sujeito historiador nas preocupações relativas ao campo do patrimônio e das políticas efetivadas pelos aparelhos culturais e demais instituições formativas, assuntos que ganharam lugar no meio acadêmico, incorporando novos e antigos objetos de estudo, que se tornaram relevantes à formação e à atuação desse profissional. Tal conjuntura apresenta um leque de questões no presente, entre as quais estão a regularização de seu ofício, a extensão de seus interesses de pesquisa, a articulação entre universidade e instituições de memória, o ensino e seu papel como agente político nos debates patrimoniais, na medida em que a inserção dessa temática nas matrizes curriculares dos cursos de graduação e pós-graduação, em nível de especializações e, mais tarde, em programas de mestrado e doutorado, gerou percursos investigativos interdisciplinares que têm em muito acrescentado a esse campo, como exemplificam as produções de pesquisadores como Meneses (2012), Chuva (2012), Gonçalves (1996) e Abreu e Chagas (2003).

A profícua produção acadêmica derivada desses trabalhos acentua o contato mais efetivo dos historiadores com as políticas patrimoniais. Tal afirmativa se sustenta através da multiplicidade de pesquisas, da inserção de práticas de estágios curriculares em museus e arquivos e do desenvolvimento de projetos de ensino e extensão junto a acervos e bens culturais sob custódia de instituições e/ou dispostos na paisagem urbana, gerenciados pelo poder público e movimentos sociais, configurando itinerários desafiadores ao profissional da história.

Entre os muitos apresentados, cabe referenciar o envolvimento de alguns desses profissionais nos processos de inventário, registro e laudos técnicos, intervindo de maneira mais enfática no encaminhamento de dossiês de tombamento, em conjunto com os demais profissionais da área, agregando uma perspectiva mais complexa ao campo patrimonial ao referendar, entre outras coisas, segundo Guillen (2014), a atuação dos grupos objetos de investigação no fazer e na circulação cultural. Nesse sentido, os historiadores se veem inevitavelmente confrontados com as demandas das políticas culturais em maior ou menor profundidade, dependendo dos graus de interesse e indagações a que se propõem como pesquisadores, uma vez que seu ofício, nessas dimensões, remete ao terreno da política, suas transfigurações e fluxos em diferentes contextos: escolas, arquivos, museus e na participação nos processos de patrimonialização.

Essas imersões possibilitam cartografar referenciais importantes sobre o tema, permitindo de alguma maneira identificar uma diversificada gama de abordagens a serem delineadas entre os labirintos das políticas nessa esfera, não só em termos de Brasil, mas também da América Latina, em que se faz pertinente uma investidura em profundidade de alguns aspectos em que os historiadores de alguns países latino-americanos têm avançado significativamente, a exemplo dos estudos produzidos sobre esse campo na Colômbia, e que fornecem análises importantes.

Os trabalhos de Guzmán (2011), Posso (2010) e Herrera (2016) nesse terreno pontuam de forma diferenciada as políticas para a memória em seu país e as pedagogias delas advindas, assim como seus mecanismos de interpelação e legitimação da desigualdade social e da invisibilidade do protagonismo cultural de grupos étnicos, geracionais e de gênero e seus patrimônios. Em sua grande parte, são imbricados a experiências traumáticas decorrentes de conflitos armados no país, refletindo acerca das suas consequências sociais e culturais.

As reflexões trazidas pelos pesquisadores se dão no sentido de desalojar práticas e relações de poder entre estatutos de saber implicadas no cotidiano das equipes, dos gestores culturais e de movimentos sociais. Embora sejam diversas as ênfases desses estudos, parece haver uma unanimidade neles de que é preciso explicitar, entre outras coisas, as faces perversas e autoritárias das políticas para o patrimônio como um elemento importante para a desconstrução das desigualdades culturais. Além desse prisma, os pesquisadores reportam para as dissonâncias e as dimensões éticas que envolvem a questão, a exemplo da problemática da mercantilização do patrimônio, em que os saberes dos povos originários são apropriados pela lógica do mercado, que em nada reflete no retorno em termos de desenvolvimento social para elas, além da crítica aos modelos de políticas públicas voltadas a esse setor de cunho populista e clientelista que evidenciam os muitos (des)caminhos das políticas implantadas pelo Estado na América Latina ao longo dos anos.

Na esteira dessas ponderações, os aspectos colocados oferecem aportes para os historiadores instigados a tematizar assuntos pertinentes ao campo. Como, por exemplo, no que diz respeito aos simulacros, aos usos e abusos da categoria patrimônio, as pluralidades de formas de inventar e construir o patrimônio por parte do



Estado e pelos grupos sociais, observando em que medida é possível concretizar formas de gestão de políticas mais equânimes, sustentadas na igualdade e no retorno social, em termos de participação e de distribuição e aplicação de recursos para a cultura.

Um aprofundamento nessa direção se ateria também na reflexividade interessada nas operações históricas, nas dinâmicas culturais e no poder de discurso das instituições de salvaguarda e das ações políticas em sentido mais amplo para o patrimônio. Uma intenção nesse sentido objetivaria analisar o quanto se reproduzem e se efetivam o que Gonçalves (1996) denomina discursos autorizados, sobre os quais os historiadores, as equipes e os gestores têm um papel fundamental a desempenhar nesses horizontes investigativos ainda em construção.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As análises mencionadas neste estudo remetem de imediato a algumas reflexões. Primeiro, a partir das pesquisas e dos desafios colocados aos profissionais envolvidos na área da cultura, é possível cartografar os percursos complexos das políticas culturais levadas a cabo nos últimos anos, nos quais os historiadores têm sido provocados a atuar. Entre as muitas questões com que se depara esse profissional, está o fato de as instituições, em geral, receberem poucos recursos, que mal garantem sua manutenção e o funcionamento ordinário, que dirá ofertar condições para um planejamento estratégico a médio e longo prazo. Em segundo lugar, constata-se que tal realidade é semelhante à de outras em diversas regiões do país, a despeito da vigência de um conjunto de regramentos legais a partir dos anos 1990 que garantem sua permanência e seu funcionamento, ainda que de forma deficitária.

No que se refere às parcerias, embora mereçam um estudo mais aprofundado, elas parecem contribuir para a resolução de determinados problemas característicos da insuficiência de recursos para aplicar em atividades – como gestão documental, preservação documental, difusão e acesso à informação –, em se tratando do patrimônio das instituições de salvaguarda, sejam eles arquivos, memoriais ou museus. Por outro lado, as realidades também evidenciam que as ações produzidas nesses projetos resultam de buscas por alternativas às leis de incentivo à cultura, provavelmente em razão do desinteresse de patrocinadores em seu financiamento, que possa contemplar as múltiplas dimensões da cultura. Além disso, cabe destacar o “não lugar” que essas instituições têm ocupado nas diferentes esferas do poder estatal. Reforça também o que tem sido reafirmado em diversas análises sobre a ausência de investimentos em áreas consideradas de baixo retorno institucional se comparados àquelas com maior retorno de marketing cultural.

Talvez um dos caminhos a serem trilhados com vistas à criação de novas alternativas para a diversidade do campo da cultura no contexto atual seja compreender o universo das políticas culturais em suas demandas plurais com justa distribuição de recursos, segmentos sociais e regiões. Tais aspectos implicam envolver os diversos sujeitos sociais – poder público, gestores, sociedade civil organizada – na construção de um instrumental de gestão da cultura, com vistas a possibilitar,

por intermédio de arranjos institucionais, que as instituições de memória e as iniciativas de gestão do patrimônio cultural cumpram sua função social, dando destaque aos direitos à informação, à memória, à história, enfim, aos direitos culturais, temáticas que, hodiernamente, têm sido fontes de atenção de estudos dos historiadores.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- BOLAÑO, Cesar; MOTA, Joanne; MOURA, Fábio. Leis de incentivo à cultura via renúncia fiscal no Brasil. In: CALABRE, Lia (Org.). *Políticas culturais: pesquisa e formação*. São Paulo: Itáu Cultural; Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2012, p. 15-50.
- BRANT, Leonardo (Org.). *Políticas culturais*. v. 1. Barueri: Manole, 2003.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Saraiva, 1990.
- BRASIL. Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986. Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 3 jul. 1986 e republicado em 4 jul. 1986. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/109576/lei-sarney-lei-7505-86>>. Acesso em: 28 mar. 2015.
- BRASIL. Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 24 dez. 1991. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCivil\\_03/Leis/L8313.cons.htm](http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Leis/L8313.cons.htm)>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- BRASIL. Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993. Cria mecanismos de fomento à atividade audiovisual e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 21 jul. 1993. Seção 1. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 23 jul. 2016.
- BRASIL. Ministério da Cultura. *Parâmetros Curriculares Nacionais (5ª a 8ª séries)*. Terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. Ministério da Cultura. *Plano Nacional de Cultura (PNC): diretrizes gerais*. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br>>. Acesso em: 25 fev. 2009.
- CALABRE, Lia. Notas sobre os rumos das políticas culturais no Brasil nos anos 2011-2014. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre; CALABRE, Lia (Org.). *Políticas culturais no Governo Dilma*. Salvador: EDUFBA, 2015, p. 34-48. (Coleção Cult).
- CHARTIER, Roger. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: ————. *A História cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990, p. 13-28.
- CHAUÍ, Marilena. *Cidadania cultural: o direito à cultura*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2006.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Ed. Unesp, 2001.
- CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. *Revista do Patrimônio*, Rio de Janeiro, n. 34, p. 147-165, 2012.
- DE CERTEAU, Michel. *L'Invention du quotidien*. Paris: Union Générales d'Éditions, 1980.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estudos Históricos e Culturais. *Diagnóstico dos investimentos em cultura no Brasil*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

- FURTADO, Celso. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. São Paulo: Paz e Terra, 1984.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1976.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/MinC, IPHAN, 1996.
- GUILLEN, Isabel Cristina Martins. Patrimônio e história: reflexões sobre o papel do historiador. *Diálogos*, Maringá, v. 18, n. 2, p. 637-660, maio/ago. 2014.
- GUZMÁN, José Darío Antequera. *La memoria histórica como relato emblemático*. Bogotá: Agência Catalana de Cooperación al Desenvolupament, 2011.
- HARTOG, François. Tempo e patrimônio. *Revista Varia História*, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 261-273, jul./dez. 2006.
- HERRERA, Martha. Educação e políticas da memória sobre a história recente da América Latina. *Revista Colombiana de Educación*, Bogotá, n. 71, p. 79-105, 2016.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 3. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1994.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. *Revista do IPHAN*, Brasília, v. 1, p. 25-39, 2012.
- MOTA, José Aroudo. *Políticas culturais no Brasil: o MinC e o desafio de implantar um Plano Nacional de Cultura*. 2010. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/.../civil/leis/L8685.htm>>. Acesso em: 28 mar. 2011.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 28-42, 1993.
- PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. Apresentação. In: \_\_\_\_\_ . (Org.). *Pistas do método de cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009, p. 7-16.
- POSSO, Camilo González. *Debates de la memoria: aportes de las organizaciones de víctimas a una política pública de memoria*. Bogotá: Agência Catalana de Cooperación al Desenvolupament, 2010, p. 13-19.
- PRIKLADNICKI, Fábio. Fôlego para a Cultura: ministro interino da Cultura Vitor Ortiz conversou com ZH sobre investimento de R\$ 120 milhões no Estado. *Zero Hora*, Porto Alegre, 5 jul. 2012.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre; CALABRE, Lia (Org.). *Políticas culturais no Governo Dilma*. Salvador: EDUFBA, 2015. (Coleção Cult).
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no primeiro governo Dilma: patamar rebaixado. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre; CALABRE, Lia (Org.). *Políticas culturais no Governo Dilma*. Salvador: EDUFBA, 2015, p. 11-31. (Coleção Cult).
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (Org.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007, p.11-36.
- SARCOVAS, Yacoff. O incentivo fiscal no Brasil. *Teoria & Debate*, São Paulo, n. 62, p. 58-62, abr./maio 2005.
- SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – SESI. *Estudos das leis de incentivo à cultura*. Brasília: SESI, 2007. v. 1 e 2, p. 91-114.
- SILVA, Paulo Sérgio de Sousa. *Políticas culturais e arquivos públicos: difusão cultural, acesso e preservação do patrimônio cultural em Minas Gerais: 1995-2005*. 2008. 197 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.



**PARTE II**  
**DIÁLOGOS PATRIMONIAIS**  
**NA DIVERSIDADE**



## **A ARTE DA INTELIGÊNCIA E A INTELIGÊNCIA DO OLHAR: três décadas de plantio e colheita no campo da educação patrimonial**

Maria de Lourdes Parreiras Horta\*

A educação patrimonial “3D” a que nos referimos no título da palestra apresentada em outubro último (2017) no Teatro do Centro Cultural da Santa Casa de Porto Alegre tem duplo sentido: o primeiro refere-se ao panorama de três décadas – de 1983 a 2013 e mais alguns anos; 35 anos a se completarem em julho próximo – desde a proposta inicial da educação patrimonial e a disseminação do conceito e do método, no Brasil e no exterior, como podemos constatar hoje.

O Observatorio de Educación Patrimonial, na Espanha, está organizando o IV Congreso Internacional de Educación Patrimonial, que acontecerá de 14 a 16 de novembro de 2018. O anúncio nos é transmitido pelo blog <http://educacionpatrimonial.blogspot.com>, de Caracas, Venezuela, e este é apenas um dos muitos locais de referência no universo digital em que se pode encontrar ideias, notícias e debates sobre o tema.

A expansão da expressão, das ideias, propostas e experiências em museus, sítios patrimoniais, escolas e fora deles – em universidades e grupos de discussão – é um fenômeno a ser dimensionado e avaliado em sua vitalidade e peculiaridade, que extrapola os limites nacionais e institucionais. O que nos propomos nos limites deste texto é relatar um sucinto panorama daqueles eventos em que pudemos participar ou colaborar, em nosso país, desde o lançamento da proposta, naqueles dias de julho de 1983, sob a neblina da serra de Petrópolis.

Nessa trajetória, as mudanças de paradigmas no universo dos museus e a abertura e ampliação do conceito de patrimônio cultural são indicadas como fatores determinantes das experiências de educação patrimonial, assim como abordamos a influência das novas tecnologias e das novas “tendências”, descobertas e estudos no universo patrimonial e museológico.

---

\* Museóloga. Graduada em Museologia pelo Curso de Museus da Universidade do Brasil, atual Escola de Museologia da Unirio. Doutora em Artes/Estudos Museológicos e Comunicação pela Universidade de Leicester, no Reino Unido, e pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pós-doutorado pelo Programa Avançado de Estudos Culturais da UFRJ.

O segundo sentido, ou dimensão, a “terceira” mais precisamente, sem que precisemos daqueles óculos estranhos que devemos colocar nas mais modernas sessões de cinema, é aquilo que pode ser extraído do fundo do poço deste processo, e que pode vir subindo à superfície, como o verdadeiro significado do trabalho da educação patrimonial e de seus frutos. Esta é a dimensão “transacional” desta interação, que acontece através da experiência do patrimônio, no museu, nos sítios históricos e arqueológicos, nas manifestações materiais e imateriais da cultura, em que atuam os educadores, os aprendizes, os mestres e as comunidades, e a dimensão real e palpável de seus bens e valores. Desde os primeiros álbuns em quadrinhos, em que as imagens vinham impressas em vermelho e verde, e nos encantávamos com os pequenos visores de papelão com lentes de plástico nas mesmas duas cores, o impacto da visão em terceira dimensão, por mais precária que fosse, correspondia à descoberta de uma outra realidade, mesmo que ilusória e impalpável. A presença concreta e real dos elementos do patrimônio cultural como parte essencial do processo educacional, ativado através das experiências e da metodologia da educação patrimonial, desvenda a dimensão em profundidade, no tempo e na mente, no contexto presente e no passado, dos significados escondidos e cristalizados na matéria e na forma das coisas.

*Lições das coisas: o enigma e o desafio da educação patrimonial* (2005) é o título de outro ensaio que publicamos sobre o tema. Sim, um enigma que o aprofundamento dos estudos sobre o caso permite desvendar, com a contribuição de disciplinas convergentes, como a pedagogia, a psicologia e as teorias sobre o processo cognitivo, a semiótica e os estudos dos processos de comunicação, a museologia e as decorrentes museografias, os estudos sobre a percepção e a memória, a teoria da arte e dos processos criativos, os estudos da cultura material, da antropologia cultural e da arqueologia, entre outras matérias e recursos auxiliares, como as pesquisas do público e dos usuários dos atrativos culturais. As fontes em que se beber são inúmeras e inesgotáveis. Um *desafio* ao se enfrentar padrões estereis e cristalizados, quadros institucionais limitados por normas e teorias acadêmicas ultrapassadas, e ao se aventurar no diálogo criativo e instigante entre os proponentes de ações e atividades e os participantes dessas experiências. Tudo isso pude verificar no campo, ao longo dessas três décadas de trabalho e observação, nas muitas oportunidades que me foram oferecidas.

Começemos pelo panorama.

### **1983 – PRIMEIRO SEMINÁRIO, MUSEU IMPERIAL, PETRÓPOLIS: “O USO EDUCACIONAL DOS MUSEUS E MONUMENTOS”**

Após minha participação, em 1982, de um seminário/workshop com o mesmo título, realizado na Universidade de Exeter, na Inglaterra, promovido pelo Departamento de Educação e Ciência do governo inglês, em cooperação com o Departamento do Meio Ambiente, responsável pelo patrimônio naquele país, cujo braço



operacional era na época a organização English Heritage, com duração de uma semana, voltei para o Brasil e para minha cadeira de chefe da divisão do acervo histórico e artístico do Museu Imperial. Vinha com a sensação de ter descoberto uma porta, uma luz que iluminasse mais claramente a natureza do processo educacional nos museus e monumentos (esses ainda intocados pelas hordas selvagens de crianças); assunto sobre o qual eu devia me responsabilizar, sem me sentir capacitada para tanto. O entusiasmo com o que vi na Inglaterra em uma curta semana e o contato com os diretores e professores das escolas inglesas, tomando conhecimento de seu método e programas desenvolvidos em torno do patrimônio, conhecido e explorado ao longo do ano escolar, convenceram-me a propor a realização de algo semelhante no Brasil. Conversei com Aloisio Magalhães, então presidente da recém-criada Fundação Nacional Pró-Memória, e com meu diretor, o inesquecível Lourenço Luiz Lacombe, sobre essa proposta inédita. Ainda não havia acontecido em nosso país uma experiência de seminário, mais prático do que teórico, sobre o uso educacional dos museus e monumentos. Apesar da longa tradição em programas e serviços educativos nos museus brasileiros, muito inspirados e incentivados a partir da conferência da Unesco, realizada no MAM do Rio de Janeiro em 1958, sempre referenciada como um marco nesse campo, não tínhamos ainda maior aprofundamento sobre a especificidade da ação educacional nos museus, suas potencialidades e fundamentos pedagógicos, métodos de trabalho e de capacitação de monitores e professores, e havia pouca bibliografia além de relatórios sobre atividades realizadas no espaço das instituições. Programas como “O Museu Vai à Escola” surgiram como grande inovação naquele momento, sem que, entretanto, tenham tido uma sobrevivência significativa. As visitas guiadas (com as mãos atrás das costas, no caso das crianças) eram, e ainda são em muitas instituições, o único “método” de atendimento ao público a título de “serviço educativo” ou de educação museal.

Com o apoio do British Council, no Rio de Janeiro e na Inglaterra, que já havia garantido minha participação no seminário de Exeter, e da Fundação Pró-Memória, à qual estavam então subordinados os museus federais, foi possível realizar o seminário de Petrópolis, de 4 a 9 de junho de 1983, sobre o qual seriam necessárias mais páginas para relatar os detalhes dessa experiência pioneira. Muitos dos participantes, entre os 52 registrados, ainda estão na ativa em museus ou universidades do país, ou, se já aposentados, continuam atuando nas áreas do patrimônio cultural como consultores e conselheiros. Divididos em seis grupos de trabalho, coordenados por 16 monitores, os professores, pedagogos, museólogos, bibliotecários, artistas plásticos, historiadores, restauradores, secretários de Educação, Esportes e Cultura, coordenadores de museus e assessores municipais de vários estados do Brasil apresentaram, ao fim de seis dias de trabalho, propostas práticas de experiências pedagógicas nos diferentes contextos históricos, sociais e patrimoniais definidos como temas de estudo. Participantes dos estados do Rio

de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e do Distrito Federal levaram para seus locais de atuação uma nova proposta: a que designamos, em nossa palestra de abertura e nos objetivos do seminário, como “educação patrimonial”, uma tradução por mim criada para a expressão *heritage education*, usada pelos colegas britânicos para designar esse campo disciplinar e ações e programas educativos centrados na evidência material da cultura.

Cinco conferencistas convidados, entre os quais dois ingleses, apresentaram o trabalho e a situação educacional em seu país, abordando por meio de dispositivos e vídeos as dificuldades e desafios, além das experiências bem-sucedidas que vinham empreendendo no momento. Patrick Redsell, um conselheiro educacional de Suffolk, especializado na área de teatro e drama, apresentou algumas experimentações de *living history*, ou “história viva”, como poderíamos traduzir, que nos inspirou para a realização do Projeto Massangana, realizado no município do Cabo, em Pernambuco, no ano seguinte. Allison Heath voltou ao Brasil para uma série de palestras nos museus nacionais alguns anos depois. Vale dizer – em contraponto a comentários de que a proposta de educação patrimonial que apresentei e desenvolvi ao longo das décadas seguintes, em projetos, cursos, oficinas e palestras, seria uma “adaptação” ou tradução simplesmente de uma proposta “importada” da Inglaterra – que aproveitamos a essência do método experimental daquela semana em Exeter e alguns princípios básicos, tais como o embasamento na evidência, na experiência concreta dos fatos e fenômenos culturais, ou o enfoque multidisciplinar a ser desenvolvido na escola, como fonte inspiradora de nossa proposta teórico-conceitual e de nossa metodologia, também baseada nas etapas de estudo da evidência cultural, apresentada durante o seminário naquele país.

A partir dessas bases inspiradoras e iluminadoras, desenvolvemos longa e contínua reflexão sobre as possibilidades de ação em nosso contexto pedagógico, social e cultural. Considerando as imensas diferenças encontradas entre os dois países, Inglaterra e Brasil, em especial na esfera social e educacional, constatamos a necessidade vital de ações de educação patrimonial como instrumento de desenvolvimento individual e coletivo, as múltiplas possibilidades de aplicação do método, dentro e fora dos museus, incluindo um trabalho de campo com comunidades atingidas por crises e conflitos, no âmbito social e patrimonial, como algumas de nossas experiências poderiam relatar.

Importante lembrar, aqui, da inexistência naquele momento de qualquer texto ou publicação de referência sobre o trabalho de *heritage education* no Reino Unido, trazendo uma abordagem mais conceitual e teoricamente embasada, além dos manuais de orientação aos professores produzidos pela English Heritage, com ideias e exemplos de exercícios práticos para a exploração e o uso pedagógico dos monumentos históricos.

## **1984 – SEGUNDO SEMINÁRIO, FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO, RECIFE: PROJETO MASSANGANA**

Este segundo seminário, sob o mesmo título do primeiro, o Uso Educacional dos Museus e Monumentos, aconteceu em Recife, no âmbito da universidade e em parceria com a Fundação Joaquim Nabuco, que muito contribuiu para sua organização e realização. Infelizmente a repercussão da proposta não alcançou o universo dos museus locais e regionais, perdendo-se o registro dos participantes e das atividades. Um dos grupos de trabalho focalizou o Engenho Massangana, cenário da infância de Joaquim Nabuco e que é objeto de um capítulo de sua obra *Minha formação*. O texto de Nabuco descrevendo a importância das vivências da infância na formação da personalidade e do caráter do indivíduo na maturidade serviu de guia e solução para a montagem da experiência de história viva que se seguiu ao seminário.

Durante sete dias, 750 crianças e 150 professores experimentaram “Um dia no Engenho Massangana, em 1857”. As crianças vivenciaram o dia a dia dos escravos nas mais diversas tarefas quotidianas na vida de um engenho de cana daquela época. Além de confeccionarem previamente as batatas de algodão que vestiram durante o dia, dividiram-se em grupos de atividades, algumas no campo, outras na senzala e outras na casa grande, desde a culinária, aos bordados, à decoração dos andares da capela, à medicina das ervas, à música e ao ritmo dos batuques africanos. Uma experiência inesquecível para os que dela participaram, para cujo sucesso contribuíram fundamentalmente os técnicos do setor de museologia da Fundação Joaquim Nabuco, sua direção e uma equipe de teatro amador que representou os diferentes papéis daquele pequeno universo do passado. Gilberto Freyre acompanhou os trabalhos e escreveu um belo artigo sobre o acontecimento em sua coluna no *Diário de Pernambuco*, constituindo um aval entusiasmado da validade desse tipo de experiência pedagógica e cultural.

## **EXPERIÊNCIAS DA APLICAÇÃO DA METODOLOGIA DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL**

Após os dois seminários, na década de 1980, diversas experiências do método foram realizadas no Museu Imperial, com as monitoras do setor que se iniciavam na aplicação da metodologia proposta para a educação patrimonial, contribuindo para a reafirmação de sua adequação e pertinência. A colega arquiteta Evelina Grunberg, então responsável pelo Programa de Educação Patrimonial que implantamos na Fundação Nacional Pró-Memória, no âmbito da Coordenadoria de Acervos Museológicos por mim dirigida, dividia comigo a realização de oficinas para professores nos diferentes estados, quando pudemos coletar uma vasta gama de observações e constatações sobre a aplicação e a utilidade do método.

Foi na região sul do país que as primeiras experiências da aplicação da metodologia da educação patrimonial tiveram lugar, com alguns casos exemplares. No Rio Grande do Sul, a convite da Superintendência Regional do Iphan, realizamos

oficinas de capacitação com as professoras do município de Antônio Prado, que enfrentava sérias dificuldades na implantação do processo de tombamento da cidade, o melhor exemplar de arquitetura de madeira típica da imigração italiana no estado.

A mais rica e frutífera experiência foi a da Quarta Colônia de Imigração Italiana no Rio Grande do Sul, iniciada pelo então secretário de Cultura do município de Silveira Martins, através de um fórum intitulado Identidade. Esse era o grande problema daquela comunidade, de imigração italiana tardia, e que perdera o passo em relação às pujantes e ricas colônias da serra gaúcha. A reconquista da noção de identidade cultural e o resgate da autoestima de uma pequena população que já perdera a memória de seus antepassados foram o resultado inicial das primeiras ações, implantadas nas escolas de ensino fundamental do município, sob a coordenação de Angélica Villagran, usando a metodologia proposta no *Guia básico da educação patrimonial*.

O sucesso da experiência logo gerou sua expansão por outros oito municípios vizinhos, sob a batuta do secretário José Itaquí, que culminou com a criação do Programa Regional de Educação Patrimonial (Prep), que se estendeu por vários anos envolvendo todo o sistema educacional da região. A expansão das ações para as áreas ambiental e florestal, muito ricas na região, resultou na criação de uma área de reserva da biosfera nessa parte da serra, coberta de Mata Atlântica ainda original, trazendo ao grupo da Quarta Colônia aportes significativos dos fundos internacionais para a proteção do meio ambiente, gerando atividades e programas de turismo rural e ambiental bem como a regulamentação da proteção da floresta. A criação de outros programas e ações de extrema importância na área patrimonial, gerando impressionante desenvolvimento local, seria matéria para vários capítulos.

Em Novo Hamburgo, a proteção e revitalização da Casa Schmitt-Presser foi mais uma experiência em que a metodologia da educação patrimonial, aliada à efetiva participação da comunidade local, levou a um resultado exemplar. Outros casos como as oficinas nas Missões Jesuíticas e em outras cidades do Rio Grande do Sul poderiam ser exaustivamente relatados.

Uma das experiências mais emocionantes e impactantes de que pude participar ativamente foi decorrente da implantação da Usina Hidroelétrica de Itá, na fronteira entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, na volta do alto rio Uruguai. O impacto gerado pela construção da grande usina e o conseqüente dilúvio que a ela sucedeu, o deslocamento de grande parte da população local para outras áreas não inundadas, a transposição de elementos exemplares da arquitetura local e a criação das Casas de Memória necessitariam de um relato específico e detalhado; este a ser conduzido pela equipe de arquitetos e engenheiros da Eletrosul, dos institutos de patrimônio dos dois estados e das prefeituras, em torno de 11 municípios atingidos pela barragem, distinguindo-se o papel central da arquiteta Elizabeth Pereira Rego, que conduziu o processo à frente de sua equipe por mais de 20 anos. A construção de uma nova cidade, a nova Itá, em substituição à que ficou submergida no grande lago que se formou a partir do ano 2000, mereceu prêmio especial de

arquitetura e pode ser vista como uma referência nesse tipo de realização, em que o repertório estilístico e urbano da cidade abandonada foi resgatado para escolha das novas moradias pelos seus proprietários.

O projeto Arca de Noé, criado no âmbito desse processo de relocação de populações ribeirinhas e de seus bens e memórias culturais, é um exemplo de ação concreta e positiva em casos de extrema crise e de perda das referências históricas. Esse projeto foi alimentado por outro, o projeto Elementos Culturais do Alto Uruguai (Ecau), seguindo o mesmo modelo do projeto Elementos Culturais da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul (Ecirs), desenvolvidos ambos pela Universidade de Caxias do Sul, sob a direção da professora Cleodes Piazza e as equipes de seu Departamento de Antropologia e Linguística.

Subindo em direção ao extremo norte do país, poderíamos falar da experiência de formação de professores da Organização Geral dos Professores Ticuna Bilíngues (OGPTB), ocorrida na aldeia Filadélfia, promovida pela professora e antropóloga Jussara Gruber, que durante muitas décadas promoveu a capacitação dos professores Ticuna das aldeias desta nação indígena para a obtenção do diploma de “Magistério Primeiro Grau” do Ministério da Educação. Aplicar a metodologia da educação patrimonial, durante 15 dias, a duas turmas de 100 professores, no contexto de um grupo indígena amazônico, exigiu uma contextualização do processo levando em conta as características linguísticas, culturais e sociais desse grupo altamente sensível, interessado e capacitado em sua organização profissional. Muitos desses participantes completaram já seus cursos universitários e atuam em diferentes esferas políticas, acadêmicas, institucionais e sociais. Faço aqui menção em memória de Constantino Ramos Lopes – Cupeatkü, o primeiro curador do Museu Magüta, instalado em Benjamin Constant, Amazonas. Por sua excelência e ineditismo, o museu recebeu o título de Museu do Ano pelo Comitê Brasileiro do Icom.

Não poderia deixar de citar as experiências em Minas Gerais, em todos os municípios do estado, em que as atividades e programas de educação patrimonial, sob a orientação do IEPHA, recebem pontuação como estratégia de desenvolvimento das ações locais e da conscientização dos poderes municipais sobre a importância da preservação de seu patrimônio cultural, condição estabelecida para pontuação no sistema do Fundo de Participação dos Municípios.

Não poderíamos aqui dar conta de todas as ações, programas, oficinas, seminários, cursos e experiências de que participamos ou de que tivemos notícias realizadas nas diferentes regiões do país, do Nordeste ao Centro-Oeste. A publicação *As raízes do futuro*, de Hugues de Varine, apresenta um relato de algumas experiências exemplares em diferentes locais do país. Programas e oficinas organizados pela Fundação Vale (MG), a Fundação Romi (SP), a Fundação Bradesco e a Fundação Roberto Marinho, em âmbito nacional, adotando a metodologia proposta para a educação patrimonial, contribuíram para a difusão e validação do método.

Importante lembrar o papel do Iphan na difusão da proposta e da metodologia da educação patrimonial e no incentivo à sua prática. A criação do Prêmio Ro-

drigo Melo Franco de Andrade com a categoria Educação Patrimonial, entre outras modalidades de ação patrimonial, contribuiu para o reconhecimento da importância e da validade destas ações. Em 1999 elaboramos a publicação *Guia básico da educação patrimonial*, por solicitação do Departamento de Promoção Cultural do Iphan e iniciativa de seu diretor, Luiz Antonio Bolcato Custódio. Esse pequeno manual teve várias edições, respondendo à grande demanda por esse tipo de material. Ainda para atender à demanda por informações e treinamento, produzimos para a TVE Brasil, para o programa *Salto para o Futuro*, uma série de cinco programas sobre educação patrimonial, veiculados ao vivo para professores em todo o país, reunidos nas salas de aula preparadas para o ensino à distância.

Na academia são várias as teses dedicadas ao tema, em várias universidades. Outra importante medida foi a introdução, na nova Lei de Arqueologia, da exigência de realização de atividades de educação patrimonial após a escavação e prospecção em qualquer sítio.

Voltando às origens, no Museu Imperial, poderia falar das primeiras experiências no espaço da instituição, com escolas primárias, tais como: a Tarde com as Princesas; Um Casamento na Corte; o Projeto Dom Ratão, voltado para o público pré-escolar; a Descoberta do Parque; e, finalmente, as Caixas de Descoberta, material pedagógico de minha criação e realizado pelas técnicas do setor de educação patrimonial do museu, usando conceitos e recursos da semiótica e os princípios da educação patrimonial.

### **2013 – 23ª CONFERÊNCIA GERAL DO ICOM, CIDADE DAS ARTES, RIO DE JANEIRO**

Essa conferência teve como tema a mudança e a sustentabilidade no universo dos museus. Minha apresentação de abertura, *Opening thoughts* para o Icofom, o Comitê de Teoria Museológica do Icom, abordou o tema do visitante especial e as novas questões, desafios e soluções no panorama museológico, cultural e social, as tendências e os acontecimentos previsíveis. No nosso caso, da teoria museológica, a questão não era a da acessibilidade física do visitante com necessidades especiais. Na verdade, a acessibilidade referida é de outra natureza e complexidade; é fundamentalmente um problema de comunicação e de consciência do outro, que poderíamos falar em compaixão, no sentido mais amplo do termo. Poderíamos falar de um novo paradigma para a nossa ação.

Voltando o nosso olhar para algum tempo atrás, podemos citar os períodos de mudanças de paradigmas no âmbito dos museus em todo o mundo e alguns fatores provocadores:

**Década de 1970:** em 1972, ocorre a famosa Mesa Redonda do Chile, em que se colocou a visão de um museu integrado à sociedade, com sua ação e missão não mais focadas nos objetos e coleções, mas nos indivíduos e coletividades. Eu digo que esse é o momento da condenação ao degredo das famosas luvinhas brancas.

**Década de 1980 a 1990:** vemos o museu integrado à comunidade, focado e centrado em seus interesses, caráter e necessidades. Nem todos assumirão esta posição, é claro, e é quando assistimos o surgimento dos ecomuseus e do conceito de museu comunitário. Com eles, vêm a abertura e a ampliação do conceito de patrimônio material e imaterial, a incorporação do meio ambiente como questão patrimonial e cultural, a ideia das paisagens culturais e a valorização dos processos por trás dos produtos culturais.

**Década de 1990 a 2000:** é o fenômeno da invasão tecnológica que vai perturbar as cabeças pensantes e os trabalhadores dos museus, sítios patrimoniais e arqueológicos e parques culturais. O debate se inicia no ambiente formal da educação e transborda para as instituições culturais, mergulhadas já na questão educacional para a área museológica e patrimonial. É o momento do *boom* da internet, dos *games*, da gamificação dos processos e procedimentos, RPGs e outras experiências, *living history*, história viva, etc. O Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro, foi pioneiro neste campo, abrindo espaço para atividades de RPG, que trouxeram ao museu centenas de jovens e aficionados. Não por acaso, no momento se anuncia uma exposição sobre games naquela instituição.

**1992:** A Declaração de Caracas dá ênfase ao museu enquanto meio de comunicação

**Década de 2000 até hoje:** quase duas décadas e já voltamos ao tema da conferência de 2013, propondo a memória e a criatividade como instrumentos para se alcançar a mudança social. Mudança e sustentabilidade foi o tema geral da conferência, perpassando todas as discussões nos diversos comitês especializados e nos *keynote speeches*. A mudança projeta o futuro e se ancora no passado: a memória, que suporta a criatividade, a invenção, a ação. E, ainda, o tema do visitante especial, em que o trabalho dos museus, do patrimônio e dos educadores se volta para o indivíduo, a individualização da descoberta e do aprendizado, da experiência e da fruição, focando no caráter e no perfil específico de cada visitante, individual ou em grupos de interesses semelhantes, saindo do coletivo, do tratamento de “massa” para o pessoal, o personalizado, como forma de se conseguir um diálogo. Essas são as novas *trends*, tendências, descobertas, estudos no universo museológico, uma mudança provocada pela presença avassaladora do *Homo celularis*, voltado para o próprio umbigo e conectado com o universo, uma nova condição de dualidade do ser.

O indivíduo recebe, capta, absorve as informações na internet, digere-as ou não e imediatamente posta, publica, compartilha, como um recurso para o que não entendeu, esperando a ajuda dos parceiros, de sua rede social. Conhecemos esse comportamento. O *Homo postalis* é também o *Homo publicantis*. O que importa é participar, compartilhar os assuntos e debates e emitir opiniões e juízos de valor, sem às vezes qualquer embasamento que justifique isso.

Uma atitude semelhante e impregnada nos meios de comunicação é a questão do “furo”. O furo é o que primeiro interessa, não importa se a notícia foi verificada, se é *fake* ou não. E a peça de informação logo deve viralizar, replicada e transmitida *ad infinitum*. Convivemos com vírus e bactérias terríveis, alvo das pesquisas científicas e de ações de saúde pública, mas esse vírus da internet é imbatível e mais perigoso que os demais. Os efeitos na vida mundial são espantosos e podem ser catastróficos. Veja-se a recente campanha eleitoral nos Estados Unidos.

De que modo os museus, curadores, educadores e demais agentes patrimoniais estão lidando com isso em seu campo de trabalho?

## FONTES REFERENCIAIS DE INSPIRAÇÃO

Entre centenas de fontes teóricas que dão suporte às minhas proposições, poderia citar:

- 1) **Minha tese de PHD**, defendida em 1992 na Universidade de Leicester, *Museum Semiotics, a New Approach to Museum Communication*. Nesse estudo estabeleço os princípios básicos dessa comunicação: o processo semiótico, ou a “semiose”, que acontece através da experiência do museu, ou do sítio histórico, ou da exposição ou vivenciamento, permitindo a interação transacional que tem lugar nesse processo. Proponho ainda os modelos de comunicação baseados nos estudos de Vygotsky (1978) e Luria (1982), que demonstram a importância dos processos de mediação na base das funções mentais superiores (*higher mental functions*), ativando-as necessariamente.

O uso de signos e símbolos como instrumentos de mediação psicológica na produção de sentidos está na base do crescimento e da evolução do indivíduo e da sociedade.

O modelo 3D/4D? O modelo transacional de comunicação que propomos aqui, baseado nos autores citados, enfatiza o aspecto de relações intencionais na comunicação, ampliando assim a visão desse processo interativo ao considerar um nível extracomunicacional – o das intenções, objetivos e finalidades dos emissores e receptores em ambos os lados da situação comunicativa.

Há ainda um aspecto específico nesse processo, que vem acrescentar uma nova dimensão do problema: o processo de comunicação nos museus, ou sítios patrimoniais, estabelecido nas ações e atividades educacionais implica uma relação de duas ou mais pessoas com a participação de um ou mais elementos inanimados ou animados (patrimônio material ou imaterial, objetos ou acervos vivos, como em zoológicos ou parques e jardins botânicos) nessa interação. Esse pode ser visto como um modelo tridimensional do processo comunicativo, um processo 3D. A relação pessoal estabelecida entre os dois lados da situação comunicacional pode acrescentar mais complexidade, efeitos e funcionalidades inesperados nesse processo.

No caso dos museus e exposições de arte, esse processo adquire uma quarta dimensão comunicacional, pois temos aí o visitante frente à obra de arte, que por si já se oferece ao diálogo e à interação, e temos o artista que se manifesta através



dela. Uma experiência isolada de fruição de uma obra de arte, em qualquer situação, em um museu, uma galeria, ou ao ar livre, ou ainda em uma residência privada, já implica esse processo triádico de comunicação. Quando aparece a mediação de monitores, curadores ou professores, a situação comunicativa se expande e fica ainda mais complexa, em sua quarta, quinta e mesmo múltiplas dimensões.

O conhecimento, a consideração, a pesquisa, a identificação dessas relações individuais – dos visitantes, doadores, curadores, educadores, pessoas da comunidade, etc. – é essencial para a efetiva interação comunicacional no contexto do museu e dos sítios patrimoniais. Para analisar as expectativas do visitante individual, buscando compreender e como preencher essas expectativas, essas necessidades emocionais e intelectuais, é preciso considerar o papel do leitor, como propõe Umberto Eco (1979). De minha parte, acredito que deveríamos mudar o termo visitante para audiência, ou clientes, usuários, leitores, ou mesmo o público.

Alguém disse uma vez (Roland Barthes?) que uma exposição só começa no momento em que o primeiro visitante entra no espaço expositivo. Aí começa verdadeiramente a exposição, de uma mensagem, de uma expressão cultural, de uma obra de arte, de uma performance, para alguém que vem para recebê-la, para usufruir dela, para compreendê-la e, de um modo geral, em especial das crianças, para descobri-la e incorporá-la ao seu mobiliário mental, ou à sua enciclopédia de sentidos e significados.

Para Umberto Eco e outros autores, o papel do leitor é um papel ativo, buscando extrair os sentidos visíveis e invisíveis, disseminados através do texto ou do discurso (Derrida, Kristeva, Barthes); no nosso caso, das narrativas do museu, das falas do museu. Para que essa interação aconteça de modo efetivo e satisfatório, é necessário que ambos os lados da interação comunicativa compartilhem os mesmos códigos, decodifiquem os mesmos signos e símbolos, falem a mesma língua, de modo que possam se entender. Se isso não for o caso, serão necessários tradutores, mediadores, explicadores, educadores. É aí que se coloca o plano de ação da educação patrimonial e de sua metodologia.

Continuando sobre as fontes referenciais de inspiração:

- 2) **The Intelligent Eye**, por David Perkins, que explora como aprender a pensar olhando a arte; um *paper* do Harvard Project Zero, publicado pela J. P. Getty Trust em 1994. Trata-se de um trabalho que propõe uma dupla tese: a primeira é de que olhar para a arte requer pensar e, portanto, implica o acionamento dos mecanismos da inteligência. “A arte deve ser pensada”; “pensar através do olhar”, diz Perkins, “tem um duplo sentido: o olhar que lançamos deve ser pensado, e olhar reflexivamente, inteligentemente, é um modo de ajudar a pensar melhor”. Podemos aplicar esse postulado à exploração e fruição de qualquer objeto cultural, ou grupo de objetos, dentro ou fora dos museus. Segundo Perkins, “a proa de uma canoa Tanimbrese exige um longo e consciente olhar, não apenas um rápido olhar, para que se comece a compreender sua mensagem e apreciar sua elegância e beleza”.

A metodologia que propomos para um trabalho de educação patrimonial se inicia, em sua primeira etapa, com um longo exercício de observação do objeto de estudo, estimulado por uma série de perguntas, após 10 ou 15 minutos. Nesse processo de observação concentrada, os participantes apresentam um novo modo, mais consciente e de melhor conhecimento daquele objeto cultural e apropriam-se dele visualmente, formalmente e inteligentemente;

O segundo *insight* (ver por dentro) de Perkins afirma que “o olhar inteligente – consciente, reflexivo (*thoughtful*) para uma obra de arte tem um valor instrumental”. Ele oferece uma excelente condição para o desenvolvimento do pensar melhor, para o cultivo do que pode ser chamado de a “arte da inteligência”. Podemos aprender a usar melhor nossa mente através do olhar reflexivo para uma proa de um barco Tanimbres e para muitas outras coisas. Esse ponto é para mim o princípio-chave que explica a quintessência e a profunda natureza educacional dos museus e sítios patrimoniais – na medida em que eles reconhecem e investem nessa função.

Acreditando na possibilidade e na missão dos museus e instituições de patrimônio de melhorar o pensamento, podemos nos perguntar como fazer isto, uma vez que essas instituições não são escolas nem centros de treinamento para estudantes especiais. Ou como poderíamos atingir a mente dos visitantes individuais, durante o curto período de tempo em que eles perambulam e vagueiam no seu próprio passo e ritmo, ou motivação, através das galerias ou dos nossos sítios históricos, trilhas, igrejas, cidades, ruas, praças e jardins. A resposta é: não! Não podemos entrar na mente das pessoas. Podemos fazer de tudo para chamar sua atenção e foco. Sabemos, pelas pesquisas, que o tempo máximo que conseguimos manter a atenção dos visitantes é em torno dos primeiros 20 minutos. Não, não podemos controlar as mentes (às vezes nem a nossa própria, que pode ir a Marte e voltar enquanto eu faço aqui essa palestra), a não ser que mandemos nossa mensagem por *WhatsApp* ou pelo *Instagram*. Mas podemos seduzir as mentes dos indivíduos. Isso acontece desde que surge o processo cultural, através da arte, da música, da poesia, do teatro, da dança.

No *site* do Museum of London podemos ler: “nossa visão é inspirar a paixão por Londres”, simplesmente assim. Para conseguir isto, temos cinco objetivos estratégicos, que são: 1) atingir mais pessoas; 2) tornarmo-nos mais conhecidos; 3) *stretch thinking*, isto é, esticar o pensamento; 4) envolver/atrair todas as crianças da escola; 5) permanecer nos nossos dois pés. *Stand up*, ficar de pé!

O terceiro ponto dessa estratégia diz tudo: esticar o pensamento. (Faço um paralelo com a calça *jeans stretch*. Como ficou mais confortável usá-la!) Como? Através de diferentes recursos, das coleções, do teatro, das trilhas de exploração, dos audioguias e da realidade virtual, ou da realidade aumentada, e de toda a sorte de experiências.

O quarto ponto é uma consequência natural do terceiro: as pessoas são atraídas, envolvidas, seduzidas, comprometidas, dispostas a mergulhar nessa experiência apaixonante, que poucos museus sabem como fazer ou oferecer aos seus visitantes, jovens ou velhos.

No Espaço Visual Europa (EVE), um blog excepcionalmente rico e atualizado nas questões da museologia e da museografia, Ricardo Cano (2017) aborda o poder da narrativa imersiva, mas sem chegar ao extremo do Museu Subaquático, o Musa, do artista Jason de Caires Taylor na Isla Mujeres, em Cancun, em que literalmente submergimos para ter a experiência do museu. Nos museus que a utilizam, diz Cano, a narrativa é uma poderosa ferramenta de imersão em si mesma, particularmente quando se apresenta em um entorno multissensorial (lembrar a situação do cinema, por exemplo). Sem dúvida, sem um pouco mais do que a colocação de um título ao lado dos objetos expostos, a data de origem e os materiais e técnicas, perde-se a oportunidade de criar uma conexão emocional significativa com os visitantes. Como afirma Ricardo Cano (2017), uma narrativa imersiva eficaz não só modela o desenho da exposição, como também proporciona uma ponte entre as experiências de vida do visitante e os objetos que representam outro tempo e lugar.

As tecnologias digitais e audiovisuais estão permitindo novos enfoques e recursos, como a realidade aumentada, ou realidade virtual, por exemplo. Técnicas holográficas que “ressuscitam” personagens históricos que contam suas vidas e condições, como no Dimmena Children Museum, na New York Historical Society, ou a proposta de um papel ativo dos visitantes encarnando eles próprios o papel de personagens reais (os “passaportes” no Museu do Holocausto em Washington) são alguns exemplos.

Com menos custos e recursos, a metodologia da educação patrimonial propõe como etapa final a extrapolação da atividade de conhecimento e exploração atenta dos objetos culturais, através de exercícios de dramatização, de *role playing*, de criação de roteiros, diálogos, situações e soluções, poesia, textos, vídeos, montagens e maquetes.

George Hein (1982), o educador de museus norte-americanos, membro do Ceca/Icom, desenvolveu uma investigação sobre o aprendizado ativo no contexto dos museus. Ele revela que a participação ativa da mente no aprendizado e o reconhecimento de que o processo didático não é uma simples adição de elementos a algum tipo de banco de dados mentais, mas sim uma transformação de esquemas (mentais) na qual o aluno desempenha um papel ativo, implicam dar sentido a uma série de fenômenos apresentados à mente. Sendo assim, quanto mais definido e ativo for o papel do personagem, mais profundamente absorvido estará o visitante na exposição narrativa (ou na experiência educativa). E isso sempre ocorrerá quando a narrativa tiver um começo, um desenvolvimento, um final.

Nas exposições dos museus, ou na exploração de sítios históricos ou patrimoniais, produz-se uma oportunidade para que os visitantes se convertam em parte da narração, interpretando o papel de personagens (uma situação extrema aconteceu quando os personagens da narrativa estavam vivos e presentes na exposição – *A Cidade e a Serra*, em 1995, no Museu Imperial, em Petrópolis). O simples fato de fazer o visitante mover-se no espaço da exposição, ou do sítio histórico,

arqueológico ou patrimonial, o submerge fisicamente dentro de uma história construída em sua medida, que se desprega, desprende e cobra vida (uma experiência reforçada no caso dos museus-casa, ou casas-museu).

Os visitantes trazem uma ampla gama de experiências culturais, pessoais e de expectativas em relação ao que vão visitar. John Falk (1985) sugere que deixemos de pensar nos visitantes/alunos/aprendizes como marcados por alguma qualidade permanente ou atributos como idade, raça ou etnia. Em troca, temos que apreciar os visitantes/alunos/aprendizes como indivíduos únicos, capazes de uma ampla gama de habilidades para viver diferentes tipos de experiências.

O caráter individual dessas experiências não incorpora apenas o novo e o inesperado. Nessas experiências e vivências, fazemos uso de processos operatórios mentais (as funções mentais superiores, de Vygotsky) mais do que de imagens gravadas em nosso banco de dados da memória, graças aos quais seremos capazes de transformar o mundo e de compreendê-lo. Essa teoria nos explica de que modo nós modificamos o sentido que damos aos estímulos em função do seu emprego atual e de nossas experiências pessoais. Dessa forma, ativando a memória e a criatividade, sustentada pela imaginação, podemos alcançar a mudança social num mundo que sonhamos.

## REFERÊNCIAS

- CANO, Ricardo. El poder de la narrativa inmersiva. *EVE*, 30 mayo 2017. Disponível em: <<https://evemuseografia.com/2017/05/30/el-poder-de-la-narrativa-inmersiva/>>.
- COLE, Michael et al. (Ed.). *L. S. Vygotsky: mind in society. The development of higher psychological processes*. London: Harvard Univ. Press, 1978.
- CRONEN, V. E.; BARNETT PEARCE, W.; HARRIS, Linda. The Coordinated Management of Meaning: a Theory of Communication. In: DANCE, Frank E. X. (Ed.). *Human Communication Theory*. New York: Harper & Row Publishers, 1982.
- ECO, Umberto. *A Theory of Semiotics*. Bloomington: Indiana Univ. Press, 1979.
- FALK, John H. et al. Auditing Visitor Behavior. *Curator*, v. 24, n. 4, p. 249-258, 1985.
- HEIN, George. *Evaluation of Museum Programs and Exhibits: Museum Education*. Copenhagen: Danish Icom/Ceca, 1982.
- HORTA, Maria de Lourdes P. Lições das coisas: o enigma e o desafio da educação patrimonial. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 31, p. 221-233, 2005.
- HORTA, Maria de Lourdes P. *Museum Semiotics: a New Approach to Museum Communication*. 1992. Thesis (Doctorate) – Department of Museum Studies, University of Leicester, Leicester, 1992.
- LURIA, Aleksander R. *Cognitive Development: its cultural and social foundations*. London: Harvard Univ. Press, 1982.
- MYERS, Gail; MYERS, Michele. *The Dynamics of Human Communication: a laboratory approach*. New York: McGraw-Hill Education, 1988.
- PERKINS, David. *The Intelligent Eye: Harvard Project Zero*. Los Angeles: J. P. Getty Museum, 1994.

## TERRITÓRIOS NEGROS E PORTO ALEGRE: múltiplos escurecimentos em educação e patrimônio

Adriana Conceição Santos dos Santos\*

Carla Beatriz Meinerz\*\*

Carmem Zeli de Vargas Gil\*\*\*

Fátima Rosane da Silva André\*\*\*\*

Manoel José Ávila da Silva\*\*\*\*\*

Maurício da Silva Dorneles\*\*\*\*\*

### INTRODUÇÃO

Este texto resulta de uma escrita compartilhada, cujo principal objetivo é fazer memória e registro das múltiplas experimentações resultantes do projeto “Territórios Negros: Afro-Brasileiros em Porto Alegre”. Tal projeto, mesmo carente de uma institucionalização formal, constituiu-se na qualidade de ação educativa singular: um percurso de ônibus envolvendo mulheres e homens que atuaram a partir de movimentos sociais, escolas, universidades, órgãos governamentais e espaços de memória negra na capital do Rio Grande do Sul. Busca-se, na perspectiva de seus idealizadores e apoiadores, o registro da trajetória original de tais ações, com-

\* Pedagoga. Mestra em Educação. Assessora pedagógica da Educação para as Relações Étnicas da Secretaria de Estado da Educação do Rio Grande do Sul. Coordenadora pedagógica de Relações Étnicas na Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre de 2004 a 2009. Contato: adriana-santos@seduc.rs.gov.br.

\*\* Professora da área de Ensino de História do Departamento de Ensino e Currículo e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Contato: carlameinerz@gmail.com.

\*\*\* Professora da área de Ensino de História do Departamento de Ensino e Currículo da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Contato: carmemz.gil@gmail.com.

\*\*\*\* Historiadora. Funcionária da Companhia Carris Porto-Alegrense e mediadora do projeto Territórios Negros até 2017. Contato: fadasil19@hotmail.com.

\*\*\*\*\* Historiador. Professor de História da Rede Municipal de Educação de Porto Alegre. Coordenador pedagógico de Relações Étnicas na Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre de 2007 a 2011. Contato: manoeljo@hotmail.com.

\*\*\*\*\* Licenciando em História na UFRGS. Pesquisador do grupo Canela Preta. Bolsista do programa Territórios Negros: Patrimônios Afro-Brasileiros em Porto Alegre – Edital ProExt MEC 2016-2017. Contato: maudsd@gmail.com.

plexificada pela análise interpretativa que incorpora sua conexão com políticas de patrimonialização e de educação. Essas políticas são correlacionadas aos processos conjunturais maiores, internos e externos, sejam as lutas do Movimento Negro nessa cidade, sejam os acordos internacionais de combate ao racismo, dos quais o Brasil se tornou signatário. Segue-se com as apreciações de distintos atores sociais que experimentaram esses percursos, na condição de estudantes de graduação em estágio, mediadores em ações educativas, produtores de materiais didáticos diversos, professores em atividades de formação docente na escola e na universidade. A criação de parcerias pautadas por compartilhamentos inéditos, condicionadas pelas conjunturas políticas de distintos períodos, motiva a conjugação de esforços para um registro que causa um escurecimento acerca de Porto Alegre. A capital gaúcha, forjada em narrativas históricas construídas na perspectiva da colonialidade (QUIJANO, 2005) e da branquitude (BENTO, 2002), vive essa virada na relação com seus ancestrais e seus cidadãos, por meio de múltiplas experimentações com o seu patrimônio cultural.

### **PROJETO TERRITÓRIOS NEGROS: HISTÓRIAS SINGULARES ESCURECEM PORTO ALEGRE**

Nessa terra de Lanceiro,  
Onde Negro foi Guerreiro  
Fez Batuque e Churrasco  
Pra saudar seu Orixá  
Teve um Príncipe Macumbeiro  
Um Gigante Sopapeiro  
Muita Dor de Cotovelo  
E um Guitareiro a Swingar.  
Somos um povo da rua  
Por isso que sempre saudamos Bará  
Junto comigo as meninas Oxum,  
Iansã, Iemanjá  
Sou Carnaval, Maçambique.  
Eu pulo e danço, com devoção.  
Venezianos, Ilhota  
Chama a Baronesa pro meu Arrastão.  
Negros da Colônia Africana, sim senhor!  
Respeito e Igualdade valei-me pai Xangô  
São tudo Canela Preta, os que passaram por aqui  
Vos saúdo com Alegria como o povo de Ibejé.  
*Soul da Rua*  
*Maurício Dorneles*

Porto Alegre é negra, repleta de lugares de memória marcados por histórias que misturam alegrias e dores, resistências e desigualdades. Histórias de mulheres e homens, reunidos em famílias e comunidades diversas, com ancestralidades cons-

truídas na diáspora africana.<sup>1</sup> Essa escrita deseja contar sobre um projeto denominado “Territórios Negros: Afro-Brasileiros em Porto Alegre”, experiência educativa singular forjada no compartilhamento de saberes. Com essa experiência, saudamos e aprendemos com o povo de Ibejé.

O projeto se concretizou em quase dez anos através de um percurso de ônibus que percorre pontos específicos da cidade, passando por regiões historicamente reconhecidas como territórios de moradias, trabalhos, lutas, sociabilidades e religiosidades vinculadas à negritude, tais como: Largo da Forca (Praça General Sampaio), Pelourinho (Igreja das Dores), Mercado Público de Porto Alegre (Centro Histórico), Campo da Redenção (Parque Farroupilha), Colônia Africana (Bairro Rio Branco), Ilhota (imediações da Av. Erico Verissimo), Areal da Baronesa (Quilombo da Travessa Luiz Guaranha), Largo Zumbi dos Palmares (Bairro Cidade Baixa). É uma ação educativa que atingiu especialmente estudantes e professores da educação básica e superior de Porto Alegre e arredores.

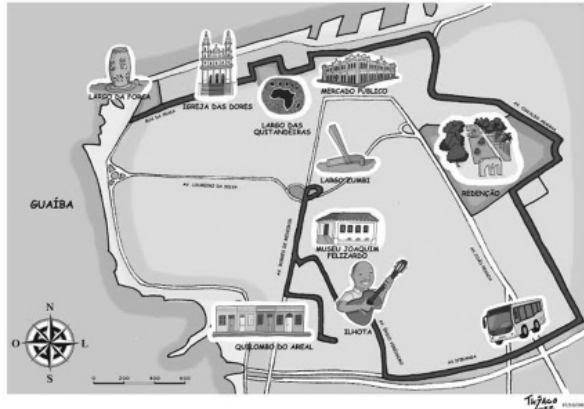


Figura 1 – Ônibus que realizava o percurso no âmbito do projeto Territórios Negros: Afro-Brasileiros em Porto Alegre  
Fonte: Acervo do projeto

A Figura 2, a seguir, apresenta o mapa inspirado no trajeto do projeto Territórios Negros, construído de forma colaborativa com seis estudantes da disciplina de Estágio de Docência em História III – Educação Patrimonial – UFRGS. Deriva de interrogantes sobre as relações entre tempo e espaço que são estabelecidas no percurso percorrido pelo ônibus. A professora de Geografia Daniele Vieira dos Santos contribuiu com leitura crítica, e o estudante de Arquitetura Thiago Luz executou o desenho. O trabalho foi voluntário e contou com os estudantes Gabriel Gonzaga, Isadora Talita Lunardi Diehl, Lourenço Teixeira, Luana Veeck Valada, Rodrigo Nickel e Tanise Baptista de Medeiros.

<sup>1</sup> Professor José Rivair Macedo (2016) define o conceito de condição diaspórica no caso africano. Tal conceito destaca as possibilidades de reconfiguração cultural ou recomposição social que as populações em migração forçada foram capazes de construir ao saírem de África para outros continentes.

Figura 2 – Mapa inspirado no trajeto do projeto Territórios Negros: Afro-Brasileiros em Porto Alegre  
Fonte: Acervo do projeto



**Quilombo do Areal/Luis Guaraniha:** localizado na Rua Luis Guaraniha no Cidada Baixa, o Quilombo foi reconhecido em 2004. A região integrava a propriedade do Barão e da Baronesa do Graessley. No final do século XIX e início do século XX, a região foi urbanizada. A permanência na região e as diversas formas de sociabilidade entre as famílias afrodescendentes possibilitaram o reconhecimento da Rua Luis Guaraniha como "Quilombo Urbano".



**Largo Zumbi dos Palmares:** localizado no Cidada Baixa, o Largo Zumbi dos Palmares ganha esta designação a partir das marchas dos anos 70, promovidas por ativistas do movimento negro, que marcam o início da atual fase de mobilização em favor da igualdade racial e de combate ao racismo.

Nos bairros de Porto Alegre encontramos novos espaços sendo transformados em territórios negros: a Vila Cruzeiro, a Vila São José, o Bairro Leopoldina e a Vila Restinga. São regiões onde atualmente se localiza a maioria da população afro-brasileira de Porto Alegre. Esses espaços somam-se aos territórios mais antigos e aos espaços dispersos pela cidade, como os locais de culto dos religiosos afro-brasileiros e africanos, e aos subúrbios urbanos (da Família Silva, dos Alpes, do Areal/Luis Guaraniha e da Família Piatini). Mais que apenas espaços físicos, os Territórios Negros constituem-se em locais de afirmação da história e da cultura afro-brasileira, conferindo a Porto Alegre a condição de uma cidade com grande diversidade étnico-cultural.

Projeto: Assessoria Pedagógica de Relações Étnicas da SMEB – Porto Alegre.

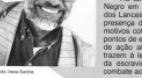


### Territórios Negros: Afro-brasileiros em Porto Alegre

O percurso Territórios Negros: Afro-brasileiros em Porto Alegre tem o objetivo de colocar em destaque as regiões da cidade que se constituíram, ao longo da história, em espaços de referência cultural da população afro-brasileira.



Promove a viabilização, através de referências espaciais, das práticas culturais e dos modos de vida dos negros, dada a sua atuação como trabalhadores escravizados até os dias atuais, no seu caminho para o reconhecimento e afirmação no contexto social como grupo étnico com valores, princípios e importância no processo de fundação da formação de uma Porto Alegre pluralista e multirracial.



A principal influência do percurso nos territórios negros de Porto Alegre é um trajeto feito pelo professor, poeta e ativista negro Oliveira Silveira, iniciado em janeiro de 2009. Um dos itinerários dos dias 20 de novembro, o Dia da Consciência Negra, na década de 70, Oliveira Silveira faz um roteiro no centro da cidade apontando a presença dos negros habitando e no cenário porto-alegrense.

Não também ligação com o Museu do Percurso do Negro em Porto Alegre, com a Cavalgada do Piqueiro dos Lances Negros Contemporâneos e com a presença dos afro-brasileiros até os dias de hoje, por motivos cotidianos (como mercado, trabalho, compras e pontos de encontro), políticos (na construção de políticas de ação afirmativa) e religiosos, entre outros que trazem à lembrança os tempos dos trabalhos forçados do escravidão, a luta e resistência dos negros e o combate ao racismo no Brasil.

Figuras 3 – Folder original distribuído nas ações educativas do projeto Territórios Negros a partir de 2010  
Fonte: Acervo do projeto

**Largo da Força:** atual Praça Brigadeiro Sampaio, localizada nas imediações do Museu do Trabalho e da União do Gado Negro, era o local onde ocorriam as execuções das negras condenadas em processos que preservam, geralmente, penas mais duras para os escravizados.

**Campo da Redenção:** o atual Parque Farroupilha era o antigo Campo da Vitória, local onde os negros se reuniam nos domingos, ainda durante a escravidão, praticando suas tradições, danças e jogos. Múltiplas permanências ali depois de 1854, quando ocorreu a abolição no Rio Grande do Sul.

**Pelourinho:** situado em frente à Igreja de Nossa Senhora das Dores, era onde os trabalhadores negros escravizados eram castigados quando cometiam as desumanas regras da escravidão. Essas infrações estavam sempre ligadas a atos de resistência, como fugas, revoltas contra as duras condições de trabalho e reação a injustiças dos senhores de escravos e das autoridades.

**Colônia Africana:** localizada onde é hoje o Bairro Rio Branco, nas imediações das ruas Castro Alves, Coqueiro de Alencar, Libertador e Vasco da Gama, era dita "Colônia Africana" era mais uma das regiões em que os africanos e afro-brasileiros se estabeleceram, ao final do século XIX. Negros afirmados e, posteriormente, os bônus para alijados.

**Mercado Público:** inaugurado em 1869, foi construído por trabalhadores negros escravizados. No centro da edificação, foi feito um assentamento dedicado a um orixá, o Babá, dos cultos religiosos africanos e afro-brasileiros. Até hoje o local é reverenciado e ali são realizados cultos e oferendas ao Babá.

**Ilhota:** nas imediações do Grêmio Tocantina e da Avenida Eneco Veríssimo, a região era delimitada pelos antigos Diólio e Cascahinha. Foi um dos pontos de concentração da população negra de Porto Alegre. Ali os negros criaram uma liga para a prática do futebol, a "Liga da Caneta Preta", e a região se notabilizou pela ligação com o samba e o carnaval em nossa cidade. Com a urbanização da região nos anos 60, sua população foi deslocada para a recém criada Vila Restinga.



A Figura 4, a seguir, mostra o Tambor, que é ponto de referência no percurso do projeto Territórios Negros e do Museu do Percurso do Negro em Porto Alegre. Localizado na Praça Brigadeiro Sampaio, antigo Largo da Forca, o Tambor é uma obra de autoria de Gutê, Leandro Machado, Maria Elaine Espíndola Rodrigues, Mattos, Pelópidas Thebano e Xaplin – artistas e griôs porto-alegrenses. Foi inaugurado em 2010 e mede 275cm x 120cm.

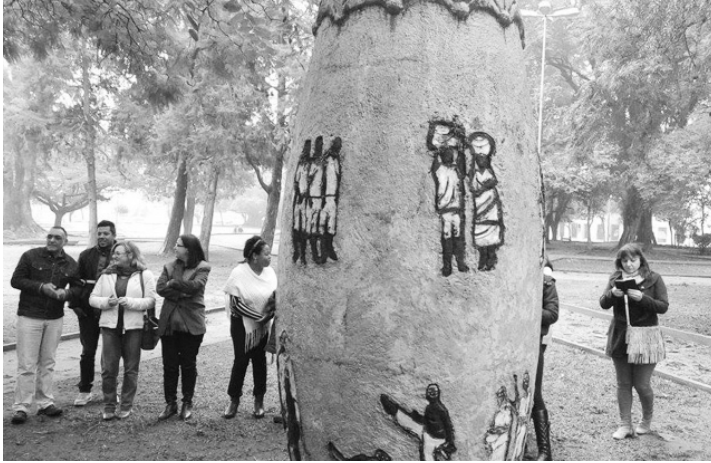


Figura 4 – Tambor ponto de referência no percurso do projeto Territórios Negros e do Museu do Percurso do Negro em Porto Alegre  
Fonte: Acervo do projeto

Utilizamos a palavra escurecer justamente reconhecendo a beleza de todas essas territorialidades marcadas pela cor da pele escura, pois compreendemos que é essa a principal especificidade do racismo no Brasil: o preconceito vinculado aos traços fenotípicos como cor da pele, tipos de cabelo, nariz ou boca. Temos aprendido que o uso das palavras constrói as subjetividades, pois cada expressão que utilizamos no nosso cotidiano pode produzir efeitos de sentido naqueles que a recebem. Tal posição relaciona-se com uma das grandes inovações das políticas educacionais no Brasil: o projeto de educação das relações étnico-raciais (ERER).

Essa presença negra, invisibilizada nas ações patrimoniais até bem pouco tempo, ganha dimensões de positividade, numa ação educativa que atingiu especialmente estudantes e professores da educação básica e superior de Porto Alegre e arredores, no intuito de valorizar práticas no território em diferentes tempos. A novidade reside no recorte estabelecido, ou seja, as histórias que podem contribuir para a construção de um pensamento mais generoso sobre a cidade, com práticas mais participativas e menos preconceituosas de seus moradores.

Destacamos que tal invisibilidade articula-se com as especificidades da sociedade racista e racializada em que nos constituímos como cidadãos, demarcada pela colonialidade do poder (QUIJANO, 2005) e pela branquitude (BENTO, 2002), como construção sócio-histórica, cuja principal característica é o fato de que sujeitos identificados como brancos foram e são sistematicamente privilegiados no que se refere ao acesso a recursos materiais, econômicos e sociais.

Compreendemos o projeto Territórios Negros como uma ação vinculada à educação antirracista. Vejamos algumas definições acerca da EREER, para em seguida historicizar as ações educativas em análise.

## **EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PROJETO TERRITÓRIOS NEGROS**

Baseando-se no pressuposto de que o educador não apenas ministra conhecimentos e saberes específicos, mas também prática e administra relacionamentos sociais do ponto de vista étnico e racial, de gênero, socioeconômico, geracional, de pertencimento religioso, definiu-se pela EREER como política pública fundamental, a partir das ações desencadeadas pela Lei nº 10.639/2003 (MEINERZ, 2017).

Tal ação foi concretizada, como marco legal, através da história de lutas e conquistas do Movimento Negro, em termos específicos, e, de forma geral, pode-se afirmar que resulta também dos movimentos criados pelos povos africanos em condição diaspórica. Destaca-se que o Brasil é signatário de acordos internacionais de combate ao racismo, portanto, mudanças de governo não devem implicar o abandono dessa plataforma estatal. Esta, como projeto, atinge toda a sociedade e não se resume às políticas públicas curriculares, pois pressupõe mudanças nas práticas socioculturais cotidianas. Na esteira dessas históricas formas de resistência, dentro e fora do Brasil, as últimas décadas do século XX e início do XXI fizeram-nos conviver com movimentos sociais e políticos de promoção do diálogo intercultural e da igualdade racial, que tiveram um ponto de culminância na realização, em 2001, da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, em Durban, África do Sul, cujas declarações e documentos tornaram-se referência internacional. Já naquele momento, o Estado brasileiro assumiu publicamente o compromisso de desenvolver ações afirmativas contra o racismo e a discriminação racial também no campo da educação (MEINERZ, 2017).

É no texto do Parecer CNE/CP nº 003/2004, instituinte das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, que encontramos a definição de EREER. Tal parecer afirma que

[...] o sucesso das políticas públicas de Estado, institucionais e pedagógicas, visando a reparações, reconhecimento e valorização da identidade, da cultura e da história dos negros brasileiros depende necessariamente de condições físicas, materiais, intelectuais e afetivas favoráveis para o ensino e para aprendizagens; em outras palavras, todos os alunos negros e não negros, bem como seus professores, precisam sentir-se valorizados e apoiados. Depende também, de maneira decisiva, da *reeducação das relações entre negros e brancos, o que aqui estamos designando como relações étnico-raciais*. Depende, ainda, de trabalho conjunto, de articulação entre processos educativos escolares, políticas públicas, movimentos sociais, visto que as mudanças éticas, culturais, pedagógicas e políticas nas relações étnico-raciais não se limitam à escola (BRASIL, 2004a, p. 5, grifo nosso).

Com a promulgação da Lei nº 10.639/2003, que criou o artigo 26A e alterou a Lei de Diretrizes e Bases, tornando obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, surge a exigência de cumprimento legal, inserindo nos currículos escolares a temática étnico-racial.

Nesse contexto é criado o projeto Territórios Negros: Afro-Brasileiros em Porto Alegre, em diálogo com o que instituíram as Diretrizes, quando, entre tantas questões relacionadas ao estabelecimento de políticas de ação afirmativas, promoviam-se o reconhecimento, a valorização, o estudo e o respeito aos processos históricos de resistência desencadeados pelos africanos escravizados no Brasil. Em Porto Alegre, articula-se com a meta de destacar positivamente os espaços de referência cultural da população afro-brasileira, numa perspectiva que não se restringia às instituições escolares, mas abrangia todo o espectro das práticas pedagógicas, no seu sentido mais amplo, promovendo a visibilidade das pessoas negras de Porto Alegre. Fez-se isso por meio da afirmação das referências espaciais, das práticas culturais e dos modos de vida dos negros, desde a sua atuação como trabalhadores escravizados até suas mais diversas manifestações na vida cotidiana, do passado ao presente e vice-versa.

Como começou essa história? Recordamos que a existência desse roteiro remonta aos anos de 2006, quando recebeu o título de “Caminhos do Povo Negro”, retomado numa formação de professores da rede municipal porto-alegrense, em 2008, na Assessoria Pedagógica de Relações Étnicas da Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre (SMED/PA). Viviam-se o contexto das exigências da nova legislação, sendo a equipe composta por dois assessores sediados na SMED e um conjunto de 16 professoras e professores das escolas da Rede Municipal de Ensino – o Grupo de Trabalho de Relações Étnicas. Contava-se ainda com a participação dos membros do Grupo de Trabalho Antirracismo, que atuava no âmbito de toda a estrutura municipal, com membros designados por todas as secretarias, departamentos e empresas municipais.

Desde 2006, com o aporte do programa A Cor da Cultura, do Ministério de Educação e Cultura, e, a partir de 2007, com a efetiva criação da assessoria específica e o desenvolvimento de programas de formação próprios, destinados à sensibilização, à divulgação de conhecimentos e saberes, a práticas pedagógicas e à formação continuada no campo da educação para as relações étnico-raciais, tais grupos e abordagens raciais passaram a ter uma presença quase cotidiana nos temas que impulsionavam a educação municipal em Porto Alegre. Foram-se incorporando novas adesões entre professoras, professores e demais profissionais envolvidos na educação municipal, tanto na educação básica como nas escolas infantis conveniadas. Não sem contratempos, ou mesmo rechaços à inclusão da discussão do combate ao preconceito racial nos programas escolares, avançou-se aprendendo e construindo, em conjunto, no diálogo com as comunidades escolares.

Entre os muitos desencadeadores do projeto, afirma-se a compreensão de que o conhecimento dos territórios negros de Porto Alegre é fundamental para o desenvolvimento de uma educação antirracista e para a discussão dos temas pertinentes

ao estudo das relações étnico-raciais presentes no cotidiano escolar e, sobretudo, o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Tal movimento foi, com o projeto (e ainda o é, com muitas outras ações), estabelecido através de uma associação entre os próprios ambientes escolares e os espaços que a população afro-brasileira de Porto Alegre ocupou e transformou ao longo dos anos. A compreensão dos percursos traçados por essa parcela da nossa população tornou reconhecíveis as estratégias e as circunstâncias que determinaram o posterior desenvolvimento das relações étnicas em nossa cidade. A discussão acerca da demarcação e da ocupação dos espaços na cidade, que demonstra as dinâmicas sociais que conformaram o racismo, também pode ser vista como momento de construção das possibilidades de sua superação através de políticas de ação afirmativas e de políticas públicas de Estado. Tornar visível esse território para a população não negra cumpre, por meio do reconhecimento dos espaços públicos e privados frequentados, apropriados e constituídos pela população negra de nossa capital ao longo de sua história, a função educativa e de afirmação dessa parcela da população de Porto Alegre.

Colocado em movimento com regularidade a partir do final do ano de 2010, o projeto Territórios Negros contribuiu para ampliar o conhecimento e a compreensão sobre a história e a cultura dos africanos e seus descendentes afro-brasileiros em Porto Alegre, e diretamente concorreu para que os objetivos previstos no artigo 26A fossem concretizados. Também estimulou a ampliação da elaboração conceitual acerca da ocupação territorial de Porto Alegre pela população afro-brasileira, reconhecendo os usos e as apropriações que esta população desses espaços ao longo do tempo. Como atividade educativa escolar específica, possibilitou o fortalecimento de ações para a erradicação dos efeitos das discriminações sociais e étnico-raciais que persistem em nossa sociedade, especialmente em nossa cidade.

Nesse enfoque interdisciplinar, contextualizado e investigativo, destacamos a singularidade e a forma como o projeto se desenvolve ao longo dos anos, incluindo uma dinâmica de transformações, parcerias e compartilhamentos que extrapolam os seus meros aspectos institucionais. Uma importante e original ação didático-pedagógica, indispensável para a formação de educandos críticos em uma sociedade equânime, que excede o contexto temático e social ao provocar o educador a refletir sobre suas práticas metodológicas, possibilitando uma nova forma de se ensinar.

Segundo Ferrari (2008), não é possível adotar diretrizes pedagógicas de modo consequente sem que elas orientem a prática em seus aspectos mais corriqueiros. Para o autor, as qualidades e virtudes são construídas por nós, no esforço que nos impomos para diminuir a distância entre o que dizemos e fazemos. Paulo Freire (1996) igualmente nos inquieta ao questionar se podemos continuar falando sobre o respeito à dignidade do educando se o ironizamos ou discriminamos, inibindo-o com nossa arrogância. A proposta de Freire parte do estudo da realidade – a vivência do educando, por um lado – e, igualmente, pressupõe a organização do dado – a fala do educador, por outro lado. Essa mediação e interação social são fundamentais, sendo que a valorização da cultura do educando é a chave para o processo de educação preconizado por Paulo Freire.

Nesse sentido, entende-se por que o desenho metodológico proposto pelo projeto Territórios Negros, para o estudo e o ensino das histórias e culturas africanas, afro-brasileiras e dos povos indígenas, é estruturante para a transversalidade entre as áreas e componentes curriculares. Ele representa uma mudança de paradigma metodológico, propiciando uma reflexão sobre a prática docente, levando o educador a perceber as possibilidades pedagógicas que essa ação didática oferece, além das questões temáticas e legais envolvidas.

Trata-se de uma proposta educativa que representa em si uma lógica que rompe com a educação eurocêntrica que ainda dita a forma de aprender e ensinar em nossas escolas, tão somente por não se admitir uma outra possibilidade. Aponta para a descolonização dos currículos, como afirma Gomes (2012), capaz de criar um novo olhar para os saberes que veiculamos em distintos espaços educativos. Para a autora, tal

[...] olhar produzirá imagens desestabilizadoras, susceptíveis de desenvolver nos estudantes e nos professores a capacidade de espanto e de indignação e uma postura de inconformismo, as quais são necessárias para olhar com empenho os modelos dominados ou emergentes por meio dos quais é possível aprender um novo tipo de relacionamento entre saberes e, portanto, entre pessoas e entre grupos sociais (GOMES, 2012, p. 107).

Nesse percurso reflexivo, o conceito de colonialidade do poder (QUIJANO, 2005) amplia o entendimento do que chamamos de patrimônio, de forma que possamos visibilizar memórias e histórias indígenas e afro-brasileiras silenciadas nos processos de dominação e opressão pós-colonial. Assim, defendemos a desconstrução de um pensamento centrado na Europa e na branquitude, propondo a educação como possibilidade de revisitar e apresentar variáveis metodológicas que tenham a diversidade cultural como balizadora das ações.

Ressaltamos a singularidade desse projeto em nossa cidade, pois ele nasce de um compartilhamento de saberes e memórias, agregando educadores, pessoas negras de organizações civis, associações culturais e guardiões de memória em seu sentido amplo. Distinto de outras iniciativas, ele não surge de espaços institucionais acadêmicos, pois a relação com a universidade ocorre num momento posterior, consolidando-se numa parceria que destacaremos a seguir.

A partir de 2013, alguns professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) começaram a solicitar saídas a campo para alunos da graduação e pós-graduação *lato sensu*. Outro movimento que resultou na aproximação da universidade com o projeto Territórios Negros foi a sua vinculação à disciplina<sup>2</sup> obrigatória do curso de História intitulada Estágio de Docência em História III

---

<sup>2</sup> A disciplina Estágio de Docência em História III – Educação Patrimonial explora arquivos, memoriais, centros culturais, museus, acervos particulares com acesso permitido, exposições permanentes ou temporárias, bibliotecas históricas de visitação livre, prédios históricos abertos ao público, etc. Também discute questões de ordem teórica, apoiada nas noções de memória, de ensino de História e de patrimônio cultural.

– Educação Patrimonial, como um dos campos de estágio. Tal aproximação possibilitou aos alunos refletir a respeito do papel do ensino de História na significação do patrimônio cultural afro-brasileiro: qual é o lugar das práticas culturais afro no campo do patrimônio cultural? Como problematizar, na educação básica e superior, o não lugar do negro nas instituições de memória? Quais são os usos e abusos da memória na cidade de Porto Alegre? Indagações como essas surgem da prática e fundamentam a constituição de um novo olhar para a realidade dos grupos populares, assim como da atuação docente em escolas públicas. Nos últimos três anos do projeto, 19 acadêmicos realizaram 40 horas de docência percorrendo o centro de Porto Alegre com alunos da educação básica, “fazendo aula” fora do espaço convencional da “aula”. Essas vivências resultaram em 19 artigos escritos pelos estagiários.

Tal parceria evolui para a construção conjunta de cursos de extensão, com formação continuada inspirada na metodologia do projeto, e posterior programa de extensão, quando a parceria foi institucionalizada na UFRGS mediante a aprovação do programa “Territórios Negros: Patrimônios Afro-Brasileiros em Porto Alegre” no Edital ProExt – o maior edital da extensão universitária do Brasil. Além disso, o projeto tem sido apresentado em diversos eventos científicos, tais como: Salão de Ensino da UFRGS em 2015, 2016 e 2017; Jornada de Ensino de História de 2015 e 2016; Congresso Brasileiro de Extensão em Ouro Preto em 2016; Seminário Regional de Extensão Universitária em Camboriú em 2016. Ademais, o projeto foi inscrito e aceito num congresso ibero-americano em 2016; e foi tema de um artigo no dossiê *Educação, patrimônio cultural e decolonialidade*, na revista *Horizontes*, publicado em 2017. Para a realização de todas essas atividades, foi fundamental o apoio prestado por participantes ligados à Companhia Carris Porto-Alegrense de Transporte Coletivo (Anita Souza, Fátima Rosane da Silva André, Leonardo da Rosa e “Cidade”, motorista do ônibus), que atuaram no curso de extensão, acompanharam os estagiários e participaram de todas as reuniões de planejamento e avaliação na UFRGS.

O curso de extensão “Territórios Negros: Patrimônios Afro-Brasileiros em Porto Alegre” teve sua primeira edição em 2015, permanecendo com edições anuais até o ano de 2018. Como ação extensionista, desenvolve-se por intermédio do Laboratório de Ensino de História e Educação (Lhiste/UFRGS), atuando em duas grandes ações: a formação contínua dos professores que realizam o percurso por um lado e, por outro viés, a produção de material didático de apoio, tanto para os trabalhos realizados no ônibus quanto para as atividades desenvolvidas na escola, antes ou depois da realização do percurso. Esse material é produzido e compartilhado pelos próprios cursistas, selecionados por meio de edital público, professores e licenciandos das redes vinculadas a Porto Alegre e região metropolitana. Contempla-se, em sua consecução metodológica, a criação de ações educativas com percursos próprios e inéditos, por parte dos extensionistas, mapeando as marcas de pertencimento negro no entorno das comunidades escolares de sua atuação.

Trata-se de um curso totalmente gratuito, aberto para professores, licenciandos e pessoas oriundas de movimentos sociais, realizando-se de forma presencial e com atividades a distância (plataforma Moodle) simultaneamente. Sua conclusão exige a construção de materiais pedagógicos a partir da experiência dos cursistas.

Tais compartilhamentos foram ampliando o reconhecimento e alcance do projeto, capaz de atingir cerca de 50 mil cidadãos portalegrenses. O crescimento da realização do percurso, atendendo tantos participantes, entre alunos, professores e público em geral, está registrado no estudo de mestrado de Francieli Renata Ruppenthal (2015), com dados específicos do público atingido em tais ações educativas.

Destaca-se também a parceria com o Museu Municipal Joaquim José Felizardo, onde os participantes faziam visitas de conhecimento da história da cidade e do próprio espaço de memória e patrimônio que é o Solar Lopo Gonçalves – casarão que abriga o Museu, destacando-se a presença negra nesses locais.

Ressaltamos ainda alguma divulgação midiática do projeto:

- 1) jornal eletrônico *Nonada*: <<http://www.nonada.com.br/2015/05/territorios-negros-o-onibus-que-nao-se-esquece-do-passado/>>;
- 2) programa *Nação* (TVE): <<http://www.rs.gov.br/conteudo/17666/nacao-destaca-os-caminhos-invisiveis-do-negro-em-porto-alegre>>;
- 3) jornal *Zero Hora*: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2014/06/Projeto-Territorios-Negros-abre-participacao-para-o-publico-em-geral-4523085.html>>; <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/noticia/2014/07/Passeio-guiado-conta-a-historia-dos-afrodescendentes-em-Porto-Alegre-4547896.html>>;
- 4) *Jornal do Mercado*: <[http://www.jornaldomercadopoa.com.br/index.php?view=article&id=1037%3Aterritorios-negros&option=com\\_content&Itemid=113](http://www.jornaldomercadopoa.com.br/index.php?view=article&id=1037%3Aterritorios-negros&option=com_content&Itemid=113)>.

E trabalhos produzidos e publicados com base no projeto:

- 1) dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS de Francieli Renata Ruppenthal, com o título: *Um percurso possível: uma etnografia do Projeto Territórios Negros em Porto Alegre/RS no âmbito da lei federal 10639/03*. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/search?query=territorios+negros&x=30&y=15>>;
- 2) artigo do estagiário Gabriel Gonzaga sobre sua experiência de docência no projeto, publicado em 2015/1 e disponível em: <<http://periodicos.unemat.br/index.php/historiaediversidade/issue/view/112>>;
- 3) artigo da estagiária Tanise Medeiros sobre sua experiência de docência no projeto, publicado em 2015/2 e disponível em: <<http://www.laplageemrevista.ufscar.br/index.php/REB/article/view/140>>;
- 4) artigo *Educação, patrimônio cultural e relações étnico-raciais: possibilidades para a decolonização dos saberes*, publicado na revista Horizontes, v. 35, n. 1, 2017. Disponível em: <<https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/issue/view/23/showToc>>.

É interessante observar a inserção do projeto em diferentes espaços e pensar em sua criação: uma oficina promovida pela assessoria pedagógica de relações étnico-raciais da Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre (SMED) em agosto de 2008. Desde então, territórios foram percorridos, pensados, pesquisados e apropriados a partir de diferentes significados. Permitiu-se, assim, que alunos e professores da educação básica e superior percebessem o patrimônio de forma mais ampla para além daquele consagrado pelas políticas de preservação. Possibilitou-se o encontro com saberes de mestres tradicionais, artistas e griôs da cidade de Porto Alegre. Pensemos as singularidades desse patrimônio.

### **SINGULARIDADES DA RELAÇÃO COM O PATRIMÔNIO A PARTIR DO COMPARTILHAMENTO DE SABERES**

Um dos aspectos que cabe ressaltar sobre o projeto é o caráter inusitado e inovador que a ação educativa assumiu desde a sua concepção. É certo que o assunto da territorialidade é parte indissociável da temática das relações étnico-raciais nos estudos contemporâneos em nosso país e no conjunto de conceitos e definições que orientam a EREER. Nesse sentido, o projeto não fez mais que basear sua ação na ênfase desse elemento, aprofundando-o por meio de discursos e propostas pedagógicas que se esperavam adequadas aos diferentes públicos escolares e da comunidade que seriam atendidos. A principal e mais importante inovação residiu no seu *modus operandi*.

O trajeto do projeto foi pensado coletivamente e constituído com base no reconhecimento de diferentes marcos espaciais e territoriais da comunidade negra de Porto Alegre, que já haviam sido referidos e estabelecidos em diferentes trajetos e percursos (a Caminhada Sentimental do Negro, de Oliveira Silveira, o percurso da Cavalgada dos Lanceiros Negros e as referências do Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre, entre outros). A relevância, complexidade e profundidade que o tratamento da questão racial em nossa cidade exige evidenciam que não é descabido que tais percursos se encontrassem de forma justaposta. Eles tinham destinatários específicos. No caso do projeto Territórios Negros, a ação voltada para o plano da educação exigia a equação de certas dificuldades. A primeira delas era ligada ao deslocamento até os locais de afirmação da territorialidade negra na cidade. O deslocamento dos estudantes sempre é um obstáculo para a realização de saídas de estudo, ainda mais em se tratando de escolas públicas, localizadas nos extremos da periferia da cidade e que atendem uma população material e socialmente vulnerável, como é o caso das escolas da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre, para a qual originalmente foi criada a ação. A solução encontrada, testada em algumas saídas experimentais, foi a de associar ao projeto um ônibus que percorreria um trajeto previamente estabelecido.

Encaminhava-se solução para duas questões. A primeira diz respeito à necessidade que as escolas têm de deslocar recursos para o transporte de seus estudantes quando pretendem realizar atividades externas. Com o ônibus associado ao projeto,



o percurso poderia ser realizado sem que a escola dispensasse recursos. A outra alternativa que o projeto representou foi transportar os estudantes para uma sala de aula móvel, que se deslocava pela cidade, discutindo um tema específico, a presença negra em nossa cidade, passando por locais que faziam referência ao período da escravidão, às condições em que se dava essa escravidão, aos vínculos da população negra com o trabalho, a religiosidade e o desenvolvimento de práticas de sociabilidade. As aulas transcorriam por meio da mediação de um texto que combinava história e memória e através das janelas do ônibus, que se tornavam grandes telas, mostrando a cidade, seus espaços, suas gentes e seus tempos. No sentido inverso, a cidade também podia observar uma aula ocorrendo sobre o tema do racismo em nossa sociedade.

Uma situação inusitada que o projeto provocou foi a intersecção de serviços e trabalhadores de diferentes secretarias municipais. A Secretaria Municipal de Educação e a Companhia Carris Porto-Alegrense trabalharam juntas desde a origem do projeto. Estiveram associados por algum período a Procempa (Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre), a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e o Gabinete do Povo Negro. Nos últimos dois anos de funcionamento efetivo do projeto, a gestão de pessoal, de material, os agendamentos e os atendimentos (além da integralidade dos recursos) ficaram a cargo da Companhia Carris Porto-Alegrense. O formato da relação entre os entes municipais, pelo seu ineditismo, ao mesmo tempo que promoveu e integrou soluções para questões até então impensadas, também dificultou a institucionalização, seja do próprio projeto, seja dos vínculos entre os órgãos municipais.

Em 2016 estabeleceu-se um vínculo com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, especificamente com a Faculdade de Educação e com o Laboratório de Ensino de História e Educação, o que provocou a abertura de novas frentes para o desenvolvimento do projeto, integrando-o à formação acadêmica.

Os desdobramentos da política municipal, a partir de 2017, provocaram a interrupção do projeto. No momento da interdição, o Lhiste/UFRGS tornou pública a seguinte nota de apoio:

Pela permanência do Percorso Territórios Negros em Porto Alegre – Nota de apoio do Laboratório de Ensino de História e Educação/UFRGS.

A equipe do Laboratório de Ensino de História e Educação/UFRGS vem a público manifestar seu descontentamento diante da suspensão do ônibus do projeto Territórios Negros: Afro-Brasileiros em Porto Alegre, realizado pela Companhia Carris Porto-Alegrense.

Inspirado no trajeto criado pelo poeta Oliveira Silveira e no trajeto percorrido pela Cavalgada do Piquete dos Lanceiros Negros Contemporâneos, o projeto foi iniciado no ano de 2008. Desde então, o ônibus Territórios Negros: Afro-Brasileiros em Porto Alegre percorre com alunos e professores alguns dos territórios negros da cidade. A realização do percurso tem como objetivo destacar espaços e regiões da cidade que se constituíram, ao longo da história, como referenciais espaciais e culturais para a população negra, sendo reconhecidos como territórios negros.

Esta política educacional é realizada atualmente, de forma inédita em todo o nosso país, pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, através da Companhia Carris Porto-Alegrense (empresa de transporte público urbano). Desde a sua implementação, o projeto já levou para circular um público de mais de 30 mil pessoas, constituído majoritariamente por alunos da rede pública de ensino, tanto na educação básica quanto no ensino superior.

O projeto envolve parcerias de extensão, ensino e pesquisa com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, inspirando ações de formação inicial e continuada com professores de distintas áreas do conhecimento.

A proposta do projeto Territórios Negros atua na perspectiva do artigo 26A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, criado com a Lei nº 10.639/03, que regulamenta a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira, constituindo-se como ação educativa que promove o combate ao racismo e a construção de relações étnico-raciais baseadas na equidade e no respeito à diversidade. O percurso revisita muitos locais que compõem o patrimônio histórico-cultural de Porto Alegre e possibilita que o público acesse histórias muitas vezes silenciadas e desconhecidas, minorizadas diante da supervalorização da colonização europeia e branca, amplamente difundida na história do Rio Grande do Sul. Assim, a ação educativa proporciona o reconhecimento dos espaços públicos como locais de presença e pertencimento negro.

O cancelamento dessa ação educativa sem similar em todo o território nacional é um retrocesso e uma perda sem reparação, pois se trata de uma pedagogia diferenciada, capaz de contribuir para o conhecimento e valorização das histórias e das culturas afro-brasileiras em Porto Alegre. Tal medida, por parte da atual gestão municipal da cidade, necessita de denúncia e debate público, pois suscita o desconhecimento acerca da importância de um projeto de amplo alcance e significância e contribui para o silenciamento das histórias dos afro-brasileiros em Porto Alegre.

Dessa forma, solicitamos o diálogo, o reconhecimento e a manutenção da ação pelas autoridades competentes (3 de março de 2017).

Destacamos que hoje permanecemos em parceria para a reativação das atividades do projeto em ações que reúnem secretarias estaduais e municipais de Educação, assim como o Lhiste/UFRGS, além de parceiros individual ou coletivamente comprometidos com os ideais do projeto. Vejamos como essas parcerias se somam na perspectiva da formação docente.

### **PARCERIAS QUE SE SOMAM: A FORMAÇÃO INICIAL DE EDUCADORES ATRAVÉS DO PROJETO TERRITÓRIOS NEGROS**

Nesta parte, destacamos o relato de um parceiro de escrita, o mais jovem entre nós, trazendo suas memórias e experiências ocorridas durante os períodos em que atuou como mediador no projeto Territórios Negros, entre 2012 e 2013, assim como nos desdobramentos que o levaram a participar como bolsista do programa de extensão Territórios Negros: Patrimônios Afro-Brasileiros em Porto Alegre, entre 2016 e 2017. Vejamos suas palavras:

O contato com a equipe do projeto “Territórios Negros: Afro-Brasileiros em Porto Alegre” aconteceu ainda em 2011, quando uma amiga encaminhou um *e-mail* sobre a abertura de uma vaga para atuar no projeto. Naquele momento ela não poderia estar ativa no mesmo, em função da conclusão do seu curso de graduação, optando por repassar o convite para a vaga aos amigos interessados. Tive muito interesse, até porque já havia escutado algumas histórias sobre a presença negra em Porto Alegre e, com essa oportunidade, talvez eu pudesse sanar essa curiosidade sobre assuntos como: o Príncipe na Cidade Baixa, Canelas Pretas, Bará do Mercado, Ilhota, entre outras histórias, trajetórias, lugares e personagens que fizeram e fazem parte da história da comunidade negra da capital do Rio Grande do Sul.

Explico, a seguir, os motivos de minha curiosidade. Sou nascido no interior do estado, na cidade de Santa Maria. Quando eu tinha cerca de 15 anos, minha mãe e eu nos mudamos para a capital. A maior visibilidade da história da cidade é para a colonização alemã, polonesa e italiana, porém é sabido que existiu uma forte presença indígena e também africana nesse espaço. Parte da minha família tem ancestralidade africana e desejo saber mais de minhas origens. Porém, por conta do racismo estrutural que atinge todas as instituições e relações sociais desenvolvidas em nosso país, as histórias de negros e indígenas ainda são resumidas ao período histórico conhecido como escravidão. Cresci numa grande e tradicional família negra, que tinha como maior referência a minha avó materna, a Vó ou Dona Sila, como era chamada. Foi através dela que vivenciei as festas de Batuque, as festas e ensaios na quadra da Escola de Samba, as benzeduras, as plantas no pátio – lembro de quando acertávamos a bola e ela dizia para cuidar as roseiras! Também com ela vivi as grandes reuniões em família, regadas a churrasco, música e muita gente, tios, primos e aquela grande parentela que parecia não ter fim. Em todas essas vivências, os valores civilizatórios afro-brasileiros estavam presentes. Aí desenvolveu-se a dúvida: será que essa gente toda não tem história, não tem uma origem?

Na minha infância, por exemplo, na sala de aula, eramos eu e mais um ou dois colegas negros. Já em Porto Alegre éramos a metade da sala, metade da escola talvez, o que, para mim significava muito mais gente. O choque produzido pela nova cidade foi muito grande, refletido na maior quantidade de pessoas, no ritmo de vida muito mais acelerado, mas especialmente na minha percepção de que Porto Alegre era uma cidade negra, quando comparada a Santa Maria. Como uma pessoa nova na cidade e conhecendo seus espaços, tornei-me um simples observador e percebi marcadamente os locais de presença negra. Descobri aos poucos onde moravam, onde circulavam, em que momentos e lugares determinados estavam os negros.

Assim, ao conviver com outras pessoas negras da capital fui conhecendo essas histórias que volta e meia surgiam da boca de alguns, principalmente os mais velhos e, por isso, quando chegou a oportunidade de conhecê-las, não hesitei e encaminhei o *e-mail* com interesse na vaga.

Naquele momento, estava também iniciando o curso de licenciatura em História na UFRGS e já tinha participado de algumas atividades do então Grupo de Trabalho Negros da Associação Nacional de História/seção RS (ANPUH/RS).

Conheci professores e professoras, negros e negras, que estavam concluindo seus estudos de pós-graduação – mestrados e doutorados, descortinando através de suas pesquisas as histórias da população negra do Rio Grande do Sul.

Foi atuando como mediador no projeto Territórios Negros, através do seu percurso e da sua dinâmica singular, que acabei conhecendo toda a cidade de Porto Alegre, revisitando minhas próprias memórias e experiências como um sujeito negro em construção, refletindo junto ao público das comunidades escolares que frequentavam diariamente o ônibus.

Compreendi que tratar da cultura afro-brasileira, por meio dessa ação educativa, pressupõe instigar a dimensão lúdica e circular, porém aprendi igualmente que existem vivências que dependem de como cada pessoa as entende ou assimila. Essas vivências são exercitadas e reforçadas dentro do percurso do ônibus, junto ao Museu de Percurso do Negro, no monumento Tambor, por exemplo, nosso ponto de partida ao chegar no centro da cidade. Ali surgiam as mais diversas reações, desde um profundo estranhamento até uma imediata empatia ou familiaridade com a obra. Através dele iniciamos a nossa trajetória, com o “celular da época”, como eu dizia, referindo-me ao tambor como uma das primeiras formas de comunicação dos seres humanos. Uma lembrança interessante é a de que estudantes adeptos das religiões de matriz africana reproduziam os sons dos tambores que eles tocavam dentro dos terreiros; já os adeptos aos cultos neopentecostais, inclusive, chutavam o tambor em sinal de protesto ou intolerância. Essas atitudes eram bons disparadores para discutir as várias formas de preconceito contra as religiões de matriz africana. Outro ponto muito interessante era o Mercado Público, lugar com o qual a grande maioria dos frequentadores se identificava. Após a visita ao assentamento do Bará, no centro do Mercado, muitos queriam trazer as suas experiências como frequentadores do Batuque e demonstravam certo orgulho em pertencer às religiões de matriz africana. Destaco que o estado do Rio Grande do Sul possui o maior número de terreiros e adeptos do Batuque no Brasil, principalmente na região metropolitana de Porto Alegre. Foi bastante curioso, não apenas para mim, mas para quem frequentava o ônibus, saber que dentro da capital havia quatro comunidades quilombolas urbanas, algo até então tratado de forma romantizada pelos livros. A visita aos quilombos gerava uma certa expectativa nos estudantes, mas quando viam que era apenas uma comunidade, surgiam frases como “mas é igual à minha vila” ou “mas não tem árvores”. A imagem construída na mente da maioria é que seria um local com grande vegetação, habitações feitas de madeira e palha e as pessoas vivendo como no Quilombo dos Palmares ou como algumas comunidades tradicionais que vivem no interior de alguns países africanos.

Ao longo do projeto tivemos a oportunidade de conhecer as comunidades escolares de grande parte da rede de ensino básico, municipal, estadual e até escolas privadas, de Porto Alegre, região metropolitana e até do interior do estado, desenvolvendo ações educativas em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004).

A partir dos compromissos do Lhiste/UFRGS com a formação vinculada às referidas Diretrizes, desenvolveu-se o programa de extensão “Territórios Negros:

Patrimônios Afro-Brasileiros em Porto Alegre”, com a realização de ações diversas. Minha atuação no programa foi na equipe de mediação do ônibus, na equipe de coordenação da 3ª edição do curso de formação de professores e na equipe da construção do jogo de tabuleiro chamado “As viagens do Tambor”. Nesses espaços, junto aos parceiros do programa, estreitamos relações com sujeitos e instituições que compõem os movimentos negros de Porto Alegre. Experimentei na universidade, através das ações extensionistas, a construção de materiais com e para as escolas, em movimentos nunca verticalizados, mas sim construídos horizontalmente, nos quais todos os participantes tiveram voz e somaram-se na construção das inúmeras atividades. Uma grande equipe composta por graduandos, pós-graduandos, professores universitários, educadores das redes públicas de ensino, ativistas dos movimentos negros dos mais diversos segmentos como artistas (músicos, poetas, artistas plásticos, bailarinos, etc.), carnavalescos, funcionários públicos, profissionais autônomos, aposentados, lideranças religiosas, griôs. Grupos e pessoas distintas que sentaram conosco para dialogar e refletir na construção destas ações, seja dentro da universidade ou fora dela, nas sedes dos quilombos ou dos clubes sociais negros, por exemplo. Uma das grandes parceiras é a Griô Maria Elaine Espíndola Rodrigues, a Dona Elaine, que acabou tornando-se personagem do nosso jogo, afirmando que não poderia estar ali referenciada sem que aparecesse seu coletivo, a Mocambo, entidade da qual ela é representante e que preserva a cultura e memória afro-gaúcha. Ainda nesse diálogo, recordo as dúvidas em como representar uma entidade centenária como a Sociedade Floresta Aurora – seria ela apenas um clube bailante? Não, ela também foi proponente e sede do Primeiro Congresso do Negro, em 1958, em Porto Alegre, como se orgulham e reivindicam memória os seus atuais diretores.

Foi por meio da ludicidade, do cooperativismo, da memória, da ancestralidade, da corporeidade, da territorialidade, enfim, de todos os valores civilizatórios afro-brasileiros que construímos as nossas ações. Na formação com os professores, que tinham a incumbência de identificar os territórios negros nas suas comunidades escolares, também desenvolvemos esses valores e, a partir disso, surgiram dezenas de materiais e novas possibilidades de compreender as histórias dos estudantes, seus familiares e até mesmo dos próprios professores e professoras, negros ou não. Todos nós, fundamentados nas Diretrizes (2004), compreendemos várias formas não só de ensinar, como de aprender em grupo, em parceria, compartilhando saberes.

A partir dessas experiências surgiram muito mais histórias, trajetórias, personagens, lugares, pessoas a serem descobertas e elevadas à superfície da História. Uma História que pode ser contada não somente na sala de aula, pois o aprendizado não se faz somente dentro dela, está além dos muros das escolas ou universidades, constrói-se em diversos outros espaços. O ônibus, que percorreu as ruas de Porto Alegre de 2010 a 2017, era apenas uma dessas possibilidades, lamentavelmente suspenso e deixando a cidade sem a oportunidade de conhecer partes da sua história e de seus agentes, de sua gente. Seguimos, através do Museu de Percurso do Negro, dos saraus, dos *slams*, das rodas de samba e de capoeira, das festas de Batuque ou de outras religiões, é a circularidade sempre presente.

A partir do relato de nosso parceiro, destacamos que um currículo escolar ou universitário, construído a partir do projeto da educação das relações étnico-raciais, respeita e efetivamente exercita uma prática antirracista e antidiscriminatória.

Comprovamos a riqueza dessa ação pedagógica, denominada projeto Territórios Negros, capaz de vislumbrar o patrimônio cultural como experimentação fundante, construída em interfases metodológicas com a irreverência das ideias de aula em movimento. O desafio ainda é permitir que a provocação causada pelo projeto seja um desencadeador qualitativo do tema étnico-racial, permitindo ao educador e ao educando o acesso reflexivo acerca das abordagens de territorialidades negras, por tanto tempo invisibilizadas nos processos de escolarização e de formação docente. Defendemos que tal provocação pode ajudar na compreensão das injustiças e desigualdades historicamente constituídas no país, transformando-nos em sujeitos em movimento e propulsores de mudanças.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Do período colonial até a contemporaneidade múltiplas são as marcas que confirmam e afirmam a inscrição física e simbólica da população negra no espaço urbano de Porto Alegre. Os negros se fizeram presentes seja por meio do trabalho, do exercício da religiosidade, das rodas de samba e de capoeira, dos carnavais, das ligas de futebol, das associações e clubes negros. A territorialidade negra provém dos percursos construídos e vivenciados pelos africanos e seus descendentes (VIEIRA, 2014, p. 1-2).

À guisa de encerrar esta reflexão, ressaltamos que o projeto Territórios Negros teve sua origem num processo de formação para professores e consolidou-se em ações educativas capazes de gerar compartilhamento de saberes, impactando novamente professores em formação inicial e continuada, via relação universidade-escola-instituições civis e governamentais. Ação singular que se transformou em percurso e processo educativo, capaz de divulgar a negra Porto Alegre, escurecendo nossas miradas sobre o mundo e sobre a cidade. A democratização e o compartilhamento de estudos, memórias e informações podem desencadear um processo de conhecimento mais complexo sobre as histórias e culturas afro-brasileiras e africanas, contribuindo ao projeto que implica a educação das relações étnico-raciais.

A partir das experimentações aqui observadas, ressaltamos a singularidade da relação estabelecida entre história, memória e afirmação de políticas de combate ao racismo. Recordamos que o percurso do projeto se desenrola originalmente através dos seguintes pontos: Largo da Força (Praça General Sampaio); Pelourinho (Igreja das Dores); Mercado Público (Centro Histórico); Campo da Redenção (Parque Farroupilha); Colônia Africana (Bairro Rio Branco e arredores); Ilhota (imediações da Av. Erico Verissimo); Quilombo do Areal da Baronesa (Travessa Luiz Guaranha); Largo Zumbi dos Palmares (Bairro Cidade Baixa). Em alguns desses marcos do percurso, as certezas históricas, explicitamente documentadas e alicerçadas em longos estudos, não estão consolidadas. Sob certo olhar, elas

nem mesmo existem. Mas a presença negra nesses pontos é inequívoca. Pode ser que daqui a algum tempo, e com a evolução dos estudos históricos, sejam estabelecidas as referências que conferiram a credibilidade do fato para os eventos, situações e circunstâncias inscritas nos espaços referidos no projeto. Mas pode ser que isso não ocorra.

Nesse Projeto, junto com a questão do conhecimento histórico, emergem os saberes construídos a partir das memórias e das narrativas que se construíram ao longo dos anos, décadas e séculos quanto à presença negra em Porto Alegre. Tais saberes não são apenas testemunho ou fonte, eles tornam-se conhecimento a ser compartilhado, evidenciado, colocado num patamar de reconhecimento, resguardado em sua diferença. São saberes que têm autoria referenciada e evidenciada.

Muitas vezes tais memórias ou narrativas são imprecisas, pouco exatas, baseadas em crenças, por vezes transformadas e distorcidas por credos ou por discursos que competem na arena do estabelecimento das tradições e *verdades* sobre os negros em Porto Alegre. E é assim que são abordados os conteúdos explicativos em cada uma das estações do percurso. Memória e história – diferencial das experimentações da negra Porto Alegre.

Stuart Hall (2003), tratando da definição do termo “negro” no contexto da cultura popular, na cultura negra e na produção de identidades e reconhecimentos, ajuda-nos a entender algumas permanências e características do projeto. Igualmente, permite-nos uma busca de explicação quanto aos motivos do cultivo de relações difusas, nem sempre acadêmicas e até imprecisas na descrição da Porto Alegre dos africanos e afro-brasileiros. Para o autor,

[...] não importa o quão deformadas, cooptadas e inautênticas sejam as formas como os negros e as tradições e comunidades negras pareçam ou sejam representadas na cultura popular, nós continuamos a ver nessas figuras e repertórios, aos quais a cultura popular recorre, as experiências que estão por trás delas. Em sua expressividade, sua musicalidade, sua oralidade e na sua rica, profunda e variada atenção à fala; em suas inflexões vernaculares e locais; em sua rica produção de contranarrativas; e, sobretudo, em seu uso metafórico do vocabulário musical [diria de todos os vocabulários, e não só do musical], a cultura popular negra tem permitido trazer à tona, até nas modalidades mistas e contraditórias da cultura popular mainstream, elementos de um discurso que é diferente – outras formas de vida, outras tradições de representação (HALL, 2003, p. 342).

Ao olhar exclusivamente acadêmico, o projeto ainda carece de uma melhor fundamentação e precisão históricas. Mas a relação dialógica proposta e mediada no projeto entre a educação e a cidade dos negros, entre as referências não historiografadas (ainda) e a memória da população negra, aciona todas essas informações e conteúdos. História, memória, educação antirracista e ativismo político, essas perspectivas aparecem, simultaneamente, a cada vez que se faz o trajeto do projeto Territórios Negros: Afro-Brasileiros em Porto Alegre. Essa é sua singularidade e sua capacidade de ensinar sobre compartilhamento de saberes, respeitando autorias e diferenças.

## REFERÊNCIAS

- BENTO, Maria Aparecida da Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iracy; BENTO, Maria Aparecida da Silva (Org.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 25-58.
- BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm)>. Acesso em: 4 set. 2017.
- BRASIL. Ministério da Cultura. *Declaração e Programa de Ação da Conferência Mundial contra Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata*. Durban, África do Sul, 2001.
- BRASIL. Parecer CNE/CP nº 003/2004. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 19 maio 2004a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>>. Acesso em: 4 set. 2017.
- BRASIL. Resolução CNE/CP 1/2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 22 jun. 2004b. Seção 1, p. 11. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>>. Acesso em: 4 set. 2017.
- FERRARI, Márcio. Paulo Freire, o mentor da educação para a consciência. *Nova Escola*, São Paulo, jul. 2008. Edição especial Grandes Pensadores. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/historia/pratica-pedagogica/mentor-educacao-consciencia>>. Acesso em: 4 set. 2017.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GIL, Carmem Zeli de Vargas; MEINERZ, Carla Beatriz. Educação, patrimônio cultural e relações étnico-raciais: possibilidades para a decolonização dos saberes. *Horizontes*, Itatiba, v. 35, n. 1, p. 19-34, 2017.
- GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. *Currículo sem Fronteiras*, Porto Alegre; Lisboa, v. 12, n. 1, p. 98-109, jan./abr. 2012.
- GONZAGA, Gabriel. Territórios negros: patrimônio, diáspora e tempo. *História e Diversidade*, Cáceres, v. 7, n. 2, p. 54-72, 2015.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.
- MACEDO, José Rivair. Entendendo a diáspora africana no Brasil. In: FERNANDES, Evandro et al. (Org.). *Da África aos indígenas no Brasil*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016, p. 22-42.
- MEDEIROS, Tanise Baptista de. Territórios em disputa: a (in)visibilidade dos territórios negros na cidade de Porto Alegre. *Educação Básica Revista*, Sorocaba, v. 2, n. 1, p. 63-72, 2016.
- MEINERZ, Carla Beatriz. *Marcos legais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) no Brasil*. Texto produzido para o Curso Uniafro. Porto Alegre, 2017. No prelo.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005, p. 227-278.
- RUPPENTHAL, Francieli Renata. *Um percurso possível: uma etnografia do projeto Territórios Negros em Porto Alegre/RS no âmbito da lei federal 10.639/03*. 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- VIEIRA, Daniele Machado. Percursos negros em Porto Alegre: ressignificando espaços, reconstruindo geografias. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFOS, 7., 2014, Espírito Santo. *Anais...* Espírito Santo: AGB, 2014.



## MUSEU, INDÍGENAS E FUTEBOL: representações sobre a cultura indígena no Museu do Grêmio

Zita Rosane Possamai\*  
Anelise Spinato Torresini\*\*  
Susete Zaar Andersen Cavalcanti\*\*\*

### INTRODUÇÃO

A ação educativa objeto desta escrita foi desenvolvida em 2017 como requisito avaliativo para a disciplina Educação em Museus do curso de bacharelado em Museologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ministrada pela professora Zita Possamai, que previa a elaboração e execução de uma atividade educativa em uma instituição museal. O desafio das autoras foi trabalhar com uma tipologia museológica que lhes era pouco familiar, a de museus esportivos, com um público que guardasse relações afetivas e culturais com o esporte. A atividade foi planejada para o Museu do Grêmio Hermínio Bittencourt,<sup>1</sup> sediado em Porto Alegre. A proposta amparou-se em leituras, nas atividades desenvolvidas em sala de aula e, também, nas observações de dinâmicas pariformes nas diversas instituições visitadas no decorrer do semestre. Na fase inicial de concepção, o público-alvo seria composto pelos residentes do entorno do novo estádio e os impactos sofridos por estes com a construção da Arena e com reconfiguração urbana do local. Entretanto, a partir da primeira visita ao museu e da troca de informações com seus técnicos, foram percebidas novas possibilidades oferecidas pelo acervo em exposição. Questões étnicas ou de gênero pulsavam e apresentavam-se como problematiza-

\* Doutora em História (UFRGS). Docente do Curso de Museologia e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Contato: zitapossamai@gmail.com.

\*\* Graduada em Museologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Contato: atorresini@gmail.com.

\*\*\* Graduada em Museologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Contato: zaar.andersen@ufrgs.br.

<sup>1</sup> Localizado no estádio, denominado Arena, desde dezembro de 2015. Sua área é de 785 m<sup>2</sup> de exposição, com planejamento de ampliação. Anteriormente, o clube mantinha apenas uma sala de troféus no Estádio Olímpico. Em 2011 iniciou o atual projeto com a empresa Muse & Mather, que realizou o planejamento expográfico, selecionou e pesquisou o acervo exposto e executou o projeto do museu, hoje sob responsabilidade do setor de marketing do Grêmio.

ções a serem investigadas, tais como a visibilidade/invisibilidade no time ou nas torcidas de grupos étnicos, de mulheres e de homossexuais reunidos na Coligay,<sup>2</sup> entre outras. Chamou especialmente a atenção das educadoras o relato da presença no time de dois grandes craques de provável ascendência indígena: Eurico Lara,<sup>3</sup> cujos feitos são cantados no hino do time, composto por Lupicínio Rodrigues,<sup>4</sup> e Alcindo,<sup>5</sup> cujas impressões plantares, acompanhadas da inscrição “Alcindo (Bugre)”, estão gravadas na Calçada da Fama da Esplanada da Arena.

Aliou-se a esse aspecto da história do Grêmio a consideração acerca de práticas esportivas entre indígenas, abordadas por José Roberto Andrade do Nascimento Jr. e Rosângela Faustino. Os autores relatam as transformações impostas a estes grupos nas ocupações de seus territórios e que os fizeram abandonar hábitos e tradições que acabaram apagando aspectos de sua cultura. Em investigação junto aos Kaingang, os autores perceberam, entretanto, uma reorganização cultural, e o futebol passou a ser, há quase um século, “um dos grandes elementos de socialização” entre membros desse grupo (NASCIMENTO JR.; FAUSTINO, 2009, p. 17).

Além disso, explanam a importância desse esporte ainda no presente para esse grupo, pois, junto de todos os elementos de referência, como o posto de saúde e a unidade administrativa, sempre existe, no centro das aldeias, um campo para a prática de futebol. José Ronaldo Fassheber (2006) também se reporta à grande popularidade do futebol entre os Kaingang e mostra a existência de grupos femininos que, mesmo de formação tardia, são constituídos de participantes não menos apaixonadas pela atividade que os elementos de grupos masculinos, caracterizando a prática do esporte como uma atividade social não excludente.

Assim, a relação entre os indígenas e o futebol, bem como as formas de representação do indígena nas exposições do museu constituíram-se como oportunidades para reflexão em uma ação educativa com sujeitos envolvidos com o tema. A partir da escolha do museu e da problemática relacionada à visibilidade/invisibilidade dos grupos étnicos no futebol, em específico no Grêmio, era mister a busca de sujeitos para participação na proposta de ação. Por outro lado, o propósito de questionar a presença desses grupos étnicos no futebol tornou relevante oferecer a ação educativa a um grupo cuja relação com o problema estivesse explícito, ou seja, os

<sup>2</sup> Coligay era a torcida organizada composta de aproximadamente 60 torcedores que, paramentados com plumas e túnicas com as cores do time, frequentavam, nos anos 1970, as arquibancadas emprestando seu bom humor aos eventos. À Coligay é reservado um espaço destacado na exposição de longa duração do museu sob o título “Diversidade da Alegria”.

<sup>3</sup> Eurico Lara (Uruguaiana, 1898 – Porto Alegre, 1935) atuou como goleiro do time nos anos 1920-1935. Graças aos seus dotes morais e técnicos, ainda hoje é tido pelo clube como uma verdadeira lenda nos mais de 100 anos de história do Grêmio. Sua excepcional atuação na função foi reconhecida nos versos da terceira parte do hino: “Lara, o craque imortal”.

<sup>4</sup> Lupicínio Rodrigues, compositor gaúcho (1914-1974), nascido na Ilhota, em Porto Alegre, foi autor de grandes sucessos nacionais do gênero samba-canção entre os anos 1930-1950, tais como *Volta, Esses moços e Nervos de aço*. Compôs em 1953 o hino do Grêmio, seu time do coração.

<sup>5</sup> Alcindo Martha de Freitas (Sapucaia do Sul, 1945 – Porto Alegre, 2016) mantém, até hoje, o título de maior artilheiro da história do Grêmio, com 230 gols. Atuou no time de 1963 a 1971, retornando em 1977. Em 1966 fez parte da seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo, sediada na Inglaterra.

indígenas. Assim, os sujeitos da ação foram constituídos por alunas indígenas, localizadas através do Programa de Ações Afirmativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.<sup>6</sup> As autoras receberam, além do franco apoio ao projeto, a disposição da servidora Michele Doebbe, daquela Coordenadoria, para estabelecer o contato com alunos e escutá-los acerca do interesse em participar do evento. As educadoras elaboraram o texto do convite, que foi publicizado através de correio eletrônico da universidade. Ficou ajustado que participariam da ação educativa os cinco primeiros universitários que mostrassem interesse, independentemente de suas preferências em relação aos clubes. Em poucas horas, formou-se o grupo. Na data combinada, as estudantes dirigiram-se ao Museu do Grêmio Hermínio Bittencourt como sujeitos “ao mesmo tempo produto e produtor de cultura” (POSSAMAI; GIL, 2014, p. 23) e potenciais multiplicadores dessa ação.

A interação nesse espaço de memória apoiou-se nas referências à cultura esportiva do grupo de participantes como uma reflexão para a percepção individual de seu pertencimento à coletividade. Era o momento do “saber-se ser, ou de se saber ser como tal”, como definido por Waldisa Guarnieri (2010, p. 179). O reconhecimento pelas alunas da presença de sua cultura no museu possibilitou a criação de uma zona de contato (CLIFFORD, 2016), onde vozes ausentes puderam ser ouvidas, preconceitos foram evidenciados, a partir das representações exibidas pelo museu.

## **O AQUECIMENTO PARA A PARTIDA**

A dimensão educativa sempre esteve presente na conformação dos museus, formados após os séculos XVIII e XIX. Se os museus tinham a função de consolidar uma consciência de nação, juntamente com outros mecanismos como a unificação da língua, a criação simbólica da bandeira e do hino, a educação foi utilizada para difundir a nova ordem social, econômica e política. Ao longo do tempo, o que mudou foi a maneira de transmitir o conhecimento patrimonial do museu. As ações educativas gravitaram da forma impositiva à colaborativa e à interativa; mudanças essas que acompanharam o próprio entendimento de patrimônio pelos museus. De representante de um passado quase sublime, o patrimônio conservado pelos museus é constantemente ressignificado, conforme os valores ativos do público presente.

Para Possamai e Gil (2014), a educação patrimonial estrutura-se na relação construída entre o sujeito, o patrimônio e o espaço onde se encontra o bem patrimonial. Quanto à materialidade exposta, “interessam [...] os processos de atribuições de sentidos relacionados aos usos” (POSSAMAI; GIL, 2014, p. 23). Observa-se nessa relação, além dos bens tangíveis, tais como troféus e faixas que lembram a

---

<sup>6</sup> Desde 2008 a Universidade Federal do Rio Grande do Sul reserva vagas para candidatos a seus cursos pertencentes a grupos minoritários e discriminados historicamente como negros, indígenas e alunos provenientes de escolas públicas. É um programa da Universidade que busca a “redução das desigualdades sociais e econômicas”. Entre os indígenas, a indicação para a seleção, é proveniente da própria comunidade.

disputa e a competitividade, os bens patrimoniais imateriais, como hinos ou gritos de guerra, as regras do jogo, as superstições e os ritos. Assim, as práticas também se inserem como importantes elementos de um grupo, já que guardam seu testemunho cultural, indispensável na construção identitária.

Por outro lado, a memória e o esquecimento, o conservado e o descartado, são resultantes de processos identitários de natureza ideológica. Conforme Ulpiano Bezerra de Meneses (2000), a memória pode ser induzida e provocada ao ser filtrada e selecionada, tal qual a identidade. Segundo o autor, os processos de construção identitária também se estabelecem pelo reconhecimento de diferenças e de contrastes, a partir dos quais se definem os elementos comuns a determinados grupos. Os museus operam com os processos de construção de memórias e de identidades que se expressam pela visibilidade e invisibilidade especialmente nas exposições. Daí a importância de essas noções serem levadas em consideração nos museus. Conforme o autor,

a educação em museus vem sendo percebida [...] não só como campo estratégico e de extraordinário potencial, mas até como aquele capaz de justificar por si só sua existência e, quem sabe, redimi-la dos pecados do passado, como o elitismo, o esteticismo redutor, o papel homologatório dos interesses dominantes, a alienação social, os compromissos ideológicos, etc. (MENESES, 2000, p. 93).

Para Meneses, não há educação quando não há formação crítica, e é com esta formação que os museus devem se alinhar ao trabalharem com a memória, com o patrimônio e com a identidade. Como marco temporal, a educação museal adquiriu um novo desafio ao comprometer-se com as propostas dos trabalhos e discussões resultantes da Mesa Redonda de Santiago do Chile, em 1972. Respeito à diversidade cultural e o compromisso com a construção participativa e democrática do conhecimento passaram a compor a nova proposta político-pedagógica dos museus. Nessa concepção, as ações educativas passam a se envolver com a transformação social, de forma que não basta saber quais são os bens musealizados, mas compreender de modo crítico os contextos e as relações sociais nos quais foram produzidos e colocados em ação pelos sujeitos ao longo da história até constituírem-se como objeto de musealização.

As ações educativas em museus, nesse contexto, têm muito a ser aperfeiçoadas em metodologias de trabalho, para que considerem o bem patrimonial de todas as comunidades envolvidas como vetor para seu desenvolvimento e para o exercício da interação social e da cidadania, respeitando as diversidades étnicas e culturais. Nessa perspectiva, as contribuições da museologia social são proficuas para a educação em museus, pois, segundo Mario Chagas e Inês Gouveia (2014, p. 17), esta

[...] está comprometida com a redução das injustiças e desigualdades sociais; com o combate ao preconceito; com a melhoria da qualidade de vida coletiva; com o fortalecimento da dignidade e coesão da vida social; com a utilização do poder da memória, do patrimônio e do museu a favor das comunidades populares, dos povos indígenas e quilombolas e dos movimentos sociais.

Os esportes, e especialmente o futebol no Brasil, são integradores pela natureza de sua ação, ao congregar esportistas de diferentes formações sociais e ao colocar uma população heterogênea torcendo pelo mesmo time. A identificação com um time une diferentes idades, diversas camadas sociais e distintas etnias. É um campo de encontro democrático de interesses em torno do desempenho da sua representação, escolhida, muitas vezes, por herança familiar. “Opera como uma espécie de ‘elemento aglutinador’ no que se refere às representações culturais que se dão acerca de uma ideia de ‘povo brasileiro’.” (NORONHA, 2012, p. 2.)

O futebol se caracteriza em suas ações pelo processo de interação cooperativo e competitivo. Trata-se de um esporte coletivo no qual as equipes são compostas por pessoas com funções específicas e comportamentos distintos, que se afinam para a obtenção de um mesmo objetivo. Simultaneamente a essa ação de cooperação, provoca-se uma ação competitiva, o enfrentamento entre equipes.

A popularidade do futebol no Brasil também chega às comunidades indígenas, e especificamente à comunidade Kaingang, que, respeitando as suas fronteiras, atinge os estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, compondo um grupo de aproximadamente 30 mil pessoas, conforme expõem Nascimento Jr. e Faustino (2009). Segundo os autores, o futebol é praticado nas aldeias Kaingang por todos os seus membros, incluindo as crianças, os jovens, os homens e as mulheres, sendo, geralmente, praticado no centro da aldeia. Com a ocupação de seus territórios, esses grupos sofreram interferências em sua cultura, perdendo a prática de jogos tradicionais e incorporando o futebol, hoje, integrante de sua cultura e importante elemento para sua socialização. Conforme as palavras dos autores,

ao longo da história da ocupação de seus territórios, os povos Kaingang sofreram drásticas transformações em seu modo de viver e em sua cultura, tendo sofrido privações e sido forçados a mudanças em seus hábitos e tradições. Muitos aspectos de sua cultura acabaram sendo esquecidos, e um deles são os jogos tradicionais, que sempre fizeram parte da cultura e da história desses índios, mas que não sobreviveram à conquista e à ocupação de seus territórios. Nesse processo, porém, os Kaingang reorganizaram sua cultura, incorporando ou descartando muitos dos elementos provenientes da sociedade envolvente. No âmbito da socialização grupal, o futebol foi incorporado e passou a fazer parte da cultura Kaingang atual sendo um de seus mais importantes elementos de socialização (NASCIMENTO JR; FAUSTINO, 2009, p. 10).

Na proposição da ação educativa, as autoras observaram, em espaços de memória com temática esportiva, a desigual representação de alguns dos segmentos que constroem a sociedade brasileira, além de aprenderem sobre o papel aglutinador do futebol entre os indígenas. Com o objetivo de trazer para o espaço museal essas questões, foram incluídas nesta proposta as estudantes indígenas, buscando perceber o museu também como uma zona de contato, na qual os saberes e as representações indígenas foram colocados em diálogo com as representações veiculadas pe-

lo museu através de suas exposições. Para Clifford (2016), são zonas de contato esses momentos e espaços onde ocorrem construções de relações entre grupos antes separados histórica e geograficamente.

Ao usar o termo “contato” pretendo enfatizar as dimensões interativas, improvisadas, dos encontros coloniais, tão facilmente ignoradas ou suprimidas pelos relatos difusionistas de conquistas e dominações. Uma perspectiva de “contato” destaca como os sujeitos são constituídos e as relações que têm uns com os outros. Ela enfatiza a co-presença, a interação, inter-relacionando entendimentos e práticas, muitas vezes dentro de relações de poder radicalmente assimétricas (PRATT apud CLIFFORD, 2016, p. 5).

Também se objetivou, na atividade educativa: ampliar a noção de pertencimento cultural do grupo de jovens através das representações da prática futebolística; oportunizar no espaço museal a escuta de vozes muitas vezes ausentes, através da estratégia de reflexão e posicionamento crítico dessas jovens; incluir e transformar em usual um público pouco habituado a frequentar espaços de memória e viabilizar experiências que estimulassem a aquisição de conhecimentos, habilidades cognitivas e emocionais.

### **E COMEÇA O JOGO!**

O grupo de alunas universitárias ficou constituído por: Ivanilde, professora alfabetizadora e da fala Kaingang na Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Fag Nhin, na Aldeia Kaingang Fag Nhin, Lomba do Pinheiro, e que cursa Pedagogia na UFRGS; Cássia, também da mesma aldeia, que cursa Psicologia; Simone, que cursa Fisioterapia e veio de Planalto/RS – região de povos Kaingang e Guarani e que ali permaneceram, mesmo após a colonização por portugueses, alemães e italianos<sup>7</sup> –, mas reside, por conta dos estudos, em Porto Alegre; assim como Édina, da graduação em Medicina, vinda do noroeste do estado, da Reserva de Votouro, área de conflitos e que aguarda a redemarcação de terras perdidas por conta de reforma no campo nos anos 1960. Todas visitavam o museu pela primeira vez. Excetuando-se Ivanilde, todas vestiam a camiseta de seu time, o Grêmio, primeiro elemento visual de identificação com o futebol e com o time escolhido. Ivanilde é torcedora do Internacional, mãe de dois meninos gremistas, o que a fizera visitar o estádio anteriormente.

A ação educativa foi planejada para que sua execução ocorresse em pouco mais de duas horas. Uma atividade expositivo-dialogada na área externa ao museu, com 15 a 20 minutos de duração, deu início ao encontro, com a apresentação das pesquisas realizadas pelas educadoras sobre a criação do clube e a prática do futebol como manifestação cultural. Seguiu-se uma visita do grupo à área expositiva. Os espaços que receberam maior destaque pelas estudantes foram aqueles que registraram as práticas futebolísticas e os locais na cidade ocupados pelos

<sup>7</sup> Informação disponível em: <<http://www.portalkaingang.org/>>.

estádios. Receberam menor atenção os símbolos de conquistas que formam a Galeria de Troféus do Grêmio Foot-Ball Porto Alegre, na área de exposição de longa duração, no pavimento térreo do museu. Também, no mesmo pavimento, o grupo usufruiu de uma experiência imersiva, com projeção em 360° de filmes e fotos de eventos futebolísticos.



Figura 1 – Entrada do Museu do Grêmio: Susete, Ivanilde, Simone, Édina, Cássia e Anelise  
Fonte: Fotografia de Susete Zaar Andersen Cavalcanti

No pavimento superior, acompanharam o histórico de uniformes através da exposição de trajes completos utilizados pelo time desde 1903, com destaque para as camisas utilizadas pelos grandes ídolos do time. A relação do Grêmio com a cidade é mostrada através de maquetes e fotos dos estádios na Baixada no Bairro Moinhos de Vento, do Olímpico e da Arena. O museu homenageia, através do registro em imagens e textos, torcedores icônicos como Bombardão (anos 1920-1950) e a Coligay. Nesse espaço encontravam-se referências ao jogador Alcindo, e chamou a atenção das visitantes a alcunha “Bugre”, muito provavelmente associada à fenotipia do jogador, observação problematizada posteriormente pelo grupo.

Durante a visita, as estudantes foram estimuladas a compartilhar suas impressões e reflexões sobre as exposições. O Museu do Grêmio Hermínio Bittencourt expõe, numa narrativa linear, a história de sua fundação, as premiações e os personagens. Propõe divertir, emocionar e contar a história do clube, e foi isso que o grupo mostrou vivenciar. A emoção das visitantes se manifestou com maior intensidade na Sala de Experiência Imersiva, onde sons, imagens e a forma estrutural edificada colocaram-nas como em arquibancadas e no campo do jogo para acompanhar situações emblemáticas, episódios vibrantes e atuações destacadas.



Figura 2 – Grupo na Sala de Experiência Imersiva  
Fonte: Fotografia de Susete Zaar Andersen Cavalcanti

Na medida em que a ação transcorria, o olhar curioso e a interação com a narrativa do museu mais se manifestavam. Percebia-se que o diálogo do grupo com os objetos salvaguardados construía significados e estimulava memórias de circunstâncias já experienciadas. Os relatos das visitantes falavam de seus jogos de futebol em comunidade, do time e da família, da vida nas aldeias.

Ao final do circuito, as participantes foram convidadas a compartilhar suas reflexões sobre a experiência da visita e sobre os aspectos vistos nas exposições. Essas manifestações produziram um momento dialógico, uma zona de contato, um espaço para socializar as ideias, as reflexões e as descobertas vivenciadas. Nas manifestações escritas produzidas, as estudantes relataram: “sou colorada, frequento mais a Arena [...] por causa dos meus dois filhos que são fanáticos. Nós três adoramos futebol, e nos meus dias de folga sempre jogamos juntos. [...] A minha relação com futebol vem desde criança” (Ivanilde); “Adoro jogar futebol porque ele remete ao que somos e ao mundo em que vivemos, que é o coletivo. Pois no futebol é assim, exatamente como na aldeia. Somos um time onde todos se ajudam” (Cássia).

Foi inevitável a escrita sobre a presença/ausência, visibilidade/invisibilidade dos indígenas no museu com as manifestações de Cássia: “em relação à visita ao museu do Grêmio, esperava mais [...] visibilidade da questão indígena”; e de Édina: “em relação à visita ao museu, não me senti representada”.

Sobre a alcunha “Bugre” do craque Alcindo, percebida como pejorativa a indivíduos de ascendência indígena, manifestaram-se: “em relação à visita [...], fiquei chateada por chamar aquele jogador [...] de “Bugre” (Édina); “[...] se fala que Alcindo era mestiço ou bugre como aqui vi algo que não me agradou em nada porque [...] ser chamado de bugre é uma ofensa” (Cássia).

Sobre esta observação das visitantes, o sociólogo Luis Augusto Guisard (1999) examina a forma como é construída socialmente uma imagem negativa de



determinado grupo, que, neste caso, refere-se às pessoas designadas pelo termo “bugre”. Segundo o autor, a origem da palavra está associada ao herege e impuro no mundo religioso da Idade Média na Europa. Ao ser transferido para o Brasil pelo colonizador, passou a designar o indígena nativo, que causava estranheza por seus hábitos e suas relações com a natureza. De acordo com o autor, em seus estudos,

fica claro que o termo é pejorativo, para identificar aqueles que apresentam alguns traços físicos específicos – “cabelo de flecha, liso, escorrido”; “olho rasgado, nariz meio achatado”; “escuro sem ser negro” – que estão associados a aspectos culturais, sociais, psíquicos e econômicos também específicos: “o bugre é rústico, atrasado”; “o bugre verdadeiro é do mato, aquele que está escondido, mais agressivo e arredo”; “o bugre que está na cidade é mais dócil, pode ser trabalhador, mas é traiçoeiro” (GUISARD, 1999, p. 94).

Apesar do peso discriminatório que este apelido carrega, a imprensa, na época da atuação do jogador Alcindo no Grêmio, registra com naturalidade o apelido do atleta. O jornalista Cid Pinheiro Cabral, em coluna no jornal Folha da Tarde de junho de 1968, escreve:

O Inter começou indo num golpe de Sérgio Moacir Torres Nunes; Alcindo foi lançado na meia direita para ser marcado por Luis Carlos e fugir de Scala. Sérgio sabe que Luis Carlos é clássico e lento e não tem condições para breca a rapidez do “Bugre” (CABRAL, 1968, p. 37).

Sob o título *Dores no joelho não deixam Alcindo voltar*, o mesmo periódico, no mesmo mês, registra que “há ocasiões em que o jogador cansa, sente falta de parar um pouco. [...] Aí está o caso de Alcindo. O “Bugre” teve uma fase terrível” (DORES..., 1968, p. 29).

Em 26 de setembro de 1977, o mesmo jornal reproduz um diálogo entre o jogador e Sinval Guazzelli, então governador do Estado do Rio Grande do Sul e torcedor do time:

ao final da partida foi aos vestiários cumprimentar os jogadores [...]. Ouviu de Alcindo esta expressão: “Meu governador, o senhor não pode ir embora sem que lhe dê um abraço”. Guazzelli virou-se para o centroavante do Grêmio e acrescentou: “Bugre”, você merecia ter marcado um gol (O GOVERNADOR..., 1977, p. 33).

O registro do noivado do craque, em junho de 1967, produziu uma nota na qual consta que “o Bugre ficou noivo da jovem Leila, sua namorada há dois anos. [...] Sobre o casamento, diz o ‘Bugre’ que será daqui a dois anos” (ALIANÇA..., 1967, p. 19).

A presença desse termo no museu, entretanto, como registrado nas manifestações, causou tristeza e desagrado nas visitantes. O museu traz a informação do apelido pelo qual o jogador era conhecido há mais de quatro décadas sem problematizá-lo, num momento em que as discussões acerca do protagonismo indígena não mais deveriam permitir demonstrações de despreço da sociedade envolvente para com esse grupo.

## FIM DO JOGO

Nessa atividade educativa, o museu foi proposto como uma zona de contato entre, por um lado, as estudantes universitárias admiradoras e praticantes do futebol e inseridas momentaneamente num contexto urbano e, por outro lado, as educadoras estudantes de Museologia que buscavam transformar o patrimônio do museu relativo à história do Grêmio em potencialidades para a reflexão crítica sobre cultura, memória e identidade.

A ação educativa alcançou sucesso ao oportunizar a visita de indígenas ao museu, prática que não se constitui em hábito desse grupo, mesmo para as estudantes que, morando na capital, teriam mais acesso a esses espaços culturais. Além do contato com o museu, foi proporcionado a elas o conhecimento da memória e do patrimônio de um time de futebol, prática corrente e elemento cultural de coesão social entre os indígenas. Desse modo, o museu cumpriu seu propósito, ao articular o seu patrimônio salvaguardado e um determinado segmento de público, buscando refletir sobre a memória individual e coletiva.

Por outro lado, o encontro das indígenas com a forma de representação e designação de si pela sociedade envolvente constituiu-se em choque e razão para tristeza, no relato de uma das participantes. O museu apresentou, sem problematização, informações comuns à época que expunham o preconceito étnico presente na sociedade dos anos 1960-1970. O apelido, considerado pejorativo e ofensivo por uma das participantes, expressou o estranhamento ao qual foi submetida ao tomar consciência do modo como era denominado um indivíduo provavelmente pertencente a sua etnia. O museu, ao não problematizar o uso da expressão “bugre”, incorporou a naturalização de um ato de nomeação discriminatória e segue divulgando uma memória sem um olhar contemporâneo que relativize esses atos e expressões.

A ação educativa proporcionou a escuta de vozes de sujeitos que se sentiram desrespeitados com o visto no museu e oportunizou a reflexão crítica sobre a identidade, o preconceito e o papel do museu em problematizar representações arraigadas socialmente. As manifestações das visitantes mostraram que a narrativa do museu não abarca em sua totalidade o pretense cunho democrático do futebol ao apagar alguns aspectos da diversidade e multiplicidade constituintes da sociedade brasileira.

Entretanto, a diversidade é contemplada no museu ao exibir representantes de grupos historicamente discriminados, mas que já experimentam uma menor condição segregacionista atualmente. Na exposição de longa duração, aparece com destaque o grupo de torcedores autodeclarados homossexuais que formavam a torcida organizada Coligay, mencionada anteriormente. Além da Coligay, recebe destaque o torcedor símbolo Bombardão, um negro de origem humilde que, entre as décadas de 1920 e 1950, alegrava e unia a torcida ao gritar, durante os jogos, o nome do time.

Às educadoras não passaram despercebidos o constrangimento e o desagrado das estudantes em relação à referência ao apelido pejorativo do jogador Alcindo. Diante da situação restou, mediando o exposto com as visitantes, contextualizar o emprego do termo no período pretérito, lembrando que essa é uma discussão que já mostra progressos na contemporaneidade. Também tiveram a oportunidade de conviver por algumas horas com um grupo de mulheres que mostram sólidas e efetivas relações de inserção social, apesar de não experienciarem a suposta harmonia da sociedade.

Acerca dos jogadores citados, a presença de um novo profissional no Museu do Grêmio está ensejando o aprofundamento da pesquisa que poderá ratificar ou não a ascendência indígena dos craques do time, até hoje homenageados com muito carinho pela torcida. Mas além de buscar essas informações, o mais relevante seria o museu problematizar o uso de um termo pejorativo para designar um de seus jogadores. Não é possível esconder a história que mostra o largo uso desse termo nas décadas de 1960-1970. Entretanto, ao museu cabe um olhar crítico sobre esse passado. Felizmente, a zona de contato proporcionada pela ação educativa possibilitou que as narrativas das estudantes indígenas fossem construídas e compartilhadas. O museu, por sua vez, não ficou incólume a esse processo e inicia medidas para rever essa questão. Como se sentia Alcindo ao ser chamado de Bugre jamais saberemos.



Figura 3 – Simone, Anelise, Cássia e Édina observando a maquete da Arena no museu  
Fonte: Fotografia de Susete Zaar Andersen Cavalcanti

## REFERÊNCIAS

ALIANÇA de Alcindo e sapatos de Castor os “donos” da tarde. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, ano 32, p. 19, 23 jun. 1967.

BRASIL. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ministério da Educação. O que são ações afirmativas? *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/acoesafirmativas/acoes-afirmativas/o-que-sao>>. Acesso em: 7 nov. 2017.

CABRAL, Cid Pinheiro. A unilateralidade máxima. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, v. 33, p. 37, 3 jun. 1968.

CHAGAS, Mario; GOUVEIA, Inês. Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). *Cadernos do CEOM* – Centro Cultural de Memória do Oeste de Santa Catarina, ano 27, n. 41, p. 9-22, dez. 2014.

CLIFFORD, James. Museus como zonas de contato. *Periódico Permanente*, Rio de Janeiro, n. 6, p. 1-37, fev. 2016.

DORES no joelho não deixam Alcindo voltar. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, ano 33, p. 29, 14 jun. 1968.

FASSHEBER, José Ronaldo Mendonça. *Etno-desporto indígena: contribuições da Antropologia Social a partir da experiência entre os Kaingang*. 2006. 170 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

FRYDBERG, Marina. *Lupi, se acaso você chegasse: um estudo antropológico das narrativas sobre Lupicínio Rodrigues*. 2007. 175 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/10410>>. Acesso em: 6 mar. 2018.

GRÊMIO FOOT-BALL PORTO ALEGRENSE. Eurico Lara, o craque imortal que virou letra do hino. *Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense*, 2016. Disponível em: <<https://gremio.net/herois/herois/8>>. Acesso em: 5 nov. 2017.

GRÊMIO FOOT-BALL PORTO ALEGRENSE. Museu Hermínio Bittencourt. *Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense*, 2016. Disponível em: <<https://gremio.net/conteudo/index/46>>. Acesso em: 5 nov. 2017.

GREMIOPÉDIA. Alcindo Martha de Freitas. *Gremiopédia*, 2016. Disponível em: <[http://www.gremiopedia.com/wiki/Alcindo\\_Martha\\_de\\_Freitas](http://www.gremiopedia.com/wiki/Alcindo_Martha_de_Freitas)>. Acesso em: 6 nov. 2017.

GUARNIERI, W. Museologia e identidade. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Org.). *Waldisa Rússia Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura, ICOM Comitê Brasileiro, 2010. v. 1, p. 176-185.

GUISARD, Luis Augusto. O bugre, um João Ninguém: um personagem brasileiro. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 92-99, out./dez. 1999.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Educação e museus: sedução, riscos e ilusões. *Ciências & Letras*, Porto Alegre, n. 27, p. 91-101, jan./jun. 2000.

MOTA, L. T. A denominação Kaingang na literatura antropológica, histórica e linguística. In: TOMMASINO, K.; MOTA, L. T.; NOELLI, F. S. *Novas contribuições aos estudos interdisciplinares Kaingang*. Londrina: Eduel, 2004.

NASCIMENTO JR., José R. A. do; FAUSTINO, Rosângela. Jogos indígenas: o futebol como esporte tradicional Kaingang. *Pensar a Prática*, UFG, v. 12, n. 3, p. 1-15, 2009.

NORONHA, Marcelo Pizarro. *(Des)construindo identidades: ambiguidades, estereótipos e luta política nas relações mulher-futebol*. 2012. 15 f. Artigo (Especialização em Jornalismo Esportivo) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/94463>>. Acesso em: 1 out. 2017.

O GOVERNADOR cumprimenta o time pela conquista. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, ano 42, p. 33, 26 set. 1977.

POSSAMAI, Zita Rosane; GIL, Carmem Zeli de Vargas. Educação patrimonial: percursos, concepções e apropriações. *Mouseion*, Canoas, n. 19, p. 13-26, dez. 2014.

## MUSEU DA MARÉ: museologia a partir da favela

Cláudia Rose Ribeiro da Silva\*

A favela da Maré compreende um conjunto de 17 comunidades<sup>1</sup> onde moram cerca de 140 mil pessoas. A região margeia a Baía de Guanabara e está localizada entre importantes vias rodoviárias que cortam a cidade do Rio de Janeiro: Avenida Brasil, Linha Vermelha, Linha Amarela e Transcarioca. Essa área se estende paralelamente à pista de subida da Avenida Brasil (sentido Zona Oeste da cidade), desde a Fiocruz (antigo prédio do Ministério da Saúde), passando pela entrada para o Aeroporto Internacional do Galeão, até o Bairro da Penha.

A região da Maré, assim chamada por causa dos mangues e praias que dominavam sua paisagem, foi sendo ocupada desde o período colonial, quando exerceu preponderante papel econômico, seja por nela existirem dois portos<sup>2</sup> por onde era escoada a produção das fazendas locais, seja por ter alimentado com seus mangues, os engenhos de cana de açúcar e as olarias que ali se instalaram.

Durante a primeira gestão do Prefeito César Maia<sup>3</sup>, foi criado o Bairro da Maré por meio da Lei Municipal nº 2.119, de 19 de janeiro de 1994, publicada em Diário Oficial de 24 de janeiro do mesmo ano. Tendo sido alvo de inúmeros pro-

\* Nasceu na Baixa do Sapateiro, uma das comunidades da favela da Maré, no Rio de Janeiro, Brasil. Entre 2009 e 2011, foi chefe do Núcleo de Museologia Social do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). Graduada em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais do CPDOC/FGV-RJ. Professora de História da rede pública do município do Rio de Janeiro. Fundadora do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (Ceasm) e do Museu da Maré. Contato: claudiarose.ribeiro@gmail.com.

<sup>1</sup> Cada comunidade do bairro é representada por uma associação de moradores. O Censo Maré 2000, realizado pela ONG Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (Ceasm), considerou Salsa e Merengue e Mandacaru como comunidades, apesar de não haver associação de moradores nesses lugares (sua representação está vinculada às associações da Vila do Pinheiro e de Marcílio Dias, respectivamente). Dessa forma, contabilizou-se um total de 17 comunidades: Conjunto Esperança, Vila do João, Vila do Pinheiro, Salsa e Merengue, Conjunto Pinheiros, Bento Ribeiro Dantas, Morro do Timbau, Baixa do Sapateiro, Parque Maré, Nova Maré, Nova Holanda, Rubens Vaz, Parque União, Roquete Pinto, Praia de Ramos, Marcílio Dias e Mandacaru.

<sup>2</sup> Portos de Inhaúma e de Maria Angu.

<sup>3</sup> Político carioca, nascido em 1945 no bairro da Tijuca. Iniciou sua carreira política em 1983, no Partido Democrático Trabalhista (PDT), pelo qual foi eleito prefeito da cidade do Rio de Janeiro. Filiou-se ao Partido da Frente Liberal (PFL) em 1996, pelo qual foi eleito para a segunda gestão da prefeitura (2001-2004) e reeleito em primeiro turno para sua terceira gestão (2005-2008).

jetos governamentais e de acordo com diversos interesses políticos, a Maré, até então considerada como favela, passou a ser tratada pelo poder público como área totalmente urbanizada, condição esta que viabilizou a criação do bairro. Mas, desde sua origem, a existência do Bairro da Maré não foi reconhecida pela maioria dos moradores, que prefere se identificar com os bairros vizinhos à região: Bonsucesso, Manguinhos, Ramos ou Penha.

É evidente que os diferentes processos de ocupação das 17 comunidades, a violência do tráfico de drogas e da polícia e as inúmeras intervenções realizadas pelo poder público na geografia da região são fatores que geraram obstáculos para que as diferentes identidades e as inúmeras memórias dos moradores pudessem encontrar ancoradouro no bairro criado. No entanto, esses fatores também podem ser percebidos, ainda que em graus diversos, na maior parte das regiões da cidade tradicionalmente reconhecidas como bairros, o que não impediu a seus moradores desenvolver identidade com o lugar.

Mas, ao contrário desses outros espaços, concebidos como partes integrantes da cidade, o Bairro da Maré foi criado a partir da favela, espaço historicamente associado a tudo que se opõe à vida urbana. A subjetividade, as memórias e o cotidiano dos moradores da região são marcados por esse estigma, que também permanece profundamente arraigado em pessoas de outros lugares do país.

### **O CENTRO DE ESTUDOS E AÇÕES SOLIDÁRIAS DA MARÉ (CEASM)**

Nesse contexto, um grupo de moradores da Maré se reuniu para criar a organização não governamental Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (Ceasm). Fundado em 1997, o Ceasm atua no sentido de constituir memórias coletivas em torno do bairro. Um dos motivos da importância de tal instituição é justamente o fato de ter sido criada por moradores que, tendo alcançado formação universitária e estabilidade profissional, atuavam em movimentos coletivos na Maré. A inserção desses agentes sociais no espaço local e a identidade que eles desenvolveram com o lugar foram fatores que contribuíram para tornar o Ceasm uma experiência singular.

A insistência do Ceasm em utilizar a ideia de bairro para se referir e atuar na Maré, apesar da falta de identidade por parte da maioria dos moradores em relação a essa ideia, é de relevante importância. O Ceasm é uma ONG que atua de dentro para fora. Partindo do local para o global, busca contribuir para transformar a Maré e a cidade. Para atingir seus objetivos, o Ceasm se apropriou do bairro (instituído de cima para baixo, a partir de decreto municipal) de forma estratégica para trabalhar o sentido de pertencimento do morador ao local em que vive.

No entanto, o trabalho de transformação dos olhares estigmatizantes sobre a Maré é um desafio constante que nem sempre é reconhecido, podendo ser apreendido e deturpado por interpretações preconceituosas. Por isso, o Ceasm desenvolve projetos que buscam contribuir para a superação dos preconceitos, indo na contra-mão das representações dominantes sobre as favelas.

## O MUSEU DA MARÉ

Um dos primeiros projetos desenvolvidos pelo Ceasm foi a Rede Memória da Maré, que objetivava preservar a história local e contribuir para a criação do sentido de pertencimento dos moradores ao bairro. O projeto produziu um texto ilustrado sobre a história da Maré, cujo autor, Antônio Carlos Pinto Vieira, é um dos fundadores do Ceasm. O texto ordena cronologicamente os fatos históricos ocorridos na região e na cidade, desde o período colonial até o final da década de 1990. Dessa forma, Vieira escreveu a primeira versão da história da Maré e, principalmente, criou uma identidade comum entre as diversas comunidades que se formaram ao longo da Avenida Brasil, a partir da década de 1940. O texto sobre a história da Maré compõe o acervo do arquivo criado pela Rede Memória com o objetivo de abrigar variadas fontes sobre a história local: fotografias, mapas, hemeroteca, documentos produzidos pelo poder público, documentos particulares doados por moradores, trabalhos acadêmicos, etc.

Desde sua inauguração, em 27 de abril de 2002, o arquivo Dona Orosina Vieira<sup>4</sup> (Adov) já recebeu vários visitantes. Alguns, para conhecer; outros, para ver fotos antigas e “matar” a saudade do passado; e muitos, para pesquisar. Grande parte das pesquisas é realizada por professores e alunos das escolas públicas locais e por participantes das várias instituições locais. Nos registros do arquivo consta também um número considerável de consultas feitas por pesquisadores ligados a diversas instituições da cidade, tais como Unirio, Cpdoc, UFRJ, Fiocruz, UFRJ e outras.

Grande parte do acervo do Adov é constituído por fotografias que retratam diferentes aspectos e períodos da história local, incluindo fotos do início do século XX de autoria do conhecido fotógrafo Augusto Malta. Esse acervo iconográfico foi, em parte, reproduzido e ampliado para compor várias exposições sobre a história da Maré. As exposições são apresentadas em espaços públicos locais, como escolas e praças. A Rede Memória também realizou exposições em lugares fora da Maré, como, por exemplo: no Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-RJ), Flamengo; no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ, Centro do Rio; no Instituto de Educação da UFF, no Museu de Arte Contemporânea (MAC), e no Centro Cultural do Tribunal de Contas do Estado, os três em Niterói.

O trabalho da Rede Memória obteve reconhecimento nacional em 2005, ao receber o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, oferecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Tal premiação é conferida a pessoas ou instituições que desenvolvem ações de preservação do patrimônio cultural brasileiro. O Iphan selecionou sete iniciativas em todo o Brasil, tendo sido a Rede Memória premiada na categoria de Salvaguarda de Bens de Natureza Imaterial.

Antes disso, em 2004, a Rede Memória realizou a exposição A Força da Maré, no Museu da República, localizado no Bairro do Catete. Para a montagem da ex-

---

<sup>4</sup> Uma das primeiras moradoras do Morro do Timbau, comunidade mais antiga da Maré. Dona Orosina era migrante de Minas Gerais, mulher negra, viúva, parteira e benzedeira.

posição, a equipe da Rede Memória pediu alguns objetos emprestados aos moradores, que ao término não os aceitaram de volta, pois disseram querer ver na Maré o que foi feito no Museu da República.

A Força da Maré foi um divisor de águas no trabalho desenvolvido pela Rede Memória. Ainda no final de 2004, a equipe do projeto participou do primeiro edital do Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura (MinC) para seleção dos Pontos de Cultura. O projeto foi selecionado com o título Museu da Maré e previa a instalação de uma exposição de longa duração sobre a vida das pessoas que resistiram e lutaram para construir sua história naquele lugar. A partir desse momento, a Rede Memória deixou de existir para dar lugar ao Museu da Maré.

A inauguração do museu ocorreu no dia 8 de maio de 2006, durante o lançamento da 4ª Semana Nacional de Museus. O evento contou com a presença do então ministro Gilberto Gil, outros membros do MinC, além de representantes de vários museus e Pontos de Cultura da cidade do Rio.

Logo após sua inauguração, o Museu da Maré concorreu à seleção da primeira edição do Prêmio Cultura Viva, oferecido pelo MinC. Entre 1.532 iniciativas inscritas em todo o Brasil, o museu foi um dos 30 projetos semifinalistas, tendo sido o 2º colocado na categoria Tecnologia Sociocultural. Ainda, em novembro de 2006, o museu foi agraciado com a Ordem do Mérito Cultural, a mais alta premiação da cultura no país, que tem o objetivo de tornar público o empenho de pessoas e instituições que, de maneira significativa, trabalham pela valorização da cultura brasileira.

O Museu da Maré nasceu do desejo de muitos moradores e moradoras, que sonharam e agiram para que suas memórias e histórias fossem preservadas. O projeto do museu também é fruto da parceria entre pessoas, grupos e instituições de diferentes lugares, o que favoreceu o diálogo, a valorização da diversidade, a troca de diferentes saberes, transformando o espaço em uma referência cultural da cidade do Rio de Janeiro.

Politicamente, o museu trabalha para a superação dos estigmas em relação às favelas, além de colaborar com o processo de alargamento da perspectiva do papel dos museus na realidade contemporânea. O museu não é lugar para guardar objetos ou cultivar o passado. Ele é lugar de vida e, por isso mesmo, lugar de conflitos e diálogo. Dessa forma, para os construtores do projeto de memória do Ceasm, o museu é concebido como instrumento de transformação social.

## **A PROPOSTA MUSEOGRÁFICA DO MUSEU DA MARÉ**

Desde o início da concepção do Museu da Maré, o diálogo, a valorização da diversidade, as trocas de saberes e fazeres alicerçam todas as ações empreendidas pelos agentes sociais que atuam na construção e manutenção desse espaço cultural da cidade. O museu é um espaço aberto às ações desenvolvidas pela comunidade e por grupos e pessoas de outras localidades. Atualmente, os projetos desenvolvidos atendem cerca de 400 pessoas. As escolas públicas do entorno são as principais parceiras do museu.



O eixo central dos projetos desenvolvidos pelo museu é a sua exposição de longa duração intitulada Os Tempos da Maré, que já recebeu mais de 50 mil visitantes. Na exposição tudo é mutável. Passado, presente e futuro convivem nos “tempos” da água, da casa, da migração, do trabalho, etc. São 12 temas apresentados como em um grande calendário, cuja museografia foi construída a partir da realidade local. Os temas foram escolhidos respeitando-se os percursos históricos e afetivos da Maré. Mas, ao mesmo tempo, eles são temas arquétipos, pois dialogam com as mais diferentes realidades. Criança, fé, medo são temas primordiais presentes em toda a trajetória humana.

O acervo da exposição de longa duração é fruto de pesquisas realizadas em arquivos públicos da cidade e de doações feitas por moradores, que, além de objetos pessoais, também concedem depoimentos de suas histórias de vida. Os objetos e imagens são expostos em grandes painéis. O conjunto valoriza cada peça e faz homenagem às manifestações populares, trazendo o colorido dos Cordões de Carnaval, da Folia de Reis, do Maracatu, dos cortejos, etc. O mais interessante é a resposta dada pela comunidade, que se entusiasma com a ideia de se ver representada no museu e de se expressar para a cidade por meio de tal narrativa museográfica.

### **A EXPOGRAFIA DOS TEMPOS DA MARÉ**

Ao entrar na exposição de longa duração, o visitante encontra um grande painel cor de laranja com o texto de boas-vindas. A cor faz referência ao local de origem da maioria dos primeiros moradores da Maré. Eles vieram do interior de vários estados do Nordeste brasileiro, regiões áridas e secas, em sua maioria. O laranja lembra a terra e o barro daqueles lugares. Logo em seguida, à esquerda da exposição, o visitante pode perceber o espaço de memória da fábrica, lembrando que o imóvel, antes de ser museu, foi uma fábrica da indústria naval, onde eram produzidas peças para navios.

Mais à frente, o visitante se depara com o primeiro módulo da exposição chamado de Tempo da Água. Os diferentes tons de azul são uma alusão à Baía de Guanabara. Esse primeiro módulo expõe as transformações ocorridas na Baía, desde a década de 1920, e os impactos no meio ambiente provocados pelas grandes obras realizadas pelo poder público: construção da avenida Brasil (1946); aterros que integraram oito ilhas, criando a ilha do Fundão para abrigar a Universidade Federal do Rio de Janeiro (1953); instalação da Refinaria de Petróleo de Mangueiros (1954); Projeto Rio, que aterrou parte da Baía de Guanabara e criou novas comunidades no território da Maré (1980).<sup>5</sup>

<sup>5</sup> Em junho de 1979, o Ministério do Interior, por meio do então ministro Mário Andreazza, anunciou a realização de um projeto muito semelhante ao que Chagas Freitas apresentara: o Projeto Rio. Tal projeto se constituiu numa das primeiras propostas de ação do presidente João Batista Figueiredo, tendo sido bastante oportuno para um momento em que se desenhava a abertura política e se anunciava o fim dos governos militares. No centro do projeto estavam o fortalecimento da ação social do governo Figueiredo, sua aproximação das camadas mais pobres e eventual candidatura do ministro Mário Andreazza para as eleições presidenciais. O projeto apresentava como objetivos centrais a criação de espaços

A narrativa expográfica apresentada no Tempo da Água revela os impactos negativos sobre a Baía de Guanabara das intervenções empreendidas pelo poder público ao longo de várias décadas, e principalmente a construção da Refinaria de Manguinhos, revelando a fragilidade de inúmeros discursos conservadores, que culpabilizam os moradores pela poluição das águas da Baía. O objeto de destaque no Tempo da Água é o “rola-rola”: utensílio produzido pelos moradores, a partir de um barril de madeira e restos de pneu, que era utilizado para carregar água, pois as casas não tinham água encanada.



Figura 1 – Barraco sobre palafitas no Tempo da Água, módulo da exposição de longa duração Os Tempos da Maré, do Museu da Maré  
Fonte: Aline Macedo (2017)

Em seguida, o visitante encontra o Tempo da Migração. Esse módulo expositivo faz homenagem aos nordestinos que, a partir da década de 1940, migraram para o Rio de Janeiro com o objetivo de trabalhar nas grandes obras que estavam acontecendo na cidade, principalmente a construção da Avenida Brasil. Aqui, algumas paredes com vários objetos do dia a dia das famílias nordestinas reproduzem a técnica de construção antiga chamada de pau a pique, que entrelaçava madeiras (geralmente bambus) fixadas ao chão com outras colocadas na posição horizontal e amarradas entre si por cipós, formando um grande painel cujos vãos eram preenchidos com barro.

Nesse módulo, o destaque são as garrafas, com diferentes formas e tamanhos, que contêm terras das cidades natais dos primeiros nordestinos que vieram para a Maré. Além disso, as garrafas são um convite para que os visitantes do museu, independentemente de serem nordestinos, doem terras de suas cidades natais para compor a exposição.

---

para abrigar populações de baixa renda e o estabelecimento de condições para ambientação ecológica e paisagística do trecho mais poluído da Baía de Guanabara. A fase inicial, denominada prioritária, previa a remoção dos habitantes das favelas para conjuntos habitacionais, o que gerou grande reação dos moradores, não tendo sido por isso implementada, limitando-se à erradicação das áreas palafitadas e à construção de dois conjuntos de casas populares: Vila do João e Conjunto Esperança.

O próximo módulo expositivo recebeu o nome de Tempo da Casa. Nele, a peça principal é o barraco sobre palafitas construído em tamanho natural. Por meio de uma escada, o visitante tem acesso ao interior do barraco, onde é reproduzida a forma como muitas pessoas viveram na Maré entre as décadas de 1950 e 1980.

Presentes em todos os continentes, principalmente nas zonas tropicais do planeta, as palafitas são construções utilizadas em regiões alagadiças. Na Maré, elas foram construídas pelos moradores sobre as águas da Baía de Guanabara. Durante a década de 1980, os barracos foram removidos pelo governo federal para a realização do Projeto Rio, que aterrou grande área da Baía e promoveu a construção de casas populares para aqueles que moravam sobre as palafitas.

Após sair do barraco, o visitante encontra dois tempos dispostos um de frente para o outro: Tempo do Trabalho e Tempo da Resistência. A narrativa expográfica desses módulos propõe a reflexão sobre a importância do trabalho e da resistência para a permanente construção do território da Maré. As imagens desse espaço estão relacionadas às lutas contra as ameaças de remoção e violência policial. Também podemos ver fotografias de mutirões de trabalhadores construindo casas, as redes elétricas e os sistemas de água e esgoto.

O destaque deste tempo é o gravador (de áudio analógico) utilizado pelas lideranças das associações de moradores para registrar os discursos dos políticos e cobrar, posteriormente, a realização de tudo o que tinha sido prometido pelo poder público.

No sexto módulo da exposição, o visitante entra no Tempo da Festa. A construção diária do território da Maré não seria possível sem o trabalho e a resistência de seus moradores. Mas, com certeza, a festa é elemento inseparável da luta daqueles que constroem esse lugar. Sem a possibilidade de celebrar as conquistas coletivas e individuais, de grupos e famílias, seria impossível pensar a Maré. Nesse módulo, portanto, várias fotografias de diferentes épocas retratam a importância das festas e do lazer para as pessoas que lá moram.

O objeto que se destaca no Tempo da Festa é a bandeira do bloco carnavalesco Mataram Meu Gato. Hoje, o bloco é uma escola de samba, e sua sede está localizada na comunidade da Nova Holanda.

Ao chegar nesse ponto do percurso expositivo, o visitante é convidado a conhecer o Tempo da Feira. Existem feiras livres em quase todas as 17 comunidades que formam a favela da Maré. As feiras são lugares onde os moradores compram produtos mais frescos e, muitas vezes, mais baratos do que nos supermercados, mas, também, elas são espaços de geração de renda, de encontro e convívio entre as pessoas.

Nesse módulo, destacam-se as balanças antigas, que utilizavam pesos de metal, bem diferentes das balanças digitais atuais. Também há quatro instalações relacionadas a atividades comerciais de moradores que doaram objetos pessoais utilizados em seus ofícios: senhor Atanásio, alfaiate; senhor Bento, sapateiro; senhor Joaquim e senhor Antônio, barbeiros. A família do senhor Francisco doou os objetos de sua tendinha (pequeno comércio). Seu Francisco, avô da vereadora Marielle Franco,

era nordestino e morava na Baixa do Sapateiro, onde criou sua família. Ele costumava vender “fiado” e, muitas vezes, “esquecia” de cobrar das pessoas que passavam por dificuldades financeiras. Nessa instalação, estão expostas algumas anotações daquelas dívidas nunca cobradas.

Em seguida, o visitante entra no Tempo do Cotidiano, que faz referência às mudanças que ocorreram durante o processo de ocupação do território e que foram, gradualmente, transformando a Maré. Atualmente, quase todas as casas são feitas de tijolos (alvenaria), que substituíram as construções de madeira. A proposta do Tempo do Cotidiano é conduzir o visitante pelos becos e ruas estreitas das comunidades para que ele observe as fachadas das casas, suas portas e janelas. Por isso, nesse módulo, uma parede foi erguida de forma irregular, tendo seus tijolos à mostra, com portas e janelas abertas, seguindo as referências das construções locais.

No módulo do Tempo da Fé há um espaço reservado às religiões de matriz africana. Esse espaço possui maiores referências da Umbanda (religião nascida no Brasil, no final do século XIX, que sincretiza elementos das religiões cristãs, indígenas e africanas). Os terreiros onde essas religiões são praticadas quase não existem mais na Maré e em outras favelas do Rio. Por isso, esse módulo também simboliza a resistência das pessoas pelo direito de manterem seus lugares de culto.

Ainda no Tempo da Fé, vemos um grande painel que mistura as mais diversas manifestações da religiosidade dos moradores da Maré e da cidade do Rio de Janeiro. O visitante é levado a olhar para o alto, como em sinal de reverência.

No piso desse espaço, estão colocados o barco e a imagem de São Pedro, o santo padroeiro dos pescadores, sempre presente nas antigas procissões marítimas, realizadas na região antes dos aterros. Os dois objetos foram doados pela família Jaqueta, que tinha a tradição do trabalho na atividade da pesca.

No Tempo da Criança, os brinquedos e as brincadeiras estão presentes nos objetos e no texto colorido e lúdico. As vitrines foram colocadas no piso, fazendo referência às várias brincadeiras que são praticadas no chão, como o jogo de bola de gude e a amarelinha. Algumas fotografias estão delicadamente fixadas abaixo da linha de visão dos adultos, levando o visitante a observar o espaço pelo olhar da criança.

No 11º módulo, o visitante encontra o Tempo do Medo, onde é levado a confrontar-se com vários medos que nos intimidam. A solidão, a doença, o desemprego são alguns medos que fazem parte da vida de todos nós. Mas, para quem morava nos barracos sobre palafitas, outros medos também estavam bem presentes no dia a dia: a fome, a tempestade, a maré que subia à noite, os ratos que invadiam a casa e atacavam as crianças, a remoção das moradias. Mais recentemente, existe o medo da violência, da bala perdida, das guerras do tráfico, das operações policiais, da morte bruta e sem sentido.

O destaque no Tempo do Medo é o painel produzido por adolescentes que passaram por um processo de formação no museu. Esse painel é composto por moldes feitos de gesso onde estão impressas as marcas de tiros que atingem as paredes, os muros, os postes e as casas de tantos moradores.

No Museu da Maré, o medo não tem a última palavra. Por isso, a exposição de longa duração Os Tempos da Maré termina com o módulo do Tempo do Futuro, no qual passado, presente e futuro se misturam. O que ainda não é um dia se transformará em realidade. Mas isso só acontecerá se respeitarmos as lutas, as conquistas e as memórias dos moradores, que resistem ao esquecimento. O futuro é construído a partir do hoje, do trabalho, da coragem, do engajamento, do diálogo e da tolerância. O amanhã está presente em nossa luta diária pela conquista de políticas públicas comprometidas com a proteção da vida. Por isso, e não poderia ser diferente, no Museu da Maré, a expografia do Tempo do Futuro representa a luta dos moradores e moradoras materializada na presença potente e encantadora de Marielle Franco, a nossa Mari.

Nascida e criada na Maré, Marielle foi aluna do Curso Pré-Vestibular Comunitário do Ceasm e iniciou a militância política a partir de sua inserção nessa instituição, responsável pela criação e gestão do Museu da Maré. Marielle lutou pelos direitos humanos das faveladas, dos favelados e de todas as pessoas da cidade do Rio de Janeiro. Seu brutal assassinato nos traumatizou, principalmente por sermos tão próximos a ela. Mas, sem dúvida, o trauma não é mais forte do que nossa certeza na construção de futuros melhores. *Marielle presente sempre!*

## CONCLUSÃO

O Museu da Maré não foi criado para manter as pessoas em seu *gueto*, cultuando suas lembranças e seus objetos. Sua origem, como já foi dito anteriormente, partiu do desejo das moradoras e dos moradores que estabeleceram o diálogo com pessoas de vários lugares e com diferentes saberes. Desde seu início, o diálogo, a valorização da diversidade, as trocas de saberes e fazeres alicerçam todas as ações empreendidas pelos agentes sociais que atuam nesse espaço. A proposta política do museu não se restringe a discutir questões locais, mas estabelece pontes de comunicação com realidades diversas e, por isso mesmo, pode ser replicado em outros espaços fora da Maré. Esse é o motivo de o museu continuar vivo, emocionando e provocando pessoas e instituições de diferentes lugares, misturando conhecimentos e práticas e colaborando para a construção de novas perspectivas de transformação social.

Dessa forma, finalizo este artigo com alguns dos inúmeros depoimentos de visitantes, moradoras e moradores da Maré, mas também pessoas de outros tantos lugares que, independentemente de viverem em favelas ou comunidades populares, se identificam com as histórias locais e se sentem representadas pela narrativa expográfica do museu e por sua proposta político-museográfica.

Que lugar incrível, fantástico, cheio de histórias, lembranças de lugares por onde andei, infância, amigos, momentos. Belíssima cenografia! Parabéns pelo espaço!

Viajei no tempo, boas lembranças e recordações. Pena que não tenho nada para aumentar esta obra, o que tenho está em minha memória. Sou nascido e criado

nesta comunidade, Praia de Inhaúma, antigo Estaleiro MacLaren. Filho de Manoel de Souza Martins, um dos fundadores da luz no morro e da caixa d'água.

Adorei a visita! Sensível, delicada, tocante. O museu é construído de tal modo que as memórias são apresentadas não de forma tradicional, mas a partir de uma perspectiva que ilustra as dificuldades, mas também as potencialidades e riquezas da Maré! Parabéns pelo trabalho! Espero que o poder público tenha sensibilidade para preservar este espaço.

Eu nunca havia estado em um museu em que pudesse tocar nas coisas e me tornar parte do espaço. O Museu da Maré não é feito de objetos. O Museu da Maré é feito de gente. Vida longa!

Eu não sabia que aqui na Maré existia um lugar de memórias como esse e, sobretudo, pessoas tão engajadas na manutenção da história nossa. Obrigada!

O museu mostrou muito além de histórias, fez com que a gente saiba como foi a história da nossa comunidade, da nossa própria história e como podemos também levar isso pro nosso futuro.

Bom, achei muito interessante e legal porque tudo que tem aqui faz lembrar um pouco das histórias dos meus pais, dos meus avós, dos meus tios... tudo que está aqui é bem diferente, tem coisas aqui que eu nunca vi e agora vou chegar em casa sabendo que eu conheci a história da Maré. Super recomendo. Vou falar pros amigos visitar o museu. Vocês estão de parabéns!

A exposição foi fundamental para a desconstrução de diversos “não saber” da história da Maré e, no lugar, construir histórias de vida, de luta e de resistência.

Nunca pensei que um lugar me lembraria tanto a Bahia como o Rio, mais especificamente este museu na Maré. Um carioca me disse uma vez que existia algo especial na Bahia e no Rio. Hoje, aqui, neste momento, senti uma coisa extraordinária e mágica. Um lugar que foi no meu âmago, em minha essência e trouxe tudo à tona. Estou apaixonado por esse lugar!

Pra mim, o patrimônio não pode estar em lugar nenhum se antes não estiver dentro da gente. Esse museu é exatamente isso. Me lembrei do cheiro da casa da minha vó à noite quando vi a lamparina, e da minha mãe brava me dando banho de novo, porque sozinha não limpava direito a sujeira de um dia todo brincando na rua. Vocês me encheram de emoção e esperança. Obrigada.

Uma emocionante viagem em 12 tempos. Em cada um deles uma memória adormecida, acordada num sentimento de emoção e alegria. As lágrimas suscitam o amor, a gratidão e a esperança de que tudo vivido pelo povo é vida que transcende todos os tempos. Que não há passado, nem presente, nem futuro num único momento e para todos. Em todos os lugares, esses tempos se repetem, transitam na vida de cada um.

Um museu rico e belo na sua capacidade de trazer a memória de uma população tão abandonada e desprivilegiada dentro dos discursos tradicionais de cultura, identidade e memória.

Fiquei muito emocionada com o museu e sua forma de contar a história. Vi a história de meus familiares exposta aqui e que eu mesma ignorava ou não pensava ser relevante. Com certeza uma experiência que transformou o modo como eu enxergo a Maré.

Nossa! Aqui no museu é muito legal. Sobre o que eu vi foi muito maneiro. Parecia que antigamente as pessoas eram mais unidas, parecia que as pessoas viviam na paz. Como eu queria viver nessa época! Nossa! Gostei bastante! Se eu continuar a escrever, vão acabar as folhas do caderno.

Adorei o museu, muito interativo, diferente de todos os que eu já fui. Tenho TDAH [Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade] e pra mim é horrível ficar parada sem fazer nada e sem tocar em nada. Foi maravilhoso e incrível a experiência de poder interagir e me conectar de tal forma com a história e a memória da Maré (que até então eu não conhecia). Espero voltar em breve ao museu, trazendo amigos e família.

Gente, parabéns pela brilhante ideia de criar o museu, uma grande oportunidade pra voltarmos no tempo, voltar ao passado e relembrar bons tempos em que éramos felizes e não sabíamos. Jogávamos pião, brincávamos de bola de gude sem temer as balas perdidas. Sonhamos com esse dia. Volta, volta, volta dia!!! Dia Feliz!

Visitar o Museu da Maré é recordar uma infância feliz, livre da violência, com brincadeiras hoje praticamente extintas. Hoje já não moro mais na Maré, mas trazer meu filho, que já tem 19 anos, e ver em seu rosto a admiração por uma Maré feliz não tem preço, mas sonhamos ver um dia essa Maré feliz das fotos novamente. Museu da Maré, nosso patrimônio, patrimônio do Brasil!

## REFERÊNCIAS

- CENTRO DE ESTUDOS E AÇÕES SOLIDÁRIAS DA MARÉ (Ceasm). *A Maré em dados: Censo 2000*. Rio de Janeiro: Ceasm, 2003.
- CENTRO DE ESTUDOS E AÇÕES SOLIDÁRIAS DA MARÉ (Ceasm). *Instituições do Bairro Maré: dados gerais*. Rio de Janeiro: Ceasm, 2004.
- CHAGAS, Mário. Memória política e política de memória. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos; SILVA, Maria Laís Pereira da. *O Morro do Timbau*. Relatório de pesquisa para o Habitat/ONU. Rio de Janeiro, 1983, mimeo.
- SILVA, Cláudia Rose Ribeiro da. *Maré: a invenção de um bairro*. 2006. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2006.
- VAZ, Lilian Fessler (Coord.). *História dos bairros da Maré: espaço, tempo e vida cotidiana no Complexo da Maré*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.
- VIEIRA, Antônio Carlos Pinto. *Histórico da Maré*. Rio de Janeiro: Ceasm, 1998, mimeo.

